

MARLÚCIA MENEZES DE PAIVA

**IGREJA E RENOVAÇÃO: Educação e Sindicalismo no Rio Grande do Norte
(1945-1964)**

**PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
1992**

MARLÚCIA MENEZES DE PAIVA

**IGREJA E RENOVACÃO: Educação e Sindicalismo no Rio Grande do Norte
(1945-1964)**

Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. José Willington Germano

**São Paulo
1992**

A tese **IGREJA E RENOVACÃO: Educação e Sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964)**, elaborada por **MARLÚCIA MENEZES DE PAIVA** foi aprovada por todos os membros da Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

A meus pais: Orlando e Líbia

“A verdade é que o passado tem agora para mim uma grande importância, como única coisa certa na minha vida, ao contrário do presente e do futuro que se encontram fora da minha vontade e não me pertencem”.

Antonio Gramsci

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para a realização presente trabalho. Nesse momento, gostaria de externar nossos agradecimentos.

Em primeiro lugar agradeço a José Willington Germano, orientador e amigo, que me aceitou em um momento de trabalho extremamente intenso em sua vida profissional. Agradeço pela orientação competente e atenção dispensada.

Igualmente quero agradecer aos professores Maria Luísa Santos Ribeiro, em São Paulo, e Dalcy da Silva Cruz, em Natal, pela atenciosa leitura e valiosas observações ao projeto inicial da tese. A Dalcy, agradeço ainda, pelas contribuições em toda a pesquisa.

Aos colegas do curso, na PUC/SP, meus agradecimentos pela convivência, pelos debates, em particular a Ana Maria Rezende Pinto e Dorothy Rocha, companheiras no dia-a-dia em São Paulo.

Agradeço também a Altamira Medeiros, pela revisão dos originais, a Rosângela de Fátima B. Oliveiros pela versão do resumo para a língua inglesa, a Francisca Lieda e S. Pinheiro pela normalização técnica e a TEXTOS Informática pela digitação do presente trabalho. Sou grata a todas pela dedicação e competência demonstradas em seus respectivos trabalhos.

Extremamente valiosa foi a contribuição de pessoas que cederam documentos, livros de seus acervos particulares. Cito especialmente Dr. Otto de Brito Guerra, José Willington Germano, José Nicolau de Souza, Maria Lúcia L. Pinto, Maria Julieta C. Calazans e Roberto Monte. Nesse sentido, meus especial agradecimento ao “pessoal” do SAR, e ao Bispo-Auxiliar de Natal D. Antônio Soares Costa.

As pessoas que gentilmente concederam entrevistas, cujas informações foram de vital importância para a realização deste trabalho, meu agradecimento especial: José Nicolau de Souza, Maria Julieta C. Calazans, D. Nivaldo Monte, Marlília Ferreira de M. Nóbrega, Maria Araújo Duarte de Carvalho, Maria José Peixoto, José Rodrigues Sobrinho e Maria do Socorro Freire.

A Cefas e Kika, Ozório e Glícia expresse meu agradecimento pela afetuosa acolhida em suas respectivas residências em São Paulo. A José Cortez Xavier, amigo das horas difíceis em São Paulo.

Meus agradecimentos especiais e Graça Rosas, a Lêda e Líbia, respectivamente, irmã e sobrinha, pelas contribuições a este trabalho.

Agradeço ainda a Raimunda Medeiros Germano grande amiga, pelo estímulo em toda a trajetória da pesquisa, a Williams Albuquerque, de quem desfrutei da amizade em São Paulo, a Oswaldo Monte que facilitou nossos contatos com a Igreja e a Maria Doninha e Jandira Teixeira por solucionar problemas junto à PUC/SP, sacrificando horas de seu tempo.

A banca de qualificação, nas pessoas dos professores Míriam Jorge Warde e Evaldo Amaro Vieira e a Vanilda Paiva, pela relevantes contribuições prestadas a este trabalho.

Finalmente, agradeço à PUC/SP e aos professores, pelo curso oferecido, à UFRN, que através do Departamento de Educação nos liberou para fazer o curso de Doutorado e à CAPES pelo apoio financeiro.

A todas estas pessoas e outras, que por acaso possa ter esquecido, serei sempre grata pela colaboração. Sem elas este trabalho não teria sido realizado.

LISTA DE SIGLAS

ACB - Ação Católica Brasileira
ACPO - Ação Cultural Popular
AIB - Ação Integralista Brasileira
ANCAR - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
ANPO - Animação Popular
AP - Ação Popular
ASP - Assistência Social Penitenciária
CBAR - Comissão Brasileira Americana de Educação das Populações Rurais
CDE - Conselho Diretor Estadual
CDN - Conselho Diretor Nacional
CEAA - Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CELAM - Conselho Episcopal Latino-americano
CEN - Comissão Executiva Nacional
CEPAL - Comissão Econômica para América Latina
CISC - Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos
CLASC - Conferação Latino-americana de Sindicalistas Cristãos
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNEG - Campanha Nacional de Educandários Gratuitos
CNER - Campanha Nacional de Educação Rural
CNTA - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CODENO - Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CPC - Centros Populares de Cultura
CRS-FASE - Catholic Relief Service
DNERu - Departamento Nacional de Endemias Rurais
ETA - Escritório Técnico de Agricultura
FNEP - Fundo Nacional de Ensino Primário
FTRRN - Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte
FTIRN - Federação dos Trabalhadores na Indústria do Rio Grande do Norte
GTDN - Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste

IBF - Instituto Brasileiro de Filosofia
IBRADES - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento
INIC - Instituto Nacional De Imigração e Colonização
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISER - Instituto Superior da Religião
JAC - Juventude Agrária Católica
JEC - Juventude Estudantil Católica
JECF - Juventude Estudantil Católica Feminina
JFC - Juventude Feminina Católica
JIC - Juventude Independente Católica
JMC - Juventude Masculina Católica
JOCF - Juventude Operária Católica
JUC - Juventude Universitária Católica
JUCF - Juventude Universitária Católica Feminina
LAC - Liga Agrária Católica
LBA - Legião Brasileira de Assistência
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
LEC - Liga Eleitoral Católica
MCP - Movimento de Cultura Popular
MEB - Movimento de Educação de Base
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos
NCRL - Nathional Catholic Rural Life
OEA - Organização dos Estados Americanos
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU - Organização das Nações Unidas
OPENO - Operação Nordeste
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PDC - Partido Democrata Cristão
PE - Plano de Emergência
PPI - Partido Popular Italiano
PSD - Partido Social Democrático
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTN - Partido Trabalhista Nacional
PUC - Pontifícia Universidade Católica
RENEC - Representação Nacional das Emissoras Católicas
SAM - Serviço de Assistência ao Menor.
SAR - Serviço de Assistência Rural
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERAS - Serviço de Reeducação e Assistência Social
SESP - Serviço Social de Saúde Pública
SIA - Serviço de Informação Agrícola
SIRENA - Sistema Radio-Educativo Nacional
SORAL - Serviço de Orientação Rural de Alagoas
SORPE - Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SSR - Serviço Social Rural
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito
SUPRA - Superintendência de Política Agrária
TFP - Tradição Família e Propriedade
UDN - União Democrática das Emissoras Católicas
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
ULTAR - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio Grande do Norte
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
USAID - Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

RESUMO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Algumas Considerações sobre o Objeto de Estudo	12
1.2 Justificativa do Estudo	19
1.3 Sobre Fontes e Procedimentos de Pesquisa	25
2. A IGREJA EM TEMPO DE RENOVAÇÃO	34
2.1 O Contexto Histórico	34
2.2 A Ação Católica e a CNBB	48
2.3 A Ação Católica Brasileira	54
2.4 A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)	63
3. O MOVIMENTO DE NATAL	75
3.1 Contexto Histórico	75
3.2 Gênese do Movimento de Natal	83
3.3 O "Entusiasmo pela Educação", o Otimismo Pedagógico e o Movimento "Higienista" no Movimento de Natal	94
3.4 Serviço de Assistência Rural (SAR)	107
3.4.1 Trajetória do SAR	119
4. O SAR: SEMANAS RURAIS E MISSÕES RURAIS (UMA ESTRATÉGIA DE AÇÃO PARA O CAMPO)	125
4.1 As Semanas Rurais	125
4.2 A Ação Cooperativa da Igreja	135
4.3 ... Ainda as Semanas Rurais: A CNER e o SSR	140
4.4 A Missão Rural Ambulante	147
4.5 Missão Rural do Agreste	154
4.6 A CNBB e o Movimento de Natal	162
5. AÇÃO EDUCATIVA DA IGREJA (FINS DOS ANOS 50 E INÍCIO DOS ANOS 60): ESCOLAS RADIOFÔNICAS, MEB E SINDICALISMO	171
5.1 Antecedentes Históricos	171
5.2 As Escolas Radiofônicas	187
5.2.1 A Organização das Escolas Radiofônicas: a Criação	

do MEB	194
5.3 MEB: Novo Direcionamento na Ação	204
5.3.1 O Monitor Líder Rural	208
5.3.2 A Ação Educativa do MEB	221
5.4 O Sindicalismo Rural	241
5.4.1 Financiamento do Movimento Sindical Rural	258
5.4.2 Expansão do Movimento Sindical Rural	266
5.4.3 A Ruptura com a Igreja	270
6. CONCLUSÃO	278
7. ABSTRACT	286
8. ANEXOS	287
8.1 Programa da I Semana Rural	288
8.2 Programa da III Semana Rural	289
8.3 Programa da IV Semana Rural	290
8.4 Relação de Filmes Exibidos pelas Missões Rurais do Rio Grande do Norte	291
8.5 Folheto de Propaganda da Philips do Brasil	293
8.6 Teste de Verificação de Aprendizagem das Escolas Ra diofônicas	294
8.7 JAC - Ritual para Recepção de Distintivos	295
8.8 1ª Prova Parcial de junho de 1962. MEB/Natal	297
8.9 Mapa: Ação do MEB no Rio Grande do Norte	302
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	303

RESUMO

Estudo sobre a ação educativa da Igreja Católica no Rio Grande do Norte, no período compreendido entre o final dos anos 40 e os primeiros anos da década de 60, época que se caracterizou por significativas mudanças na conjuntura histórica brasileira. A Igreja, adequando-se a essas mudanças, desenvolveu, nesse período, uma trajetória de ação conhecida como Movimento de Natal, em que dois momentos se destacam: um primeiro, correspondente aos anos 50, onde suas atividades estavam voltadas para a organização e desenvolvimento de comunidades, sobressaindo-se aí as Missões Rurais e as Semanas Ruralistas. Um segundo, que vai do final dos anos 50 ao início dos 60, quando voltou-se para a educação (Escolas Radiofônicas e MEB) e para o sindicalismo rural. Evidencia uma Igreja em constante organização de quadros - os leigos da Ação Católica - para fazer frente àquele mundo de mudanças, propondo como modelo uma sociedade onde reine a ordem, o equilíbrio, a harmonia entre as classes. Enfim, um mundo moldado no ideário da sua doutrina social, onde se visualiza os princípios de um capitalismo atenuado.

ABSTRACT

This work is a study about the educative action of the Catholic Church in Rio Grande do Norte, in the period comprising the late 40's and the early 60's. This period was characterized by expressive changes in the Brazilian historic conjuncture. The church, adjusting to those changes, developed in that period some kind of action known as Movimento de Natal, in which there were two salient moments: the first, corresponding to the 50's, where its activities were concerned with the organization and development of rural communities, standing out the Rural Missions (Missões Rurais) and the Rural Weeks (Semanas Ruralistas). The second one, from the late 50's to the early 60's, when the church turned back to education (Radiofonic Schools and Base Movement Education – Escolas Radiofônicas e Movimento de Educação de Base) and to the rural syndicalism. It shows clearly a church in constant organization of personnel – laymen from the Catholic Action – in order to keep up with that changing world, proposing as a model a society where prevail the order, the equilibrium, the harmony between social classes, where the principles of an attenuated capitalism is visualized.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Algumas Considerações sobre o Objeto de Estudo

A preocupação central deste trabalho é estudar a ação educativa da Igreja Católica, no Estado do Rio Grande do Norte, no período compreendido entre o final dos anos 40 e os primeiros anos da década de 60⁽¹⁾, mais particularmente acompanhando o processo, iniciado após a 2ª Guerra, através do qual introduziu mudanças em sua prática social, passando de uma ação clericalizada para uma atuação mais voltada para suas bases sociais, contando com a participação efetiva dos leigos da Ação Católica Brasileira (ACB). Embora restrita a uma minoria, foi uma ação bastante significativa para o futuro direcionamento das atividades temporais da Igreja. Paiva (1985:58), discutindo essas mudanças da Igreja, diz que esse aggiornamento *"significou o lançamento de bases doutrinárias e orientações práticas capazes de permitir à instituição enfrentar os dilemas do mundo contemporâneo, dando a eles respostas 'modernas' inspiradas, porém, na tradição da Igreja"*.

Num primeiro momento, a fim de melhor delimitar o estudo, torna-se necessário identificar o que se pretende conceituar como **ação educativa** da Igreja. No âmbito deste trabalho, **ação educativa** será entendida não como uma prática pedagógica, meramente escolar, envolvendo uma geração de adultos que, através dos tempos, acumulou experiências, valores e uma geração de jovens que deve assimilar esses conteúdos para poder integrar-se no meio social, mas na concepção gramsciana de que *"a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente escolásticas, [pois] esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo em relação aos outros indivíduos, bem como entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados. [Em síntese, para ele], toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica."* (Gramsci, 1981:37).

Para Gramsci (1981, p. 37) toda relação pedagógica tem por pressuposto uma relação de hegemonia. Tal perspectiva teórica direciona esta pesquisa ao estudo da hegemonia, uma vez que esta comporta em seu significado uma dupla perspectiva:

dominação e direção, força e consenso. De Croce Gramsci retirou o elemento cultural (direção); de Lênin herdou o sentido da função política, dirigente (dominação) - elementos que não se excluem, mas formam uma unidade dialética, originando um novo sentido para hegemonia. Mas é importante realçar a preeminência do **elemento diretivo** em Gramsci. Assim, no sentido gramsciano conforme Gruppi (1978:85), *"hegemonia significa essencialmente capacidade de direção"*. No presente estudo, igualmente, o aspecto cultural é devidamente valorizado, uma vez que a Igreja - objeto de estudo deste trabalho - é aqui vista como uma organização cultural que age na sociedade civil, esfera de atuação dos organismos ditos privados e local de realização da hegemonia.

Na verdade, essa valorização do aspecto cultural, remete ao momento da direção ideológica e, portanto, *"do papel dos intelectuais no tocante ao desenvolvimento histórico-social, ao lado, evidentemente, no momento de força"* (Germano, 1988:10).

Gramsci ressalta a importância dos intelectuais como **cimentadores** da ideologia dominante ou como "representantes da hegemonia"; *"eles dão forma homogênea à consciência de classe a que estão organicamente ligados (ou, no caso dos intelectuais tradicionais, às classes a que dão sua adesão)"* (Coutinho, 1981:123), constituindo-se em elo de ligação entre as classes, consolidando a hegemonia de uma classe sobre as demais.

Portanto, segundo Gramsci, os intelectuais *"são os comissários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político"* (1979:11), pois trabalham com o objetivo *de obter o consentimento espontâneo das massas* às diretrizes econômicas, sociais e políticas de um dado momento histórico, dando-lhe coerência, homogeneidade e logicidade.

O período de tempo escolhido para este estudo, fins dos anos 40 e início dos anos 60, corresponde a uma fase que, apesar dos percalços econômicos e financeiros, possibilitou uma relativa organização da sociedade civil brasileira. Houve uma certa movimentação entre os setores médios e a classe trabalhadora. As instituições próprias da sociedade civil multiplicavam-se cada dia, bem como expandiam sua ação junto às massas.

Quanto à sociedade política ou Estado, atravessava uma fase de constantes crises. Apesar de tudo, pode-se dizer que a democracia, nos moldes burgueses, instalou-se no país nesse período. Entretanto, a crise econômica e política agravou-se no início da década de 60, culminando com o golpe de Estado de 1964, que pôs fim à democracia burguesa e instaurou uma ditadura gerenciada por forças reacionárias, civis e militares, aliadas ao capital internacional.

A Igreja, como instituição da sociedade civil, esteve presente, através de seus intelectuais eclesiásticos e leigos, nas lutas e movimentos sociais do período.

Nesse sentido, é fundamental identificar a maneira pela qual a Igreja, através de seus intelectuais, veiculou sua concepção de mundo ao corpo de fiéis, bem como conhecer qual foi a visão de mundo que os intelectuais católicos passaram para as massas trabalhadoras, que posturas frente ao mundo foram incentivadas e que encaminhamentos e estratégias foram utilizados para a efetivação desses princípios.

Ainda será averiguada a forma como a Igreja influenciou na capacidade de direção (ou hegemonia) de seus intelectuais, na condução de suas atividades naquele momento histórico, ao veicular o pensamento religioso católico à comunidade de fiéis, para, assim, preservar e/ou expandir o seu espaço próprio de influência (ameaçado com a nova ordem social capitalista), disseminando uma *"ideologia da salvação"*, cujo porta-voz credenciado seria a Santa Madre Igreja - Mater et Magistra de todos os povos.

Congar (apud Romano, 1979:23) afirma que, após a 2ª Guerra, e diante da renovação bíblica ocorrida, a Igreja passou a não mais se conceber *"como um poder rival de outro poder, mas via a si mesma, via o mundo e sua relação com o mundo, com referência à escatologia. Esta visão renovada e posta novamente em suas fontes fundava para a Igreja uma nova maneira de exercer sua relação com o temporal: não mais pretensão de jurisdição sobre a cidade, mas a influência exercida pelos fiéis, dos quais a Igreja forma a consciência. Este é, no fundo, o próprio estatuto da Ação Católica"*.

Portanto, a ação desses "fiéis" ou **intelectuais católicos** será analisada, tomando-se por base o chamado Movimento de Natal, juntamente com as atividades aí desenvolvidas por dois organismos: a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

(CNBB) e a Ação Católica Brasileira (ACB). A CNBB pelo fato de congregar os bispos do Brasil num só organismo e por ter-se tornado responsável pela condução do discurso ético-político da Igreja, bem como por ter sido grande incentivadora da nova ação pedagógica desenvolvida por aquela instituição eclesial; e a ACB por representar a modernização ou renovação do apostolado leigo junto às bases sociais católicas.

A Igreja, como instituição religiosa da sociedade civil, se apresenta revestida de uma aura carismática, divina, no sentido de possuir *"um don que el objeto o la persona poseen por naturaleza y que no puede alcanzarse con nada"* (Weber, 1977:328-329). Então, *"seu discurso oficial deve ser aceito por trazer em si a presença do Espírito"* (Romano, 1979:47). Ela (Igreja) é apenas a presença material dos **desígnios divinos** na terra.

Na análise efetuada a seguir, tomou-se como pressuposto teórico o fato da Igreja ser uma instituição religiosa, uma organização cultural da sociedade civil e, portanto, responsável pela elaboração e/ou difusão de ideologias. Aliás, como afirma Gramsci, a Igreja é uma verdadeira sociedade civil autônoma: uma sociedade civil dentro da sociedade civil.

A Igreja é dotada de uma estrutura hierárquica complexa, que possui uma função organizativa, educadora; dispõe de uma concepção de mundo elaborada - "a ideologia da salvação", de intelectuais diversos, um estrato de homens comuns, médios (os leigos engajados). Dispõe ainda de um estrato principal, responsável pela direção, organização (a alta hierarquia) e um estrato intermediário (os clérigos), que serve de elemento de ligação entre os dois estratos anteriores, e uma vasta **estrutura material**, com um eficiente e eficaz nível de produção e difusão ideológico, que se subdivide em dois níveis: *"o nível da produção ideológica, a cargo da universidade e dos diferentes centros de investigação, e o nível da difusão ideológica, a cargo de várias instituições com valor desigual, em função da sua capacidade de penetração e de enraizamento nos vários grupos sociais"* (Santos, 1980:59) e que se traduz essencialmente pela literatura e imprensa católicas.

É, assim, diante dessa perspectiva que se pretende analisar a atuação da Igreja no Rio Grande do Norte, levando-se em conta tratar-se de uma região de

economia predominantemente agrária, de grande tradição católica, e cuja história política, cultural, sempre esteve perpassada pela influência do elemento religioso.

Em síntese, o principal objetivo desta pesquisa é estudar a **ação educativa** da Igreja Católica, no Estado do Rio Grande do Norte, no período compreendido entre o final dos anos 40 e início dos anos 60, notadamente na área rural, observando-se que, num determinado momento de correlação de forças, aquela instituição arquitetou mecanismos diferenciados de formação de intelectuais, com o fim de divulgar/consolidar o ideário cristão entre as massas camponesas, organizando-as e construindo a hegemonia católica no seio das comunidades rurais.

A tese central deste estudo, portanto, procura evidenciar que a Igreja, tendo em vista o acirramento das contradições sociais, advindas da expansão/consolidação do capital e da emergência política das classes trabalhadoras, procurou organizar suas bases laicas na Ação Católica, de forma a que esta, mesmo sem se caracterizar como um partido político, passasse a agir como tal na sociedade civil. Os **militantes** da Ação Católica atuaram como interlocutores entre a Igreja e as massas rurais, organizando política e ideologicamente essas massas, dentro de um espírito **humano apostólico e cristão**, integrando-as no processo desenvolvimentista então em curso no país.

Entretanto, os fatos demonstraram que, no curso do movimento, surgiram discordâncias entre os desejos da hierarquia e os dos leigos que atuavam no sindicalismo e na educação de base, fracionando assim a ação da Igreja.

1.2 Justificativa do Estudo

A importância da Igreja Católica na formação da sociedade brasileira é um fato inegável. Historicamente observa-se sua presença nos momentos decisivos da vida cultural, política, social e até mesmo econômica do país. Na Colonização, catequizou índios; depois, participou das lutas pela emancipação de Portugal e foi peça chave no Império.

O advento da República, com sua orientação positivista, afastou-a temporariamente dos centros de poder. Ultrapassando esse período, a Igreja voltou a

influir, notadamente após 1930, nos rumos das políticas governamentais, em particular na política educacional. Constituiu-se através dos colégios católicos, na principal educadora das camadas médias e das elites dominantes, contribuindo, portanto, para a formação das classes dirigentes brasileiras. Foi, ainda, importante educadora das massas, pois desenvolveu ou colaborou com programas de educação popular, para jovens e adultos, em vários pontos do país, a exemplo do Movimento de Educação de Base (MEB) e das Missões Rurais, entre outros.

Esses fatos, por si, já justificam o interesse em estudar a Igreja. Na verdade, é significativo o número de autores que a elegeram como objeto de estudo, abordando seus mais diferentes ângulos de atuação. A título de ilustração, são enumerados a seguir alguns importantes trabalhos nessa área:

Bruneau (1974), no seu livro "Catolicismo Brasileiro em Época de Transição", estuda a história da Igreja no Brasil, desde o Brasil-Colônia até os anos do golpe de Estado de 1964, privilegiando os aspectos de **mudanças** que ocorreram nessa instituição eclesial;

Romano (1979), com o livro "Brasil: Igreja contra Estado", analisa o discurso católico e os fins que lhe são próprios, procurando compreender *"a diferença específica da fala teológico-política frente às demais racionalizações do mando autoritário no Brasil"* (p.11);

Lima (1979), com o livro "Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil", além de contribuir com a reflexão sobre a participação política da Igreja e dos "católicos organizados" nas lutas pela *"conquista de liberdades democráticas e para a realização de transformações sociais"* (p.9), reproduz, em anexo, documentos essenciais à compreensão do papel político da Igreja brasileira nos acontecimentos das últimas décadas;

Wanderley (1984), no livro "Educar para Transformar - Educação Popular, Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base", faz um extensivo relato de movimentos católicos, com ênfase no MEB, por se constituírem *"nos movimentos da Igreja Católica que redefiniram a atuação prática dos cristãos na sociedade brasileira"* (p.16).

Esses e muitos outros trabalhos trouxeram profundas e importantes contribuições para a compreensão mais exata da Igreja brasileira, tanto nas questões do culto e burocracia interna, como nas referentes ao laicato e questões sociais. Poder-se-ia ainda citar, pela importância de sua obra, entre outros, autores como: Vanilda Paiva, Scott Mainwaring, Márcio Moreira Alves, Ralph Della Cava, Francisco Cartaxo Rolim, José Oscar Beozzo, Riolando Azzi, Osmar Fávero, Paulo José Krischke, Leonardo Boff, Frei Betto.

O presente trabalho, que tem por objetivo estudar o processo educativo que se desenvolvia sob os auspícios da Igreja Católica, no período compreendido entre a segunda metade dos anos 40 e o início dos anos 60, pretende priorizar a denominada **ação educativa** da Igreja, exercida através da ACB no Movimento de Natal, nas suas vertentes: educação de base⁽²⁾ e sindicalismo rural.

Entende-se que muitos aspectos dessa ação educativa da Igreja não foram suficientemente estudados na bibliografia existente. Este trabalho pretende, então, estudar essa “ação educativa” exercida pela Igreja, a partir de concepções veiculadas pelos seus intelectuais que, contando com uma relativamente ampla base material de produção e difusão ideológica (jornais, faculdades, rádio, escolas), orientaram determinadas posturas frente aos acontecimentos do momento. Serão observadas, também, as alianças e/ou articulações empreendidas pela Igreja com as diferentes classes sociais e com o Estado.

Existe uma reduzida literatura sobre o Movimento de Natal⁽³⁾. Entretanto, duas obras destacam-se pela amplitude e complexidade de seus estudos: "Igreja e desenvolvimento: O Movimento de Natal" (Ferrari, 1968) e "Igreja e desenvolvimento" (Camargo, 1971). Contudo, apesar de reconhecer e incorporar suas contribuições, o presente trabalho optou por uma perspectiva de análise diferente da adotada pelos autores citados, os quais expressam uma visão institucional do problema.

Desse modo, o que se observa como significativo na interpretação dos autores mencionados, é o fato de se manterem ligados a uma "visão" de Igreja, explicando o Movimento de Natal como fruto do "patrimônio valorativo e doutrinário" dessa instituição católica, em especial das denominadas "encíclicas sociais", além de um

"desenvolvimento autóctone de pensamento". (Camargo, 1971:96). Aqui, ao contrário, pretende-se captar a ação da Igreja numa perspectiva mais ampla, situando-a no conjunto do movimento histórico do período em estudo, sem esquecer, contudo, as especificidades institucionais da Igreja como organização sócio-cultural.

Ao situar o Movimento de Natal no conjunto do movimento histórico da época, diferenças significativas afloram, pois nexos e relações que poderiam ser omitidos são então desvendados. A ênfase dada por alguns estudos ao aspecto **inovador** do Movimento, apresentado como fruto do pensamento autóctone, por exemplo, não é repetida na presente pesquisa, onde se demonstra, ao contrário, que muitas daquelas "inovações" constituem transposições de experimentos antes levados a termo por outros organismos. O mérito do Movimento de Natal esteve, nesse caso, na assimilação dessas experiências inovadoras e na capacidade de incorporá-las às suas atividades. Nessa ótica, houve uma "abertura" por parte da Igreja local em acatar experimentos inovadores, muitas vezes pioneiros no Brasil, que representaram mudanças na sua ação pastoral, tradicionalmente conservadora.

Um outro aspecto abordado por esta pesquisa, não suficientemente explorado nos demais trabalhos que estudam o Movimento da Igreja de Natal, trata-se da leitura da ação da Igreja, numa visão gramsciana, como formadora de intelectuais, com a finalidade de exercer uma função de interlocução entre a instituição católica e a massa camponesa, construindo sua hegemonia no meio rural. A atuação da Ação Católica foi posta em realce e analisada como o grande suporte da Igreja na divulgação do pensamento católico e, portanto, da consolidação de sua hegemonia.

Pelo exposto, a presente pesquisa parece plenamente justificada e o tema proposto pode contribuir para melhor apreensão da prática pedagógica da Igreja, uma vez que se dá no conjunto do movimento histórico e não numa visão parcializada do problema.

Ao estudar-se o Movimento de Natal também contribui-se para resgatar mais uma etapa na história da Igreja, localizada numa área rural subdesenvolvida, apresentando-a como organização cultural, como força social ativa na sociedade civil, interagindo com as demais forças presentes na sociedade. Embora aquela instituição se diga portadora de valores universais, que a colocam fora e acima desses segmentos

sociais, a Igreja preserva-se e mantém-se em comunhão com seu corpo de fiéis: nem muito distante das classes dominantes, nem muito distante das classes trabalhadoras. Enfim, como apregoa a Igreja na voz do Cardeal Arns, sua missão "*é levar a Boa Nova a todos os homens, de qualquer país e de qualquer meio, para transformá-los, a partir de dentro, e assim tornar nova a própria humanidade*" (Arns, 1981:27).

1.3 Sobre a Exposição, Fontes e Procedimentos de Pesquisa

Esta pesquisa procura situar a Igreja dentro de uma totalidade histórica concreta: a sociedade brasileira - e, nesta, salientar o Estado do Rio Grande do Norte - no período que abrange os últimos anos da década de 40 até os primeiros anos da década de 60. Portanto, os capítulos que compõem este estudo distribuem-se ao longo desse período, tentando captar os aspectos essenciais do movimento histórico vivido pela sociedade brasileira, com seus conflitos e contradições, delineando o projeto político das diversas classes que dominavam a conjuntura histórica de então.

No decorrer da exposição procura-se evitar uma postura mecanicista e economicista na análise da história, pois o objeto estudado - a Igreja - é um organismo complexo, que alia um discurso econômico-social a um discurso teológico-pastoral, tornando sua análise singular. Tendo em vista esse discurso genérico, onde ao mesmo tempo a Igreja fala **por** e **para** todas as classes sociais, pode-se correr o risco de elaborar uma análise político-conjuntural, esquecendo-se os aspectos teológicos e as diversas mediações que perpassam toda a ação da Igreja e que a tornam porta-voz desse discurso particular. Enfim, como diz Romano (1979:20), "*não é possível esquecer que o discurso da Igreja é teológico-político*".

Portanto, este trabalho está distribuído além desta introdução e do texto conclusivo, no final, em mais quatro capítulos.

No capítulo 2, "**A igreja em tempo de renovação**"⁽⁴⁾, estuda-se o contexto histórico brasileiro do pós-Guerra e a influência do populismo e do nacional-desenvolvimentismo nas políticas governamentais do período (década de 50 e início

da de 60), a emergência dos trabalhadores rurais como força política no cenário nacional, o "acordar" da Igreja para a problemática rural, o início de **organização** dessa instituição católica, expressada nas mudanças ocorridas nas diretrizes da ACB, em 1950, e na fundação da CNBB, em 1952 (bem como a ação conjunta desenvolvida por essas entidades), e a cooperação marcante com as políticas governamentais do período.

No capítulo 3, "**O Movimento de Natal**", aborda-se o evoluir da **ação organizativa** da Igreja, através da ACB e CNBB, mostrando o Movimento de Natal como fruto dessa **ação organizativa**. Procura-se analisar esse Movimento evidenciando suas ligações com as políticas governamentais para as regiões rurais, bem como movimentos educacionais ("entusiasmo pela educação" e "otimismo pedagógico") e da saúde (higienista). Por último, estuda-se o Serviço de Assistência Rural (SAR), organismo do Movimento de Natal e principal responsável pelas atividades desenvolvidas por esse Movimento para a zona rural.

O capítulo 4, "**O SAR, Semanas Rurais e Missões Rurais (uma estratégia de ação para o campo)**", trata particularmente das atividades da Igreja para o meio rural: Semanas Rurais e Missões Rurais. Mostra-se as ligações dessas atividades com órgãos do governo (Campanha Nacional de Educação Rural - CNER - e Serviço Social Rural - SSR), com a A.C.B. e C.N.B.B.. A Igreja agia como um **todo** organizado a fim de desenvolver uma política social para o campo, em cooperação com o Estado.

No capítulo 5, "**A ação educativa da Igreja (fins dos anos 50 e início dos anos 60): Escolas Radiofônicas, MEB e sindicalismo rural**", procura-se mostrar a ação educativa da Igreja de Natal, no final dos anos 50 e começo dos anos 60, que se deu através das Escolas Radiofônicas, MEB e sindicalismo rural, caracterizando um período de maior "abertura" dessa instituição. Diante das modificações introduzidas na Igreja pelo Papa João XXIII, pelo aparecimento da denominada **esquerda católica** e pelo avanço das idéias socialistas entre a classes trabalhadora, inclusive pelo "perigo" representado pela Revolução Cubana (1959), a Igreja moderniza-se e desenvolve uma ação educativa, evangelizadora, notadamente entre a massa rural.

Para a realização deste estudo sobre a Igreja e o Movimento de Natal foram adotados os seguintes procedimentos de pesquisa:

a) Levantamento e estudo de literatura específica ao tema, realizados em dois momentos: primeiro, sobre a Igreja em geral e, segundo, sobre a Igreja de Natal.

Para o cumprimento dessa etapa, foram feitos levantamentos nas seguintes bibliotecas: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) - RJ, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES)/Centro João XXIII - (RJ), Seminário S. Pedro/RN e a biblioteca particular do Dr. Otto de Brito Guerra - intelectual católico, de renome internacional, com fortes ligações com a Igreja e, em particular, com o Movimento de Natal.

Além do acervo particular da autora deste trabalho, outras bibliotecas particulares subsidiaram esta pesquisa, fornecendo livros, documentos, jornais, revistas etc., como são exemplo as de: José Nicolau de Souza, José Willington Germano, Dalcy da Silva Cruz, Roberto Monte e Maria Lúcia Leite Pinto.

b) Realização de entrevistas, que foram menos entrevistas propriamente ditas e mais amplas conversas sobre o tema aqui trabalhado. Assim, foram entrevistados:

- **Maria Araújo Duarte de Carvalho** (Maria Rodrigues) - ex-professora-locutora das Escolas Radiofônicas - **antes e depois** da criação do MEB - que também exerceu a supervisão das **Escolas** por um período de 4 meses. Foi a segunda professora-locutora contratada pela Igreja para exercer essa função;

- **Maria José Peixoto** - Terceira professora-locutora contratada pela Igreja, também exerceu essa função **antes e depois** do MEB. Assumiu, em 1966, por curto espaço de tempo, a função de coordenadora do MEB/Natal;

- **Marlília Ferreira de Melo Nóbrega** - ex-coordenadora do MEB/Natal, de 1963 ao início de 1966;

- **D. Nivaldo Monte** - ex-arcebispo de Natal e um dos líderes, juntamente com D. Eugênio Sales, do Movimento de Natal;

- **José Nicolau de Souza** - ex-supervisor, ex-coordenador do MEB/Mossoró e ex-dirigente nacional da Juventude Agrária Católica (JAC);

- **José Rodrigues Sobrinho** - líder sindical rural da época, de projeção nacional e primeiro Presidente eleito da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte (FTRRN) - deposto com o golpe de 1964.

- **Maria do Socorro Freire** - membro da "equipe de sindicalização" do SAR e depois assessora da Federação (FTRRN). Participou conjuntamente da entrevista realizada com José Rodrigues Sobrinho.

- **Maria Julieta Costa Calazans** - uma das primeiras idealizadoras do sindicalismo rural no Rio Grande do Norte. Foi membro da "equipe de sindicalização" do SAR e primeira delegada da Superintendência de Política Agrária (SUPRA) no Rio Grande do Norte, indicada pela Federação (FTRRN).

- **Dalcy da Silva Cruz** - Assessora da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR).

As entrevistas muito contribuíram para a efetivação deste estudo, tendo em vista auxiliarem nas análises, facilitarem o cruzamento de informações e preencherem lacunas devido a inexistência de dados.

c) Levantamento e estudo da documentação sobre o Movimento de Natal, aí incluindo os arquivos do SAR e do MEB, localizados nas dependências da Arquidiocese de Natal.

É necessário registrar aqui as dificuldades encontradas em levantar a memória do Movimento de Natal. Apesar da disponibilidade dos funcionários do SAR e do Bispo- Auxiliar D. Antônio S. Costa, e acervo do SAR e do MEB encontram-se em total abandono, sofrendo a ação implacável do tempo: poeira, insetos - traças e cupins, mofo etc.. Também é interessante registrar a quase inexistência de material sobre o sindicalismo rural desenvolvido pela Igreja do Rio Grande do Norte, referente à época que antecedeu o golpe de 1964. Segundo informações colhidas, esse material teria sido queimado por uma "zelosa" funcionária do SAR, temerosa de sanções que poderiam advir das forças reacionárias que assumiram o poder de Estado em 1964.

NOTAS

- (1) A finalização deste estudo aborda até os primeiros anos da década de 60, pouco depois do golpe de Estado de 1964, por entender-se que, a partir daí, não só a Igreja, mas toda a sociedade brasileira iniciou um período de redefinição e rearticulação dos seus componentes estruturais, encetando uma nova etapa na história social, política, cultural e econômica do país.
- (2) Desde sua criação, em 1945, que a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) deu ênfase à criação de programas nacionais de educação de adultos. Entretanto, no clima de democracia e paz que se seguiu ao pós-Guerra, tomou corpo a idéia de uma "educação fundamental" ou "**educação de base**", como também foi chamada, destinada a crianças, adolescentes e adultos, que não se resumia "*à simples transmissão de técnicas elementares da leitura e da escrita*" (Beisiegel, 1974:81). A UNESCO previa um programa mais abrangente, que facilitaria o desenvolvimento das regiões mais atrasadas, elevando suas condições de vida. Essa programação envolveria, além dos conhecimentos de leitura e escrita, formação de atitudes, valores e conhecimentos variados dentro das áreas de educação sanitária, profissional, de habilidades domésticas.

Contudo, a alfabetização de adultos "ganhou preeminência nesse universo, pois tornou-se regra associar-se o nível de analfabetismo ao grau de desenvolvimento do país. A alfabetização de adultos ganhou destaque nos debates, pois era "*a temática que mais sensibilizava os governos dos países membros, com elevadas taxas de analfabetismo*" (Beisiegel, 1974:82).

Segundo Fávero (1984:36) "*é nessa perspectiva que são realizadas, no caso brasileiro, as grandes campanhas de educação de adultos e educação rural, no final dos anos 40 e na década de 50*", numa linha de educação fundamental ou de base, a exemplo da Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes (CEAA) (1947) e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) (1952). A CEAA, que surgiu na perspectiva de ampliação dos contingentes eleitorais, tinha o objetivo de promover a educação de base e a organização comunitária,

para adultos e adolescentes maiores de 15 anos. Com uma programação nitidamente ruralista, foi, segundo Paiva (1973:176), na verdade, *"a primeira grande campanha de educação dirigida predominantemente ao meio rural"*. A CNER objetivava promover a educação de base para jovens e adultos do meio rural e concorrer para elevar o padrão de vida dessa população: educativo, sanitário, assistencial, cívico, moral, econômico.

No Movimento de Natal as Missões Rurais e mais tarde o MEB utilizaram essa mesma terminologia. Num texto do MEB (s.n.t.), a respeito da educação de base, lê-se: *"E.B. Não é a mesma coisa que instrução nem quer dizer civilidade, boas maneiras, delicadeza. (...) EDUCAÇÃO DE BASE é portanto a 1ª fase da educação, quer dizer, as coisas mais simples, o começo. Do mesmo modo que os alicerces, que são as primeiras coisas a se construir numa casa. (...) Assim, sem a base não é possível haver educação completa"*.

O MEB, mais tarde, acrescentou o componente "conscientização", numa visão de transformação social, à noção de **educação de base**. No "MEB em 5 anos" lê-se: *"considerando as dimensões totais do homem, entende-se como Educação de Base o processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de liberação, integrados em uma autêntica cultura popular, que leve a uma ação transformadora"* (MEB em 5 anos, 1982:23).

É nessa ótica que Wanderley (1984:111) afirma que a *"educação de base implementada e executada pelo MEB (...) foi, conjuntamente com o sistema Paulo Freire, a que mais se aproximou da conceituação de educação popular"*.

- (3) Existem alguns trabalhos que fazem referência ao Movimento de Natal, embora não seja este o seu principal objeto de estudo (exceção feita ao do Padre Collard). A seguir, serão enumerados alguns deles:

NEBRA: O Nordeste na encruzilhada dos caminhos. (Collard, 1964); As Escolas Radiofônicas: ação política educativa da Igreja Católica no Rio Grande do Norte (1956-1961). (Pinto, 1989); A redenção necessária (Igreja Católica e sindicalismo rural: 1960-1964). (Cruz, 1982); Igreja e Educação de Adultos em

Natal: análise a partir do jornal "A ORDEM" - 1935-1953. (Silva, 1982); As lideranças comunitárias nos movimentos de educação popular em áreas rurais: uma "questão" desvendada. (Souza, 1988); As Escolas Radiofônicas no projeto de comunicação social da Igreja Católica. (Gê, 1991).

- (4) Por Igreja **em renovação** entende-se a nova ação da Igreja, saindo de dentro das sacristias e voltando-se para as suas bases sociais. Um outro componente dessa ação renovada seria a participação ativa dos leigos nessa atividade de extensão social.

2. A IGREJA EM TEMPO DE RENOVAÇÃO

2.1 O Contexto Histórico

Para se compreender a ação pedagógica renovadora da Igreja Católica brasileira, entre as décadas de 1940 e 1960, é necessário situá-la como parte integrante de um contexto mais geral de mudanças sócio-econômicas, políticas, culturais que caracterizaram os anos pós-30, na fase de consolidação do capital industrial e financeiro e de realinhamento de suas forças internas.

O crescimento da indústria, no período, foi progressivamente deslocando do poder as elites agroexportadoras, fortalecendo o projeto político-econômico de setores da burguesia mais ligados ao capital industrial e financeiro - ainda em fase de consolidação - que percebiam na industrialização a chave para o desenvolvimento brasileiro.

Presenciou-se, conseqüentemente, um acentuado crescimento das elites empresariais, do operariado - oriundo, em sua grande maioria, das regiões rurais - e das camadas médias urbanas, promovendo uma explosão populacional nas cidades, modificando a feição do Brasil, cuja população, até então, situava-se majoritariamente no campo.⁽¹⁾

Entretanto, no projeto político-econômico das elites burguesas, prenunciando mais uma etapa na ampliação e consolidação do capital, o Estado irá cada vez mais assumir um papel intervencionista na economia, como agente regulador do mercado, protegendo e subsidiando a indústria nacional, marcadamente através de uma política de planejamento global.

Essas teses iriam encontrar respaldo teórico no pós-guerra, notadamente nos anos 50, nas idéias divulgadas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), organismo criado no final da década de 40 e que defendia o desenvolvimento capitalista dos países latino-americanos, numa perspectiva autônoma e nacionalista, que os fortaleceriam contra os países capitalistas centrais.

As idéias da CEPAL influenciaram setores importantes da intelectualidade brasileira também preocupados com o desenvolvimento industrial do país e que interpretavam a realidade nacional como *em crise*, concluindo pela falência do velho

liberalismo econômico, argumentando que nos países desenvolvidos o livre jogo das forças do mercado não funcionava a contento, necessitando, quase sempre, da presença reguladora do Estado.

Um grupo desses intelectuais fundou, em 1955, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), organismo que desempenhou um importante papel na divulgação do ideário nacionalista-desenvolvimentista no país, no período que vai de sua fundação até ser fechado pelo golpe de Estado de 1964.

Apesar das muitas divergências internas, pois existia posicionamentos diversos e conflitantes entre seus integrantes, de um certo modo o ISEB unia-se em torno de alguns princípios comuns, que pressupunham uma ideologia de classe. Respal dava-se, por exemplo, na idéia de que a sociedade brasileira estaria vivendo uma “fase de transição” ⁽²⁾, saindo de uma “fase semi-colonial”, encaminhando-se para uma nova “fase” que se caracterizaria pelo *desenvolvimento*, sinônimo de *industrialização*.

Essa nova “fase” seria a do *capitalismo nacional*, que implicaria num desenvolvimento capitalista, tendo por base a formação de uma *frente nacional* apoiada nas forças progressistas da sociedade, compostas pela burguesia industrial, camadas médias e trabalhadores urbanos e rurais, em contraposição às forças retrógradas, representadas pela “burguesia latifundiária”, “setor mercantil da burguesia urbana” e pela “pequena burguesia radical” (Mantega, 1984:59), que se opunham à industrialização. Assim, o responsável pelo subdesenvolvimento da sociedade brasileira seria o latifúndio e seus aliados imperialistas. Esse trabalho para a luta entre nações, tornando essa temática, na segunda metade da década de 50, o centro das lutas e debates na sociedade brasileira.

Essa *frente nacional* revela que as classes burguesas não conseguiam sozinhas estabelecer seu projeto hegemônico, daí a convocação de outras classes ou frações de classe que se encontravam alijadas do processo decisório, para fortalecer esse projeto.

Depreende-se do exposto que estava caracterizado um contexto apropriado para a disseminação do ideário populista: um pacto de classes para debelar uma crise de hegemonia política, um Estado paternalista e classes trabalhadoras desorganizadas, num momento de forte tendência à industrialização da sociedade brasileira, marcada pela presença de um Estado intervencionista e do capital monopolista. Para Weffort (1980:61-62), o populismo “foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo”. É na época do populismo que o Estado oligárquico entra em seu declínio definitivo. Foi também, como estilo de governo, “um modo determinado e concreto de

manipulação das classes populares”, embora essa manipulação não tenha sido absoluta, pois, de certa forma, ressalve-se que, sem alterar as condições de reprodução capitalista, o populismo foi um modo de expressão das insatisfações da classe trabalhadora - que teve atendida parte de suas reivindicações - e ao mesmo tempo um mecanismo de sua politização.

As classes médias também tiveram reivindicações atendidas. Segundo Ianni (1991:59), “*um das características do populismo é precisamente o compromisso com as lutas ou certos valores ideológicos da classe média*”.

Uma outra posição defendida pelos *isebianos* referia-se à idéia de um Estado forte que pairasse acima das classes sociais, servindo-lhes de árbitro, cabendo a esse Estado o papel de iniciar a partida rumo à industrialização, fornecendo a infraestrutura necessária a esse desenvolvimento. Portanto, ao Estado competiria elaborar/executar um projeto social e econômico que reduzisse o antagonismo entre as classes, pois, além de subsidiar e racionalizar a indústria, concederia um salário nominal mais justo ao trabalhador.

Paiva (1980:54) lembra que o ideário *isebiano* não se encontrava muito distante do pensamento católico, pois não apenas diversos intelectuais *isebianos* se diziam católicos, como também alguns deles provinham do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), criado, em 1949, pela Reitoria da Universidade de São Paulo (USP), que reunia filósofos em sua maioria católicos, seguidores das orientações de Jackson de Figueiredo e depois de Alceu Amoroso Lima, na fase anterior aos anos 40. Parte desses intelectuais integrantes do IBF também participou dos debates no Parque Nacional de Itatiaia, embrião da criação do ISEB.

Segundo Della Cava (1975:23-24), a Universidade Católica de Lovaina (Bélgica) também desempenhou um papel importante na formação de intelectuais católicos nessa perspectiva desenvolvimentista, influenciando na visão social da hierarquia católica brasileira nos anos 60.

Paralelamente a esses acontecimentos, os trabalhadores rurais, paulatinamente expulsos do campo, que entrara no circuito de expansão do capital, iniciam progressivamente um processo de organização e mobilização. É principalmente a partir da década de 50 que aumenta a participação dos trabalhadores rurais na vida política brasileira. Importantes eventos aconteceram nesse período, atestando o poder mobilizador dessa classe trabalhadora: em 1953, realizou-se a I Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas (São Paulo, Paraíba e Ceará); em 1954, o I Congresso

Nordestino de Trabalhadores Rurais, em Limoeiro (PE) - encontro regional preparatório para a II Conferência Nacional, que teve o local de reunião cercado por tropas policiais sob orientação dos proprietários rurais. Também em 1954, em São Paulo, a II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que contou com a participação de 308 representantes de 16 Estados, quando foi aprovada a Carta de Direitos e Reivindicações e decidida a fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), sob a hegemonia do Partido Comunista. Esse partido passou a coordenar as associações de trabalhadores rurais existentes, liderando, em 1961, 15 federações e 230 associações municipais (Correio Sindical, n^o 15, set/80, apud Cruz, 1982:48).

Em 1^o de janeiro de 1955 foi fundada a primeira Liga Camponesa, no Engenho Galiléia, Vitória de Santo Antão (PE), que se constituiu numa das mais importantes e singulares formas de organização dos trabalhadores rurais, indo desempenhar um papel primordial nas lutas desses trabalhadores contra as classes dominantes do meio agrícola.

Ainda em 1955, coordenado pela Liga de Emancipação Nacional (secção Pernambuco) e sob orientação do Partido Comunista, ocorreu em Recife (PE), de 20 a 27 de agosto, o Congresso de Salvação do Nordeste, que contou com a presença de 1600 delegados de 9 estados da região, além da participação de parlamentares, técnicos, religiosos, associações diversas etc. Como resultado do trabalho dos vários grupos de estudos, foi elaborada a “Carta de Salvação do Nordeste”, que, além de condenar a estrutura fundiária da região, denunciou o baixo nível de vida dos trabalhadores rurais, propondo a reforma agrária como uma das soluções para essa questão. Para Soares, segundo Cruz (1982:32), esse Congresso também introduziu as teses nacionalistas-desenvolvimentistas na região, pois comunistas e nacionalistas que dominaram os debates tinham interesse na divulgação dessas teses.

Em decorrência desse Congresso, ocorreram ainda o Encontro de Salgueiro (1958) e o Seminário de Garanhuns (1959), que contaram com a participação de representantes dos governos federal e estadual, quando se discutiu a “questão nordestina” e possíveis soluções. Decidiu-se por novas formas de intervenção do Estado, advindo daí a criação da Operação Nordeste (OPENO), e, depois, do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), antecedentes da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Logo em seguida, ao Congresso de Salvação do Nordeste, em setembro de 1955, as Ligas promoveram, em Recife, o I Congresso de Camponeses de Pernambuco, com a participação de 3.000 integrantes, demonstrando rurais. Foi nesse Congresso que as Ligas consolidaram sua liderança junto aos trabalhadores rurais, inclusive se organizando a nível estadual e ampliando sua ligação com outros setores na Capital pernambucana (setores populares, estudantes, parlamentares etc), que irão servir de base de apoio para suas atividades futuras.

Muitos outros congressos e encontros aconteceram no período (década de 50 e início de 60), mas, o mais significativo para a luta dos trabalhadores rurais foi, sem dúvida, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (1961) em Belo Horizonte (MG), que reuniu delegados de todo o país. Foi organizado pela ULTAB e contou com o apoio das Ligas Camponesas, na época seguindo orientação diversa do Partido Comunista. Nesse Congresso se ouviu o célebre grito de revolta dos trabalhadores rurais: “Reforma Agrária na lei ou na marra”, que tanto assustou as classes dominantes.

Todo esse processo de mudanças constituía, na verdade, ressonância da política mais global de reordenamento do capital a nível internacional, notadamente após a 2ª Guerra Mundial. No contexto da “guerra fria”, a grande preocupação em consolidar/expandir a influência do bloco ocidental cristão, liderado pelos EUA, fez desenvolver uma ação/intervenção nos países ditos subdesenvolvidos - em particular na América Latina, região que coube àquele país na partilha do mundo - considerados por sua fragilidade mais vulneráveis à propaganda comunista. Urgia modernizá-los e torná-los *“partícipes das benesses básicas do mundo livre, dos valores básicos do ocidente. Assim, as ligações estariam asseguradas e o bloco tornar-se-ia tão coeso quanto? (ou mais) que o adversário”*. (Calazans et alli, 1985:60).

Acordos, projetos e programas* , em números significativos, foram criados com o fim específico de desenvolver a base material de produção desses países ditos subdesenvolvidos, tendo em vista a formação de um mercado em bases capitalistas. As atenções voltaram-se preferencialmente para as regiões rurais, uma vez que nas urbanas as forças produtivas encontravam-se em franca expansão. Nas áreas rurais essas forças produtivas não estavam suficientemente desenvolvidas, precisando serem

* A exemplo da Aliança para o Progresso, Ponto IV, Missão Cooke etc.

integradas à nova ordem econômica capitalista, pois “*o processo de agroindustrialização da agricultura é um processo lento e desigual*” (Sorj, 1980:30).

A baixa produtividade da economia rural diagnosticava a necessidade não apenas de um desenvolvimento econômico, mas também sócio-cultural. O trabalhador rural e sua família precisavam melhorar seu nível de vida: tanto no aspecto propriamente material, como no campo educacional. Era necessário transformar sua mentalidade criando novos hábitos de saúde, higiene, lazer etc., pois “*o problema da alimentação, bem como muitos outros problemas de saúde da alimentação, bem como muitos outros problemas de saúde do povo, é principalmente um problema de educação*” (Wagley, apud Oshiro, 1988:114). Portanto, seria suficiente elevar o padrão sócio-cultural das populações rurais, fazendo-as adotar os padrões de conhecimento e comportamento das sociedades industrializadas, que são fundamentados na ciência e na tecnologia, para se alcançar o desenvolvimento no campo. Trata-se de uma forma totalmente acrítica e aclassista de se tratar a problemática rural no país, sem levar em consideração seus condicionamentos históricos.

Por sua vez, o êxodo rural vinha se revelando um problema preocupante para as classes dirigentes. Se por um lado poderia diminuir áreas de tensão no campo (especialmente no Nordeste), por outro criava problemas mais graves nas cidades, uma vez que o aparecimento de inúmeras favelas - formando um verdadeiro cinturão de pobreza nas periferias dos grandes centros urbanos - transformava as populações aí agrupadas em presas fáceis da pregação comunista, concentrando, num mesmo lugar, um grande número de insatisfações.

Por essa razão, as políticas públicas acrescentaram mais um ingrediente a seus objetivos, fixar o homem do campo. Observa-se, então, que os planos e programas elaborados passaram a externar uma preocupação com o trabalhador rural e sua fixação no campo. Foi, entretanto, uma preocupação que em última instância atendeu às necessidades de expansão do capital, tanto no plano nacional - na direção sul/norte, como em suas ramificações a nível internacional.

Na prática, não ocorreu essa fixação do homem ao campo ou promoção rural. O que de fato ocorreu foi uma acelerada expansão rural. O que de fato ocorreu foi uma acelerada expansão do capitalismo no campo, que expulsou e/ou proletarizou o trabalhador rural, favorecendo a expansão econômica da agricultura/pecuária,

canalizando seu excedente para a indústria, o comércio e o setor bancário, como bem demonstra as palavras de Delfim Neto (Apud Ianni, 1981:90).

“Da agricultura, portanto, se espera que ela cumpra essas quatro tarefas fundamentais: aumentar a oferta de alimentos; aumentar a oferta de produtos exportáveis; liberar recursos humanos; e fornecer capital para o setor que está precisando dele”.

Ou ainda, segundo a FIESP/CIESP: (Apud Ianni, 1981:91):

“Também com relação à liberação de mão-de-obra a agricultura brasileira cumpriu razoavelmente bem seu importante papel. Os dados evidenciam que houve uma mudança substancial na distribuição relativa da força de trabalho por setores: a participação da agricultura mudou de 64% em 1940, para 43% em 1969, refletindo, assim, que um importante fluxo de trabalhadores se deslocou das áreas rurais para as urbanas”.

Ianni (1988:46), discutindo a industrialização e o desenvolvimento agrário no Brasil, demonstra que a partir do momento em que o modelo de desenvolvimento autônomo começou a ser abandonado, notadamente com o Governo Kubitschek, “o padrão colonial de organização do setor agrário brasileiro passou a conjugar-se, em novo estilo, com o padrão “internacionalista” de desenvolvimento econômico”.

Ao mesmo tempo, internamente, foi posta em prática uma política de integração nacional, sob a égide do capital internacional, que, diante da existência de condições mais favoráveis à expansão do capital (infra-estrutura, política fiscal)⁽³⁾ elegeu a região sul, comandada por São Paulo, como centro por excelência de expansão/concentração do capital. Esse fato provocou um crescente distanciamento no desenvolvimento econômico das diversas regiões brasileiras, em especial na região Nordeste, forjando-se uma espécie de divisão regional do trabalho nacional, deixando de lado os “arquipélagos” de economias regionais antes existentes (Oliveira, 1981:73-78).

Essa questão também é abordada por Ianni (1988:38-39), quando diz que o desenvolvimento industrial brasileiro teve como consequência um aumento dos desequilíbrios regionais: “Visto em perspectiva regional, o processo econômico nem é homogêneo nem tendo necessariamente para a homogeneização da economia nacional. (...) Se observarmos melhor as tendências expressas, verificamos o predomínio progressivo de um centro sobre os outros centros. É evidente o

predomínio de São Paulo sobre os Estados do País. (...) Há uma espécie de ‘colonialismo interno’ que os programas nacionais e regionais não puderam limitar. (...) Talvez os programas tenham inclusive facilitando o predomínio do Centro-Sul, com centro em São Paulo”.

É evidente na fala de Ianni a desmistificação da alardeada promoção do homem rural. Fica claro o objetivo de concentração e centralização do capital, que, aliás, acelera o êxodo rural em direção aos centros urbanos, em especial São Paulo, que absorve essa mão-de-obra, em sua grande maioria desqualificada, semi-analfabeta, que vai engrossar a força de trabalho oferecida no mercado urbano, formando um imenso exército de reserva.

Essa conjuntura político-econômica e a emergência do trabalhador rural como força política e sua crescente organização, sob a liderança do Partido Comunista e Ligas Camponesas, soaram como um sinal de alerta para a Igreja. Esta, que segundo Pio XI, já havia perdido, no século XIX, a massa operária, agora, no século XX, estava ameaçada de perder um outro segmento da classe trabalhadora: os trabalhadores rurais. (Apud Engelke, 1976:44).

Em 1950, D. Inocêncio Engelke, da Diocese de Campanha (MG), por ocasião da Primeira Semana Rural, já denuncia, na Carta Pastoral “Conosco, Sem Nós, ou Contra Nós se Fará a Reforma Rural” (de título bastante sugestivo), a condição infra-humana do trabalhador rural:

“Ora, é sabido que a situação do trabalhador rural é, em regra, infra-humana entre nós. Merecem o nome de casa os casebres em que moram? É alimento a comida de que dispõem? Podem-se chamar de roupas os trapos com que se vestem? Pode-se chamar de vida a situação em que vegetam, sem saúde, sem anseios, sem visão, sem ideais?”

E, após esses questionamentos, mais adiante adverte:

“E os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência, nem vão ter necessidade de inverter coisa alguma. Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais. Longe de nós, patrões cristãos, fazer justiça movidos pelo medo. Antecipai-vos à revolução. Fazei por espírito cristão o que vos indicam as diretrizes da Igreja”. (Engelke, 1976:44-46).

Nessa Carta Pastoral, observa-se os primeiros momentos do despertar da Igreja para a “questão rural”. Fica também evidenciado o papel reformista da Igreja, promovendo a conciliação entre as classes - patrões cristãos X trabalhadores rurais - garantindo assim a paz social.

Diante desses fatos, além de receio do avanço no campo de outras religiões (protestantismo, espiritismo, religiões afro-brasileiras), a Igreja passou a adotar uma política de intervenção mais direta no processo social, agindo mais intensamente nas áreas rurais. Inicialmente junto às Missões Rurais (Campanha/MG, Natal/RN) e, depois, mais no final da década de 50, nos setores do sindicalismo e da educação de base. Esses setores tornaram-se prioritários em sua ação evangelizadora, contando para isso com a participação efetiva dos leigos da Ação Católica, que vão exercer importante papel nesses movimentos e, sem ser um partido, passam a agir como um verdadeiro partido da Igreja.

2.2. A Ação Católica e a CNBB

Os anos 30 trouxeram para a Igreja um redimensionamento nas suas atividades, abaladas após a separação com o Estado. Com o advento da República (1889), que entrou em cena com fortes cores liberais e positivistas, a Igreja foi afastada dos centros do poder, pois a Constituição de 1891 decretou oficialmente a separação entre Estado e Igreja, perdendo esta última a proteção do Estado.

A separação Igreja-Estado, na verdade, foi realmente estabelecida por decreto, em 7 de janeiro de 1890 - antes mesmo da Constituição de 1891, fazendo a Igreja perder tradicionais redutos de disseminar uma instituição anticientífica e, por isso, irracional, contrária ao progresso e à modernização, e, sob o lema de “Igreja livre no Estado livre”, várias medidas foram adotadas pelo governo republicano, que feriram os interesses daquela instituição religiosa. Medidas, como a criação do ensino leigo, a eliminação da obrigatoriedade da educação religiosa nas escolas, foram providências que provocaram grande impacto e abalaram o prestígio da Igreja. É inconteste que esta ganhou em autonomia, em relação ao Estado, mas perdeu na sua capacidade de angariar recursos para sua manutenção e mobilização.

A facção da classe dominante que ascendera ao poder, em 1930, liderada pelo Presidente Vargas, procurou aliar-se às diversas classes e setores sociais que poderiam servir de apoio aos seus planos de dominação. A Igreja foi um desses setores. Com a posse do novo governo, e mediante o reatamento de laços político-ideológicos, aquela instituição acelerou o processo de recuperação de sua influência, perdida com a República.

De fato, o nível de poder da Igreja aumentou bastante a partir de 1930. O apoio ao novo governo por parte de algumas figuras importantes da Igreja, como a de D. João Becker, bispo de Porto Alegre⁽⁴⁾, D. Helvécio Gomes, de Minas Gerais e do Cardeal Leme, do Rio de Janeiro, foi decisivo para o novo relacionamento.

O Cardeal Leme⁽⁵⁾, extremamente hábil, tornou-se a figura de maior peso nos contatos com o governo Vargas. Inicialmente, procurou impressionar esse governo dando demonstração de força da Igreja ao realizar, no Rio de Janeiro, em maio e outubro de 1931, duas grandes manifestações populares, respectivamente, em homenagem a Nossa Senhora Aparecida e ao Cristo Redentor, cuja estátua foi inaugurada no Corcovado.

Com o peso dessas manifestações, a Igreja atingiu seu intento, fato importante para ela, notadamente naquele momento em que o contexto nacional estava permeado por idéias liberais, inclusive no setor educacional com o movimento do “escolanovismo”. A partir daí, o processo de cooperação mútua entre Igreja e Estado entrou, decisivamente, numa fase de grande progresso.

Vargas, sentindo “*necessidade de sanção da única instituição que representava a continuidade da história, (...) preparou-se para pagar o preço do seu apoio*” (Alves, 1981:37), o que veio a ocorrer quando da elaboração da Constituição de 1934. O governo (que possuía plena ascensão sobre os constituintes), para agradar a Igreja, fez aprovar importantes medidas que lhe eram favoráveis: no prefácio, colocou a Constituição sob a proteção de Deus; permitiu assistência espiritual às organizações militares e oficiais; e, como conquista mais importante, conseguiu que o Estado financiasse a Igreja, em nome de um vago interesse coletivo, e que as escolas públicas adotassem o ensino religioso. A exemplo das *concordatas*⁽⁶⁾ assinadas com os Estados europeus, a Igreja mais uma vez buscou o controle do aparelho escolar, que, tendo em vista o número de pessoas que congrega, possui uma grande capacidade de disseminar idéias e condicionar comportamentos⁽⁷⁾.

De fato, era interesse da Igreja, mas também do Estado, manter esse diálogo permanente. O Governo Vargas necessitava do apoio daquela instituição para seu projeto político-pedagógico, o qual passava pela utilização da educação como instrumento para formar uma nova mentalidade, tendo em vista a construção de um Estado Nacional forte. A Igreja aí ocuparia lugar de destaque, pela força moral que representava e pela capacidade de mobilizar quadros. Para Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde (1931) e depois Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1937), a Igreja deveria subsidiar o Governo com uma ideologia que lhe garantisse substância e conteúdo moral, solidificando, assim, sua hegemonia na sociedade brasileira (Schwartzman et alii, 1984:44).

Os laços entre as duas instituições consolidaram-se ainda mais com a nomeação, em 1934, de Gustavo Capanema para o Ministério da Educação e Saúde, que, tendo em vista as suas ligações com os quadros intelectuais católicos - em especial Alceu Amoroso Lima, seu mais renomado representante - foi um fiel executor das idéias católicas nos seus onze anos de ministério.

Por outro lado, é grande o esforço da Igreja para conquistar seu espaço na nova ordem sócio-econômica instrumentos para concretizar esse objetivo. Seus porta-vozes, em geral agrupados em torno da revista católica “A Ordem”, advogavam, inclusive, que a Igreja deveria interferir mesmo em assuntos políticos, desde que fosse para defender os seus direitos, “*combatendo pela liberdade da Igreja, pela santidade da família, pela santidade da escola, pela santificação dos dias consagrados a Deus*” (Schwartzman et alii, 1984:59).

Além da Igreja, também as forças armadas possuíam um projeto pedagógico próprio ligado à idéia de Estado Nacional forte e consistente, e viam na educação instrumento importante para concretizá-lo. Schwartzman e outros (1984:61) dizem que existia entre a Igreja e as forças armadas um projeto que tomava por modelo o fascismo europeu, então em franca ascensão, que tinha por meta uma grande mobilização nacional, respaldada na força moral da Igreja e na força física dos militares. Entretanto, segundo os mesmos autores, ambos os projetos eram, na verdade, em muitos aspectos irreconciliáveis; apenas o calor dos debates da época e a ascensão espetacular do fascismo europeu obscureciam o fato. Pode-se afirmar que essa aspiração das forças armadas permaneceu em forma embrionária, eclodindo finalmente com o golpe de 1964.

O Estado Novo, implantado em novembro de 1937, não alterou o bom relacionamento entre a Igreja e o Estado. Apesar da Carta de 1937 haver retirado quase todas as chamadas emendas católicas concedidas em 1934 - exceção feita ao artigo 133, que recomendava o ensino religioso, facultativo, nas escolas - na realidade as coisas não mudaram. O modelo de cooperação mútua satisfazia a ambos. Aliás, Vargas fez saber ao Cardeal Leme que as cordiais relações entre a Igreja e o Estado não seriam alteradas. Em julho de 1939, no banquete oferecido pelo Itamarati aos bispos, por ocasião do Concílio Plenário Brasileiro, essa concordata moral foi reafirmada de público. (Beozzo, 1984:324).

A redemocratização, em 1945, também não trouxe alterações significativas para essa cooperação mútua entre Estado e Igreja. A constituição de 1946 fez, inclusive, retornar antigos privilégios concedidos em 1934, a exemplo da subvenção às escolas particulares, em sua grande maioria de natureza confessional.

2.3 A Ação Católica Brasileira

Foi no contexto pós-30 que, sob a liderança do Cardeal Leme, a Igreja brasileira iniciou uma ofensiva maior de preservação/consolidação do seu espaço de influência na sociedade. A Ação Católica Brasileira (ACB), oficialmente criada em 1935, foi seu instrumento mais eficaz na disseminação dessa influência no meio social.

Gramsci (1984:275-280) considera o aparecimento da Ação Católica como uma necessidade da Igreja criar um partido político para recuar o menos possível e se defender da visão laica, anticlerical, disseminada no mundo moderno, notadamente a partir de 1848, com a consolidação do liberalismo sobre o pensamento **cosmopolita e papal** do catolicismo.

Tendo em vista a escassez de sacerdotes, a Ação Católica passou a ser o braço clerical da Igreja nos setores leigos, do qual lança mão nos momentos de crise. Por se tratar de uma organização de elite e não de massa, a Ação Católica é coordenada diretamente pelo papa e pelos bispos, o que sempre garantiu à Igreja um controle maior sobre seus membros. No Brasil, essa organização exerceu um papel preponderante na ação pedagógica renovadora da Igreja no meio social.

Desde a Carta Pastoral de 1916⁽⁸⁾ que D. Leme optou pela Política de reaproximação com o Estado, intencionando recuperar o prestígio da Igreja, perdido com a República. Um dos pilares dessa estratégia expressou-se na mobilização e organização do movimento leigo, até então de pouca densidade na história da Igreja. Essa opção do Cardeal redundou na criação de várias organizações católicas leigas, tais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Católicos, a Confederação da Imprensa Católica, o Instituto Católico de Estudos Superiores - depois transformado na Universidade Católica do Rio de Janeiro (1942) - a Liga Eleitoral Católica, a Ação Católica Universitária, estas últimas coordenadas pela organização maior que foi o Centro D. Vital.

Além do trabalho que desenvolveu junto ao governo, D. Leme, ao constatar a pouca penetração das idéias religiosas entre os intelectuais, resolveu investir nessa categoria social, pois acreditava no seu poder multiplicador de idéias, isto é, no seu poder de formar opinião. Influuiu na conversão de alguns nomes como Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, que se tornaram importantes divulgadores da doutrina da Igreja.

Jackson de Figueiredo fundou, sob a orientação do Cardeal Leme, em 1922, o Centro Dom Vital, um instituto católico, de idéias conservadoras, que conseguiu reunir, em seus quadros, importantes intelectuais e liderou os movimentos mais significativos da Igreja, na época. Além de Figueiredo, Amoroso Lima (que substituiu Figueiredo nas funções de liderança, após sua morte prematura, em 1928), Gustavo Corção, Sobral Pinto, Plínio C. de Oliveira, D. Hélder Câmara, formaram um grupo de intelectuais de vanguarda na divulgação do ideário católico. D. Hélder - na época Padre Hélder - e Amoroso Lima foram íntimos colaboradores no lançamento das bases da ACB, da qual o Centro passou a ser um corpo auxiliar.

A ACB surgiu na mesma linha de ação preconizada pelo Papa XI (1922-1939): uma organização de leigos, sob mandato da hierarquia, participando do apostolado da Igreja, fora e acima dos partidos, lutando pelo estabelecimento do reino universal de Cristo. A Igreja, nesse episódio de fundação da Ação Católica, utilizou um discurso que pressupunha uma neutralidade diante dos interesses das classes sociais “fora e acima dos partidos”, dizendo preservar assim a unidade social (apud Beozzo 1984:322).

Foi diante dessa perspectiva posta pela Vaticano que Gramsci denominou a Ação Católica de “verdadeiro partido” da Igreja (1984:297), pois essa instituição, ao

criar um quadro permanente de militantes - com o objetivo de transformá-lo numa organização de massas - criou também diretrizes que lhe foram impostas pelas necessidades internas da própria Igreja. Tendo em vista a Ação Católica ser controlada estritamente pelo episcopado, o controle sobre seus membros seria muito mais eficiente, diferente do partido político tradicional, que, pelo fato de ficar sob a direção dos próprios militantes cristãos, foge mais facilmente a esse controle, haja vista os exemplos do Centro (Partido Católico Alemão) e do Partido Popular Italiano (PPI).

D. Leme, a exemplo de Pio XI, não privilegiou a criação de um partido político católico, optando pela formação de blocos de intelectuais (grupos de pressão), que atuariam como vanguarda do catolicismo, nas lutas em defesa do seu espaço na nova ordem sócio-econômica e política que se delineava no país, cuja consolidação aconteceu após o advento da denominada *Revolução de 30* e o subsequente remanejamento de setores da classe burguesa no poder.

Nessa perspectiva, antecedendo as eleições constitucionais de 1933, foi fundado outro importante movimento leigo, em 1932, oriundo da ação de D. Leme e do Centro D. Vital, junto aos intelectuais: a Liga Eleitoral Católica (LEC), que teve como primeiro presidente Alceu Amoroso Lima. A LEC foi criada com o objetivo de influir na eleição dos constituintes de 1933. Funcionou como o braço político da Ação Católica e se propunha “*ensinar os católicos a votar*”, orientando-os a escolher candidatos comprometidos com o seu programa. Os resultados foram positivos para o movimento, pois conseguiu eleger a maioria dos candidatos que apoiou, inclusive Plínio Correia de Oliveira, futuro fundador da organização denominada Tradição, Família e Propriedade (TFP), de extrema direita. A LEC, como instituição vinculada à ACB, atuou, na ótica gramsciana, como um verdadeiro partido da Igreja.

No mesmo período, quando a economia brasileira voltava-se com mais ênfase para a industrialização, paralelamente aos movimentos católicos, grassava entre os educadores brasileiros um movimento de tendência liberal, de influência norte-americana e européia, denominado de *escola-nova*, que defendia um modelo educacional voltado para a valorização do indivíduo, diante dos princípios das novas sociedades democráticas, industrializadas e de espírito científico. O grupo de educadores, que integrava esse movimento, defendia uma educação pública, gratuita e laica, como forma de democratizar o ensino nas novas sociedades urbano-industriais, tornando-o livre da influência de qualquer credo. Os educadores católicos insurgiram-

se contra esse ideário, alegando tratar-se de um verdadeiro monopólio estatal da educação, sendo mais uma expressão do individualismo liberal-burguês, que retirava o sentido espiritualista da educação, dotando-a de uma cultura laica, materialista, racionalista. Essa polêmica atravessou a década de 50, alcançou o início dos anos 60, só vindo a se extinguir com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional - a LDB, em 1961.

Foi contra a influência desse grupo escolanovista - de renomados educadores, muitos tratados impropriamente de comunistas - e, principalmente contra a ameaça de perda do controle do ensino secundário (em torno de 90% desse ensino eram compostos por escolas particulares, em sua maioria católicas) que a Igreja (os educadores católicos) empenhou-se nessa luta, conseguindo, através da ação da LEC, aprovar medidas, na Constituição de 1934, que lhe beneficiava.

De fato, com essa atuação, a Igreja aumentou seu poder de pressão na Constituinte, fazendo provar o programa defendido pela LEC, que incluía, entre outros tópicos, o ensino religioso, facultativo nas escolas públicas primárias e secundárias, proteção (indissolubilidade) e reconhecimento de efeitos civis ao casamento religioso e ainda o reconhecimento aos sindicatos católicos, para que adquirissem os mesmos direitos dos sindicatos neutros. Vê-se, pelo exemplo, que a Igreja conseguiu influenciar organizações básicas da sociedade civil: a família e a educação, núcleos preferenciais de sua política. Aliás, a esse respeito, ao analisar o que chama de “ideologia católica”, Cury, (1984:38) assim traduz o espírito dos pensadores católicos:

“O regime republicano de 1891-1930 foi, à revelia da maioria católica da nação, instaurado por uma elite cujos objetivos de ordem e progresso estavam calcados em princípios racionalistas, positivistas e maçônicos, alheios à tradição de nosso povo. Debaixo desse otimismo racionalista formaram-se gerações, especialmente nas escolas públicas, que não ouviram falar de deveres morais e nem de deveres religiosos. (...) O pouco que os brasileiros ouviram de Deus foi graças à família, especialmente, às mulheres e às escolas que mantiveram o primado da educação moral, alma de qualquer instrução. Não fossem estes esforços privados, a decadência moral teria chegado ao aniquilamento nacional.”

Tendo em vista os excelentes resultados alcançados nas eleições dos constituintes, em 1933 e 1946, na eleição de 1950 a LEC voltou a atuar, utilizando mais uma vez a força de pressão da Igreja, para influir na eleição de candidatos que se mostrassem receptivos ao seu programa.

Entre o final dos anos 30 e início dos 40, por influência, principalmente, do filósofo francês Jacques Maritain (1882-1973), que em 1935 publicou o livro *Humanismo Integral*, cujo centrismo democrático abriu possibilidade para um catolicismo mais aberto ao mundo moderno e às idéias democráticas (apud Paiva, 1980:56), Amoroso Lima rompeu com as idéias reacionárias do catolicismo brasileiro, adotando posições mais liberais e renovadoras. Carpeaux (1978:82), em entrevista com Amoroso Lima, diz que “*ele próprio acredita hoje que 1938 tenha sido o ano de sua ‘conversão’ ou ‘reconversão’ política*”. D. Hélder seguiu o mesmo caminho. Gustavo Corção e Plínio C. de Oliveira, ao contrário, seguiram direção oposta, tornando-se intelectuais católicos cada vez mais conservadores.

Com a nova orientação, entre 1946 e 1950, a ACB, que antes tinha uma estrutura baseada no modelo italiano (mais autoritário), após a ‘reconversão’ política de Amoroso Lima e do conhecimento das experiências da Ação Católica belga-francesa, renovou seus estatutos, que foram aprovados no I Congresso Nacional de Ação Católica, realizado em 1946. Os estatutos, embora renovados, continuaram com a divisão idade/sexo, apresentando, porém, as seguintes especializações: Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC), masculinas, e as correspondentes femininas: Juventude Estudantil Católica Feminina (JECF), Juventude Operária Católica Feminina (JO CF), Juventude Universitária Católica Feminina (JUCF).

A partir de 1950, por ocasião da Quarta Semana Nacional da ACB, esta adotou definitivamente o modelo belga-francês, do padre Cardjin, de acordo com a ‘ação especializada’ desenvolvida nos diversos setores sociais de sua atuação. Ficou assim dividida: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC), correspondendo a ação dos seus membros, respectivamente, nos meios agrário, estudantil, independente, operário e universitário.

É importante registrar, nos estatutos renovados da ACB, a criação de oito departamentos nacionais destinados às pastorais católicas, que atingiam, no geral, todas as atividades da Igreja, renunciando as futuras pastorais de conjunto

idealizadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). É significativo esse registro para evidenciar os estreitos laços que ligavam as duas entidades, além de terem em D. Hélder o mesmo elemento organizador: Assistente Nacional da ACB e Secretário Geral da CNBB.

Observe-se que a Igreja, acompanhando os tempos modernos, preparou-se para a disputa do seu espaço de influência, especializando-se, a exemplo do modo capitalista de produção, que fragmentou ao máximo o processo de trabalho, alienando o trabalhador, desapropriando-o do saber intelectual. Mas a Igreja, diferente do capitalismo, não perde a dimensão espiritual do homem, pois o plano da salvação está presente em todas as suas atividades. Seus objetivos não são exclusivamente políticos, mas teológico-políticos.

Com a morte do Cardeal Leme, em 1942, a Igreja perdeu em muito o seu poder mobilizador. O substituto, D. Jaime de Barros Câmara, não possuía o carisma do seu antecessor, que conseguia reunir a hierarquia católica brasileira em torno da Diocese do Rio de Janeiro - à época capital do País - nos mais variados momentos. Com sua morte, houve um refluxo nessa tentativa de centralização da Igreja e o poder eclesial foi novamente dispersado entre as diversas Dioceses do País. Esse fato ocasionou o aparecimento de iniciativas renovadas isoladas, algumas voltadas para a 'atuação no meio', palavra de ordem da Ação Católica.

A Diocese de Natal (RN), em conjunto com a Ação Católica, coordenou uma dessas, 'iniciativas renovadoras', que passou a história com o nome de 'Movimento de Natal', atingiu vários municípios do Estado do Rio Grande do Norte e teve início no final da década de 40, portanto, antes mesmo da criação da CNBB. Foi um movimento precursor do espírito de mudanças que tomou conta de setores da Igreja brasileira, mais notadamente a partir dos anos 50, época do nacionalismo - desenvolvimentismo. Considerado reformador, modernizante (Ferrari, 1968, Camargo, 1971), introduziu técnicas de trabalho e atividades variadas, utilizadas depois por outras Dioceses e/ou Paróquias, inclusive pela CNBB, a exemplo das pastorais de conjunto, da educação pelo rádio, campanhas da fraternidade entre outras.

2.4 A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

A falta de uma liderança ou de um organismo centralizador, que reunisse a Igreja em torno de atividades comuns, diminuía o poder de pressão e era até mesmo

perigoso para seu futuro. A excessiva descentralização pulverizava suas forças, facilitando o avanço das idéias comunistas e/ou de outros cultos - como o pentecostalismo e os cultos afro-brasileiros, a esse respeito, afirmava Gramsci (1981:16), *“a força das religiões, notadamente da Igreja Católica, consistiu e consiste no seguinte fato - que elas sentem intensamente a necessidade de união doutrinal de toda a massa ‘religiosa’ e lutam para que os estratos intelectualmente superiores não se destaquem dos inferiores”*. A Igreja romana sempre lutou tenazmente pela preservação de sua unidade, controlou seus intelectuais, impôs uma rígida hierarquia, criou mecanismos disciplinares (a exemplo da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé), contanto que fosse preservada sua unidade e disciplina.

Foi então que começou a tomar corpo uma nova figura carismática na Igreja: D. Hélder Câmara. De início, teve militância ativa na Ação Integralista Brasileira (AIB); rompeu depois com esse movimento, tornando-se um dos maiores defensores da chamada Igreja progressista. Foi nomeado, em 1947, Assistente Nacional da Ação Católica e Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, em 1950. Esse religioso, antigo auxiliar do Cardeal Leme, companheiro de Amoroso Lima nas lides da ACB, tentou suprir essa acefalia da Igreja. Foi a força principal na criação da CNBB, organismo que, se inicialmente teve uma atuação reduzida, progressivamente passou a dirigir os destinos políticos da Igreja.

De acordo com versão da Igreja e de estudiosos do assunto (Bruneau, 1974; Barros, 1968), a CNBB surgiu, em outubro de 1952, graças à persistência de D. Hélder Câmara junto ao Vaticano, mais precisamente ao Mons. Montini, futuro para Paulo VI. Foi criada, segundo seus estatutos, *“com o fim de estudar e discutir - em reuniões de caráter não conciliar mais amistoso - problemas de competência do Episcopado e de interesse comum”* (Queiroga, 1977:423). De início, exerceu importância limitada, até mesmo pela característica própria de ser um tipo de instituição não previsto no Direito Canônico em vigor (os bispos, ou em determinadas circunstâncias o núncio apostólico, são os reais representantes da Igreja).

Observa-se, no entanto, que a fundação da CNBB fazia parte de um contexto maior de delimitação de espaços particulares de influência. A conjuntura internacional do pós-Guerra, caracterizada pela divisão do mundo em dois blocos de poder - capitalista X comunista - levou a Igreja a optar pelo apoio ao bloco capitalista ocidental cristão, pois aí vislumbrava um espaço para divulgar seu plano de salvação. Além do mais, o comunismo, pela própria característica de ser denominado ateu pela

Igreja, havia sido eleito pelo Vaticano como seu maior inimigo, sendo seus adeptos excomungados em 1937, pelo papa Pio XI, através da encíclica Divina Redemptoris.

Mas, independente desse apoio ao mundo ocidental cristão, a Igreja precisava preservar seu espaço próprio. O surgimento de uma instituição com as características da CNBB (unir todos os bispos em torno de um organismo central) facilitaria a manutenção/ampliação desse espaço. A esse respeito, Gramsci (1981:21), ao abordar o papel político dos intelectuais, realça a função organizativa dessa categoria social dizendo que “não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes”. Vê-se que a CNBB pretendia exercer essa função organizativa na instituição eclesiástica católica, isto é, pretendia organizar e dirigir a comunidade de fiéis, mantendo a unidade da Igreja em torno dos seus princípios doutrinários.

Foi, portanto, nessa perspectiva a CNBB fundada (1952), demonstrando que a Igreja acordara a nível nacional, pois apesar de pautar seus objetivos numa ótica de salvação espiritual, não poderia deixar de sofrer as influências do momento histórico em que se desenvolvia sua ação. Iniciativas isoladas, como a do Movimento de Natal, eram importantes, mas não suficientes. As classes e setores de classe estavam se organizando, a Igreja não poderia dedicar-se apenas ao espiritual sob pena de ver cada vez mais diminuída a sua influência. Até aquele momento sua prática pastoral, em geral, havia sido conservadora e “zelosa de guardar não só a fé e a moral perenes, mas também as tradições e devoções. Corria, portanto, o risco de imobilismo” (Queiroga, 1977:325-326).

A CNBB então iniciou um novo projeto pedagógico de ação voltado para o social, contando para isso com a atuação dos leigos da ACB. Gervásio Queiroga (1977:166-170) dá uma visão desse projeto ao comentar:

“O momento político nacional, após 1945 - com a redemocratização do país, o fervilhar de novas idéias e medidas legislativas ou econômicas - estava a exigir mais freqüentes e refletidas tomadas de posição ou decisões pastorais do episcopado”.

E, demonstrando, a grande ligação que existia entre a CNBB e a Ação Católica, continua:

“A ACB cria as condições favoráveis ao desabrochar da idéia e à realização do projeto da CNBB, (...) aliás, é difícil discernir, então onde começa ACB, em plano nacional e termina a atividade do seu vice e depois Assistente Geral” (referindo-se a D. Hélder Câmara,

idealizador e primeiro secretário geral da CNBB e Assistente Geral da ACB).

Reafirmando essa ligação com a Ação Católica, a CNBB, na 1ª Assembléia, realizada em 1953, aprovou um projeto que previa um plano de atividades para o apostolado dos leigos. Esse plano tinha o propósito de congregar todos os movimentos leigos sob a liderança da “Confederação Católica Diocesana”, embora ressaltando que seria sem prejuízo das atividades de cada movimento em particular. Observe-se aí o propósito de criação de um organismo único, que centralizasse todo o movimento leigo, objetivando, ao entrosar os diversos movimentos, *“superar o isolamento ou a desconfiança para com a ACB, suspeita às vezes de espírito de dominação e monopólio do apostolado laical”* (Queiroga, 1977:346). A Igreja, ao organizar seus intelectuais, objetivou manter sua doutrina na comunidade de fiéis, mas, como sofria uma falta crônica de sacerdotes, apelou para os leigos e elegeu a Ação Católica, um apostolado de elite, controlado diretamente por ela, como seu principal interlocutor.

Gramsci (1984:281) diz que a Ação Católica representou na história e reação da Igreja contra a apostasia das massas. Ela (Igreja) passou à defensiva por não ser mais aquela força ideológica mundial do período feudal. Precisava formar um partido próprio e recuar o mínimo possível de suas posições. No contexto pós-45, no Brasil, a abertura democrática tanto fez avançar as forças capitalistas como as comunistas e mesmo outras forças religiosas (pentecostalismo, cultos afro-brasileiros). A Igreja, para fazer a todas essas forças, reagiu, organizando-se na CNBB e reforçando a Ação Católica, considerada “o principal instrumento de renovação do catolicismo contemporâneo no país” (Folha de São Paulo, apud Gervásio, 1977:169).

Nas assembléias seguintes, realizadas de dois em dois anos, a CNBB renovou cada vez mais a prática da Igreja em direção ao social, haja vista alguns temas aí tratados: “Igreja e movimento da propriedade”, “reforma agrária” (com justa distribuição da propriedade), “instrumento de comunicação social” (imprensa, rádio, televisão etc.).

Vale ressaltar que, nessa década de 50, a Igreja aproximou-se bastante dos governos brasileiros, notadamente do Governo Kubitschek e da sua política desenvolvimentista. Nesse sentido, em 1956, a CNBB promoveu em Campina Grande (PB) o I Encontro dos Bispos do Nordeste, que contou com ampla participação do Governo Federal. O próprio Presidente coordenou duas reuniões preparatórias a esse Encontro no Palácio do Catete, juntamente com Ministros de Estado e técnicos de

órgãos públicos que atuavam na região, além da presença de D. Hélder Câmara (Encontro dos Bispos do Nordeste, 1, 1960:23). O evento tratou exclusivamente de problemas da Região Nordeste, influenciando decisivamente na criação, em 1959, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com o objetivo de promover o desenvolvimento planejado dessa região, através da ação integrada de todos os órgãos (públicos e particulares) que aí atuavam. Foi muito importante a atuação do episcopado brasileiro nesse encontro. O Presidente Kubitschek, também presente, assim se expressou:

“Ao receber de D. Hélder Câmara o convite para promover o entrosamento entre autoridades eclesíásticas e autoridades do meu governo, e o seu apelo para minha participação como Presidente da República neste Encontro dos Bispos do Nordeste, no que tanto me alegrou e honrou, logo me tomei de entusiasmo e deliberação de em tudo ajudar com largueza, compreendendo imediatamente o significado ao mesmo tempo espiritual e moral da iniciativa, vendo ainda mais no empreendimento uma nova e feliz oportunidade de colaboração no Brasil entre o poder civil e o poder religioso, entre a Igreja e Estado” (Encontro dos Bispos do Nordeste, 1, 1960:23).

Bruneau (1974:155) diz, inclusive, que foram os bispos, e não os técnicos do governo, os responsáveis pela proposta de planejamento global para a área, tendo em vista promover o desenvolvimento da região. Aliás, na Declaração dos Bispos do Nordeste (Encontro dos Bispos do Nordeste, 1, 1960:29), nas conclusões gerais do Encontro, fica claro que ocorreu, de fato, por parte dos Bispos, uma proposta de planejamento global, haja vista os temas considerados prioritários para serem debatidos:

“A) Planejamento e investimentos. B) Agricultura. Crédito Rural. Colonização. C) Serviços sociais e educativos. D) O problema da eletrificação do Nordeste e a contribuição da CHESF para sua solução. E) Programa de execução imediata. F) A Igreja em face dos problemas do Nordeste”.

A criação da SUDENE reflete a política desenvolvimentista do Governo Kubitschek, que contava com as simpatias do episcopado brasileiro. No exemplo da SUDENE, todos deveriam unir-se em torno de um ideal - no caso o desenvolvimento do Nordeste - sob a égide de um Estado protetor. Segundo J. Comblin (apud Romano,

1979:30), assessor dos bispos nordestinos, o episcopado desse região e as camadas “mais esclarecidas” da Igreja também estavam imbuídas das idéias desenvolvimentistas.

Em continuidade aos trabalhos iniciados no Encontro de Campina Grande (PB), em 1956, realizou-se, em Natal (RN), em 1959, o II Encontro dos Bispos do Nordeste. Esse conclave, que também reuniu técnicos do governo, políticos e contou mais uma vez com a presença do Presidente Kubitschek, demonstrou o interesse e o grau de participação da Igreja nos rumos da política desenvolvimentista do Governo JK. Os bispos, inclusive, acharam que nesses dois Encontros “foi concebido um projeto social que poderia abrir caminho ao desenvolvimento e à promoção da justiça social” (apud Lima, 1979:179).

O discurso de Presidente Kubitschek espelha essa comunhão de idéias:

“Como se executaria o planejamento regional agora feito pela Operação Nordeste, se a força moral da Igreja não tivesse ajudado o Governo a articular e entrosar elementos oficiais e particulares que, embora atuando na mesma região, não tivesse ajudado o Governo a articular e entrosar elementos oficiais e particulares que, embora atuando na mesma região, não se prestavam mútuo auxílio, não se completavam, trabalhando fragmentariamente, com grande desperdício de verbas e de técnicos?” (Encontro dos Bispos do Nordeste, 2, 1959:14).

O desenvolvimento do Nordeste era encarado pelo episcopado da região como uma forma de diminuir os desequilíbrios regionais, diante do forte desenvolvimento capitalista do centro-sul. Anos mais tarde (1973), no documento *Eu ouvi os clamores do meu povo* (apud Lima, 1979:179), esse episcopado diria acreditar que na época (década de 50), “o grande problema do desenvolvimento brasileiro residia no subdesenvolvimento nordestino. [E que] esse problema transcendia o terreno econômico para converter-se em grave problema político, pondo em risco a segurança e a própria unidade nacional”.

O fato é que a Igreja, para preservar as bases sociais e exercer sua missão evangelizadora, desenvolveu uma política de alianças com o Estado burguês, não com o objetivo exclusivo de manter a dominação desse Estado, mas principalmente para preservar/ampliar seu (da Igreja) espaço próprio de influência e disseminar sua

doutrina religiosa, isto é, anunciar a Boa Nova, evangelizando seus fiéis, iniciando uma ação pedagógica mais direta no social.

A unidade é um fator primordial para a sobrevivência da Igreja, como argumentava Gramsci (1981:27) em seus estudos:

“A religião - ou uma igreja determinada - mantêm a sua comunidade de fiéis (dentro de certos limites fixados pelas necessidades do desenvolvimento histórico global) na medida em que mantêm permanente e organizadamente a própria fé, repetindo infatigavelmente a sua apologética sempre e em cada momento contra argumentos similares, e mantendo uma hierarquia de intelectuais que emprestem à fé pelo menos a aparência da dignidade do pensamento”.

A CNBB foi um veículo dessa estratégia, incentivando e/ou atuando conjuntamente com a Ação Católica, desenvolvendo progressivamente suas diretrizes de trabalho pautadas numa ação desenvolvida no social.

Aqui, mais uma vez, merece destaque a atuação da Diocese de Natal e o seu espírito de mudanças, tendo em vista ter executado uma política voltada para o social, antecedendo a prática da CNBB.

NOTAS

- (1) Em 1950, a população rural representava 70% da população brasileira. Em 1960, esse índice baixou para 60% e, em 1970, essa relação já era invertida, estando em apenas 48%, evidenciando uma grande êxodo rural e uma política perversa de concentração de renda.
- (2) Vanilda Paiva, ao discutir o pensamento de Hélio Jaguaribe, um dos líderes do ISEB, diz que, para ele, fase significava uma “etapa no processo histórico da comunidade integrada no processo da sua cultura”. A Autora comenta, ainda, que Jaguaribe, em artigo publicado, afirmou que os isebianos recebiam influência do historicismo em geral e da filosofia da existência em particular, além do pensamento econômico da CEPAL e da sociologia do conhecimento de Mannheim. Apud Paiva, (1980:a36).
- (3) Para maiores detalhes sobre o tema, consultar: MARANHÃO, Sílvio (org.) A Questão Nordeste; estudos e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento: o processo de criação da SUDENE. São Paulo, Perspectiva, 1976. OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classe. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- (4) Em 1937, D. João Becker chegou a elogiar a nova Constituição, afirmando ter “um certo caráter espiritualista e cristão” (Bruneau, 1974:83).

(5) D. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942), arcebispo do Rio de Janeiro, e D. Hélder Câmara (1909) foram as figuras de maior destaque da Igreja brasileira na primeira metade do presente século. D. Leme estudou no Colégio Pio Americano, em Roma, berço dos hierarcas da América Latina. Nomeado Cardeal - o segundo do Brasil - no final do ano de 1930, chegou ao Rio de Janeiro, procedente de Roma, em plena ebulição da chamada “Revolução de 30”. Desempenhou importante papel nesse movimento, ao convencer o presidente eleito Washington Luís a renunciar pacificamente, evitando maiores derramamento de sangue. A conjuntura histórica dos anos 30 proporcionou condições para D. Leme firmar, junto ao novo governo estabelecido, um estreito relacionamento entre Igreja-Estado, relacionamento esse que perdurou por toda a gestão Vargas, readquirindo, então, a Igreja, privilégios perdidos desde a República (1889).

(6) As concordatas foram acordos internacionais assinados entre a Igreja e alguns Estados para cooperação mútua (só Pio XI assinou 18 concordatas). Destaque-se as realizadas com o Estado fascista italiano, em 1929, os chamados Acordos de Latrão, e com o III Reich de Hitler, em 1933.

(7) Nesse contexto pós-30, as posições assumidas pela Igreja, frente ao Estado brasileiro, guardadas as devidas proporções, por tratar-se de momentos históricos específicos, assemelham-se à situação italiana retratada por Gramsci nos Cadernos do Cárcere. Naquele país, diante da consolidação do Estado liberal-burguês, a Igreja, que inicialmente lutara abertamente contra ele (1870), diante da ameaça comunista e da impossibilidade de lutar contra dois fortes opositores (liberais e comunistas), refaz sua posição, optando pela aliança com o Estado burguês. Pouco a pouco aproxima-se então desse Estado: primeiro suspende a proibição dos católicos participarem da vida política e apoia nas eleições de 1913 os candidatos liberais; segundo, cria e/ou incentiva a criação de organizações laicas paralelas à sua estrutura (escolas, cooperativas, sindicatos, partido político etc.) e organiza a Ação Católica - seu verdadeiro partido, segundo Gramsci; e, terceiro, assina com o Estado fascista italiano os Acordos de Latrão (1929), que selaram a aliança entre a Igreja e aquele Estado.

Por outro lado, o Estado italiano financia a Igreja, salvando-a de grave crise financeira, devolve-lhe a hegemonia sobre o aparelho escolar e consegue que a Igreja não lhe dificulte o exercício do poder, mas favoreça-o, facilitando assim a

obtenção da hegemonia sobre os grupos subalternos que, a exemplo do Brasil, o novo governo também encontrava dificuldades em exercer.

- (8) Nessa carta pastoral, D. Leme faz um balanço da situação em que se encontrava a Igreja, constatando seu poder de influência, recomendando a necessidade da religião católica desempenhar um papel mais importante na sociedade brasileira.

3. O MOVIMENTO DE NATAL

3.1. Contexto Histórico

As transformações estruturais ocorridas na sociedade brasileira após o Movimento de 30, com o deslocamento do poder das elites oligárquicas, facilitaram o processo de acumulação capitalista, intensificando-se a industrialização no país, notadamente depois de 1937.

Na época, os debates em torno dos problemas econômicos, sociais, políticos, apresentavam-se revestidos de uma roupagem nacionalista, revelando uma preocupação, em diversos setores da sociedade, com a elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento para o país. Ianni (1977:58,59) mostra que o tenentismo, a nascente burguesia industrial, setores politizados do proletariado, grupos da classe média, além de movimentos artísticos e mesmo o integralismo (a sua maneira particular) estavam comprometidos com soluções do tipo nacionalista para os dilemas da sociedade brasileira.

Esse projeto de desenvolvimento industrial autônomo alcançou condições mais favoráveis para sua realização devido a eclosão da 2ª Grande Guerra e a crise mundial do capitalismo nos diversos países envolvidos nesse conflito, o que resultou em alterações no fluxo do capital entre o Brasil e os países imperialistas. Diante dessas condições relativamente favoráveis do setor externo, o país desenvolveu um processo interno de substituição de importações, expandido, assim, sua capacidade produtiva industrial.

O novo modelo econômico em curso, de marcada influência cepalina, recebeu particular incentivo a partir do segundo Governo Vargas. Contou com amplo apoio de fortes correntes nacionalistas, mas, notadamente com o desenvolvimentismo do Governo JK, essa alternativa econômica cedeu terreno a um modelo de desenvolvimento internacionalista, de favorecimento ao capital internacional, haja vista, então a aplicação em larga Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que distinguiu preferencialmente esse capital.

Mantega (1984:40) afirma que o modelo de desenvolvimento capitalista autônomo, proposto pela CEPAL, propunha um desenvolvimento nacional mais do que um desenvolvimento propriamente nacionalista. Apesar de propor um crescimento das atividades industriais com menos dependência externa, não fazia

maiores restrições à “ajuda externa”, quer dizer, a investimentos capitalistas internacionais na indústria nacional, desde que viessem implementar o desenvolvimento.

Esse desenvolvimento industrial urbano alterou profundamente as relações de produção na campo, tendo em vista as articulações então encetadas entre o empresariado rural e o empresariado urbano, objetivando adequar as forças produtivas do setor rural à nova ordem econômica, modernizando-as e introduzindo novos meios e instrumentos de produção, além de alterar as relações de trabalho, assalariando a mão-de-obra rural.

As oligarquias rurais, dominantes até 30, começam a sofrer um deslocamento dos centros de poder, cedendo lugar a novas classes e setores de classe que nascem/evoluem com o desenvolvimento das forças produtivas (burguesia industrial e financeira, camadas médias e operariado). No entanto, é bem lembrar que, apesar das relações de força parecerem favoráveis à burguesia industrial.

“parece difícil, contudo, estabelecer uma separação entre esta fração e a própria oligarquia agrária, na medida em que os capitais que serviram de base para levar a cabo a industrialização substitutiva provinham sobretudo, dado o montante de divisas, dos grupos exportadores” (Moreira, 1979:29).

O aumento do operariado nas grandes cidades ocasionou maior capacidade de organização de seus quadros, observando-se então, a proliferação de associações, sindicatos e outras organizações classistas, na maioria das vezes sob a influência de forças ditas “de esquerda” (socialistas, comunistas, trabalhistas, etc.). Essa movimentação teve início nas cidades, mas nesse período do pós-Guerra estendeu sua influência para o campo, deixando muito “apreensivas” as classes dominantes brasileiras.

Esse quadro conjuntural, aliado ao crescimento do comunismo, tanto a nível internacional como nacional, preocupou a burguesia e também a Igreja. A zona rural foi sempre considerada reduto tradicional da influência educativa da Igreja desde o contexto da época feudal, cuja economia tinha como base a terra. A Igreja que dizia ter perdido, no século XIX, a classe operária (Pio XI), agora, no século XX, não quer perder também os trabalhadores rurais.

A Igreja empenhou-se nessa luta. Em 1931, comemorando os 40 anos de Rerum Novarum (Leão XIII) - a primeira encíclica social da Igreja - o Papa Pio XI

publicou a *Quadragesimo Anno*, sobre a Restauração e o Aperfeiçoamento da Ordem Social, onde fez uma avaliação do trabalho social realizado pela Igreja nos últimos 40 anos. Denunciou a ditadura econômica do capital e condenou veementemente o socialismo:

“O socialismo, quer se considere como doutrina, quer como fato histórico, ou como ‘ação’, se é verdadeiro socialismo, mesmo depois de se aproximar da verdade e da justiça nos pontos sobreditos, não pode conciliar-se com a doutrina católica, pois concebe a sociedade de modo completamente avesso à verdade cristã” (apud Beozzo, 1984:311).

As diretrizes do trabalho social da Igreja são apresentadas nesse encíclica. Pio XI também mostrou-se simpático ao corporativismo fascista, apoiando suas proposições concernentes à colaboração entre as classes, à repressão ao socialismo e à criação da justiça trabalhista, delineando-se aí a proposição da “3ª via”, proposta mais tarde defendida por aquela instituição católica. Para a Igreja, que via com olhos benevolentes a ascensão do fascismo e, no Brasil, seu similar o integralismo, elegeu como grande vilão o comunismo. No Brasil, a influência fascista se fez presente entre clérigos e leigos católicos. No mesmo período, em 19 de março de 1937, o mesmo Papa publicou a encíclica *Divini Redemptoris*, cujo objetivo foi condenar duramente o comunismo.

No mesmo sentido, o I Congresso Interamericano de Educación Católica (1945), em Bogotá (Colômbia), assim expressou-se no Acuerdo nº 4, “Sobre el Comunismo”:

“Considerando:

1º: La existencia del peligro grave del comunismo para las juventudes escolares de la América Latina, nascido principalmente de la falta de preparación doctrinal que permita contrarrestar el apremio y los engaños de la propaganda;

2º: Que para conjurar este peligro no basta la represión externa y violenta del comunismo, ni la preservación artificial de los educandos, sino que es indispensable una preparación eficaz intelectual y moral,

Acuarda:

1º: Crear en todas las instituciones docentes católicas, colegios, universidades etc. la cátedra de sociología católica.

(...)

3º: Instituir centros especializados de Acción Católica, dentro de los colegios y universidades, que formen la auténtica consciencia social-católica en nuestras juventude.”

A proposta deixa claro que a educação estava sendo tratada como uma técnica social, como técnica de influenciar pessoas; a escola poderia ser usada para uma “preparación doctrinal” da juventude, segundo os princípios doutrinários da Igreja. Importante, também, foi o lugar reservado para a “Acción Católica”: formar “la auténtica consciencia social-católica en nuestras juventudes”, atribuindo, assim, à Ação Católica o poder de, como vanguarda do catolicismo, controlar/organizar os jovens, contra a influência do comunismo.

No âmbito da Igreja brasileira, também em 1937 (8 de setembro), os bispos, sob a orientação do Cardeal Leme, publicaram uma Pastoral Coletiva sobre o comunismo, onde se lê: “Pedi a Deus que preserve do flagelo do comunismo ateu o nosso querido Brasil; pedi-lhe que assistia as nossas autoridades no cumprimento dos árduos deveres de conservar a ordem social e defender o patrimônio de nossa civilização ameaçada”. (Apud Beozzo, 1984:32). Estavam, portanto, explícitas nesses pronunciamentos oficiais as diretrizes norteadoras dos rumos da política social da Igreja.

Para por em prática essa nova política social, a Igreja criou a Ação Católica, um corpo auxiliar formado por intelectuais leigos, que serviu de elo de ligação entre a Igreja - corpo espiritual - e o mundo - corpo profano, transmitindo-lhe a doutrina católica, isto é, atuando “fora e acima dos partidos”, como vanguarda do catolicismo, nas lutas em defesa do seu espaço na nova ordem sócio-econômica e política que se delineava no país. Em 1935, D. Leme oficialmente criou a ACB.

Gramsci (1984:280) diz que:

“a Ação Católica assinalou o início de uma época nova na história da religião católica: quando ela, de concepção totalitária, (...) torna-se parcial (...) e deve possuir um partido próprio, (...) a Ação Católica representa a reação [da Igreja] contra a apostasia de amplas massas, imponente, isto é, contra a superação de massa da concepção religiosa de mundo”.

Através da Ação Católica, a Igreja tinha por objetivo controlar a comunidade de fiéis, uma vez que, possuindo características organizativas próprias de um partido

político, a Ação Católica possuía também a capacidade de controlar/organizar os fiéis, sendo que sua vez diretamente controlada pela Hierarquia. Os partidos políticos e os sindicatos católicos, pelo fato de possuírem maior independência, fugiam mais facilmente ao controle da Igreja. Depois da criação da CNBB, em 1952, a ACB ficou hierarquicamente subordinada a essa Instituição.

A ACB tornou-se, a partir de então, um importante disseminadora do pensamento social da Igreja, atuando ativamente no meio, justificando seu nome “ação”, em contraposição a “oração”, fase anterior mais voltada para práticas individuais do culto. Tornou-se um instrumento divulgador da política social da Igreja, participando de experimentos, projetos, que se disseminaram por todo o país. Um desses experimentos, o denominado Movimento de Natal, desenvolvido pela então Diocese de Natal, atuou nessa perspectiva. Foi muito divulgado, tanto no Brasil como no exterior, como um movimento renovador, dentro do espírito de mudanças depois popularizado pelo Concílio Vaticano II.

Ainda a propósito do “fantasma” do comunismo, desta vez, a nível local: quando o Brasil rompeu relações diplomáticas com a União Soviética (1947), o jornal da Diocese de Natal, A Ordem (22 de outubro de 1947), saudou essa atitude como “patriótica decisão do Governo, salvando a dignidade nacional”. Na edição de 19 de novembro de 1947, o jornal católico mais uma vez demonstrou o seu anticomunismo, alertando seus leitores para a infiltração dos “adeptos de Stalin” na Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes (CEAA), dizendo não ser conveniente

“apenas ensinar a ler e escrever. Era preciso, antes de tudo educar! [pois] os comunistas não dormem”. O Governo deveria, antes de ensinar a ler e escrever, também dar aulas de “civismo, religião, práticas educativas e, sobretudo, palestras elucidativas e instrutivas” sobre o comunismo e a respeito de “seus erros enormes no Brasil, como em toda parte”.

3.2 Gênese do Movimento de Natal

A cidade do Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, apresentou, durante a 2^a Grande Guerra, um rápido crescimento, advindo principalmente de sua estratégica localização geográfica, que serviu como ponto de apoio ao envio de tropas militares norte-americanas para o palco central das lutas na África e na Europa.

De acordo com depoimentos da época, a cidade foi transformada em “*verdadeira praça de guerra*” (Furtado, 1976:215), pois a construção do campo de pouso, em Parnamirim (RN), constituiu-se, segundo as entusiasmadas palavras de Câmara Cascudo (1980:401), na

“maior mobilização técnica obtida pelos Estados Unidos fora do seu território. Mesmo relativamente ao potencial, Parnamirim era imenso e digno de orgulho. Pistas de dois mil metros facilitavam a descida imediata de 250 aviões. Mil e quinhentos edifícios abrigavam 10.000 homens. Todos os serviços modernos, todos os recursos da técnica, possíveis ao gênio e ao dinheiro, estavam abundantemente acumulados em Parnamirim.”

Tudo isso alterou profundamente a rotina diária da cidade que possuía, em 1940, 54.836 habitantes, tendo a população praticamente duplicado em 1950, atingindo 103.215 habitantes. Ocorreu uma rápida transformação na cidade: os bares, cassinos e cabarés se multiplicaram. O comércio de um modo geral cresceu e cresceu também o nível de novos empregos, canalizando para a capital levas de desempregados, em sua maioria vindos do campo, atraídos pelo surto de riqueza advindo dos dólares americanos, em busca de trabalho.

Com o término da Guerra, e a conseqüente retirada das tropas norte-americana, a cidade mergulhou em grave crise, tanto pela recessão econômico-financeira, quanto pela degradação dos costumes: o jogo e a prostituição grassavam. A própria administração local contribuía para esse estado de coisas, pois a Interventoria, que assumira em 1943, “*se caracterizou, de logo, por um clima de desregramento moral, com o licenciamento de cassinos e liberação de toda modalidade de jogos proibidos*” (Furtado, 1976:217).

A Igreja local, que desde 1936 criara a Juventude Feminina Católica (JFC), fundou, em 1944, a Juventude Masculina Católica (JMC) e, diante do quadro de crise despontada na cidade, resolve ampliar sua ação social, de acordo com a orientação nacional da ACB, que a essas alturas já havia assumido posições mais liberais e democráticas, sob a influência da “reconversão política” de Amoroso Lima em 1938.

É interessante observar as diretrizes da Igreja local para a JFC, em publicação da Diocese de Natal, em 1937, de título: “Para compreender a J.F.C.”. Aí se lê:

” Parte integrante da Ação Católica a J.F.C. é, antes de tudo, como vimos, um apostolado de ação. Exorbitando do âmbito das Igrejas e

das sacristias, vai atingir todos os setores da sociedade, numa ação persistente e regular de propaganda, de infiltração e de proselitismo, na família, na paróquia, na escola, na fábrica, nos escritórios, no meio, onde a jefecista vive e trabalha. (...) Como parte integrante da Ação Católica a J.F.C. assenta sobre a estrutura sólida de uma formação pessoal a toda prova. ESPÍRITO DE FÉ, VIDA SOBRENATURAL, ESTUDO E DISCIPLINA. São pontos cardeais que orientam a atividade apostólica da J.F.C.”.

Ao dissertar sobre esse quatro aspectos diz que Espírito de Fé se caracteriza quando a jefecista

“põe suas qualidades pessoais a serviço de um ideal superior: promover a glória de Deus, conquistar almas e recristianizar a sociedade. (...) A Vida Sobrenatural confere-lhe o poder de MODIFICAR O MEIO sem se deixar influenciar pelas suas interferências perigosas”.

Quanto ao item Estudo, lê-se:

“A J.F.C. não limita o âmbito de sua ação ao apostolado da oração, do exemplo, das obras; mas, visa primeiramente, o APOSTOLADO DA PALAVRA: propaganda, proselitismo, infiltração de idéias cristianizantes, penetração no seio da massa, das colegas, das amiguinhas...”,

E, quando se refere a Disciplina, diz:

“A J.F.C. é um APOSTOLADO ORGANIZADO. E, sem disciplina, torna-se impossível toda e qualquer organização. (...) Sem disciplina pode haver AÇÃO DE CATÓLICOS; não, porém, AÇÃO CATÓLICA”.
(Igreja Católica, 1937:11-14-15-17).

Considerou-se importante transcrever a citação acima pelo forte teor ideológico que contém, demonstrando mais uma vez o poder de organização da Igreja e do controle que exerce sobre seus intelectuais: diante do movimento de dessacralização das massas, foi feito um apelo aos intelectuais da Ação Católica, um apostolado de elite, controlado diretamente por ela. Assim, através da Ação Católica, a Igreja vai arregimentar intelectuais que iriam cerrar fileiras em torno da difusão da sua doutrina social, agindo não mais no plano individual, mas dentro do social, tentando “modificar o meio”, “recristianizando a sociedade”, através da “infiltração”

do ideário cristão no seio das massas. Alie-se a esse aspecto a “organização” e a “disciplina” e ter-se-á um verdadeiro partido da Igreja, organizado e organizando a comunidade do catolicismo, fazendo frente às idéias comunistas, protestantes etc., garantindo, portanto, a ampliação do espaço da Igreja nesse contexto de contradições do mundo burguês.

Mas, foi somente depois da criação da JMC (1944) e da Escola de Serviço Social (1945) que as atividades que iriam compor o Movimento de Natal ganharam maior dimensão.

Alguns autores (Ferrari, 1968; Camargo, 1971) atribuem a arrancada inicial desse Movimento aos esforços de dois jovens sacerdotes, Pe. Eugênio Sales e Pe. Nivaldo Monte (ambos assistentes eclesiais das respectivamente, JMC e JFC), e de mais quatro companheiros preocupados com a crise social, econômica e moral pela qual passava a cidade do Natal. Diante da omissão das autoridades governamentais, resolveram exercer um “apostolado de ação”, extrapolando o âmbito das “Igrejas e sacristias”.

Entretanto, sem negar o dinamismo desses clérigos, é possível considerar a ação desenvolvida pelo Movimento de natal como fazendo parte de um contexto maior de mudanças ocorridas no pós-Guerra. Essas mudanças aconteceram, tanto a nível nacional, como internacional: de um lado provocadas pelo desenvolvimento das relações de produção capitalista - diante do reordenamento das suas forças mundiais - e pelo crescimento do comunismo, com o fortalecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Por outro, como resultado das alterações ocorridas na conduta da própria Igreja que, diante da nova conjuntura mundial do pós-Guerra, sente necessidade de modificar sua ação pastoral, modernizando-se e adequando-se àquele momento histórico. Daí o fortalecimento da Ação Católica e as mudanças introduzidas com seu “apostolado de ação”, em lugar de um exclusivo “apostolado de oração”.

Na verdade, até 1945, a ação social desenvolvida pela Ação Católica, no Rio Grande do Norte, foi incipiente. Era um trabalho puramente catequético; praticamente não existia um movimento social, pelo menos nos moldes introduzidos depois pelo Movimento de Natal. A Igreja limitava-se a exercer atividades assistencialistas, em colaboração com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e com o Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social (SERAS).

A LBA foi instalada no Estado em 1942 e tinha, entre outros, o objetivo de dar apoio às forças armadas e às famílias dos “pracinhas” convocados, assistir aos flagelados das secas e ajudar financeiramente a entidades de caráter assistencial, públicas e particulares. O SERAS, criado pelo Governo Estadual em 1943, destinava-se ao acompanhamento de “menores problemáticos”. O bispo de Natal, D. Marcolino Dantas, logo que foi instalada a Comissão Estadual da LBA, *“reuniu os diretores de todas as instituições católicas a fim de estudar os meios de colaborar com a LBA. Desenvolveu-se, em todo o Estado, estreita colaboração entre a Igreja, a LBA e o SERAS”* (Ferrari, 1968:53).

De 1943 a 1945 esses dois organismos governamentais foram dirigidos, simultaneamente, por Aluizio Alves (mariano e um dos idealizadores da Escola de Serviço Social) que, em seguida, ingressou na vida parlamentar como deputado federal, pela União Democrática Nacional (U.D.N.) em 1945. Em 1961, elegeu-se Governador do Estado, numa dissidência da UDN, apoiado pela coligação Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrata Cristão (PDC) e de setores da esquerda alojados no Partido Trabalhista Nacional (PTN). Até os dias atuais (1992) Aluizio Alves continua uma das lideranças locais, desenvolvendo uma política “modernizadora”, com característica “clientelística/conservadora”.

A UDN, assim como o PSD, congregavam no Estado as tradicionais forças representantes da oligarquia algodoeiro-pecuária. Aluizio Alves foi um de seus tradicionais aliados. *“No Rio Grande do Norte (...), PSD e UDN não somente se originaram das entranhas do [oligárquico] Partido Popular, mas, igualmente, do ventre do Estado Novo”* (GERMANO, 1982:47).

Pelo visto, o Movimento de Natal, desde suas origens, além de trabalhar em íntima associação com o Estado, também contou com a colaboração das elites oligárquicas locais.

A partir de 1945, com a fundação da JMC e a criação, pela JFC, da Escola de Serviço Social - em convênio com a LBA, as atividades da Ação Católica ganharam maior dimensão. Segundo palavras de D. Nivaldo Monte (informação verbal), *“a necessidade de criar quadros culturalmente bem formados, para não fazer a coisa assim ao léu”*, fez surgir a Escola de Serviço Social. Essa escola teve a característica ímpar, na época, de priorizar o Serviço Social de Comunidade. Ainda segundo D. Nivaldo Monte (informação verbal), *“a Escola de Serviço Social primava pelo*

Serviço Social primava pelo Serviço Social de Comunidade; era a única escola no Brasil a fazer isso". Foi, portanto, graças a Escola de Serviço Social que a Igreja pôde desenvolver uma maior racionalização do trabalho social.

Ferrari (1968:59) também considera de primordial importância o papel dessa Escola, pois além de constituir-se num dos marcos criadores do Movimento de Natal, proporcionou uma maior racionalização do trabalho social adotando "*uma atitude favorável à pesquisa e uma abordagem mais científica dos problemas*", além de facilitar a mudança nas atividades, passando de meramente assistenciais para auto-promoção das pessoas assistidas, notadamente pelo uso do Serviço Social de Grupo e de Comunidade.

De fato, a atuação da Escola de Serviço Social e o uso dos princípios e técnicas de organização e desenvolvimento de comunidade foram essenciais ao desempenho do Movimento de Natal.

Observe-se aí a preocupação em atribuir um caráter cientificista, racional, modernizador às atividades da Igreja, através da Escola de Serviço Social. O trabalho não mais será improvisado, mas fundado em bases científicas, racionais, portanto mais produtivo. Há uma crença exacerbada nos princípios científicos, sem se avaliar as relações de poder existentes naquela formação social, abstraindo-se o fenômeno estudado dos determinantes históricos concretos no qual estava inserido.

A JFC e a JMC - leia-se, respectivamente, Pe. Nivaldo Monte e Pe. Eugênio Sales - juntamente com a Escola de Serviço Social, exerciam uma atividade social e catequética variadíssima, atingindo diferentes segmentos sociais, nas áreas periféricas de Natal: em 1946, no Bairro do Carrasco, tiveram início os trabalhos de construção da Escola-Ambulatório Matias Moreira (primeira escola do bairro) e, no Bairro de Lagoa Seca, a Escola-Ambulatório e o Centro Social Cônego Monte; em 1947, a Escola-Ambulatório Padre João Maria, no então periférico Bairro de Morro Branco, embrião para a criação de Clubes de Mães, Centro Social e Casa da Criança de Morro Branco (orfanato); ainda em 1947, no Bairro das Rocas, foi inaugurado o Centro Social Leão XIII, em 1948, na Praia de Ponta Negra, em um prédio público abandonado, foi criado, em convênio com o Serviço de Assistência a Menores (SAM), o Patronato de Ponta Negra, que além de dar assistência aos menores, passou, a partir de 1952, a exercer um papel importantíssimo no Movimento de Natal, ao ser utilizado como local para treinamento de líderes rurais e, também, Encontros e Cursos do Secretariado do Nordeste, da CNBB; ainda em 1948, foi iniciada a construção de um

prédio para internamento de “menores transviadas”, que abrigaria mães solteiras, provenientes das zonas de prostituição, recebendo o nome de “Bom Pastor”, que também ofereceria ao Bairro das Quintas assistência educacional e religiosa; e, em 1949, com a extensão do Movimento ao interior do Estado, foram fundados dois Centros Sociais - um em Macau (região salineira), outro em Ceará-Mirim (zona canavieira) - e um terceiro, em 1951, em Macaíba (região agreste) - estes dois últimos situados próximos a Natal. Resumidamente, foram essas as principais obras assistenciais que deram origem ao Movimento de Natal.

A dimensão das atividades desenvolvidas pela Igreja demonstra a extensão desse Movimento, principalmente tendo em vista as dimensões da cidade que, em 1950, possuía apenas 103.215 habitantes, e as precárias condições de desenvolvimento do Rio Grande do Norte. No entanto, a Igreja contou, para essas obras, com a simpatia e o apoio de inúmeros políticos e representantes de órgãos federais e estaduais, como o atestam a vasta correspondência do então Pe. Eugênio Sales, constante nos arquivos do Serviço de Assistência Rural (SAR), em Natal (RN). Em carta de 2 de agosto de 1948, a um Ministro de Estado, diz:

“Já instalada a Agência de Menores e em pleno funcionamento sua rede assistencial, venho agradecer a V. Excia., Sr. Ministro, o grande favor que está fazendo ao meu Estado. Fui pedir ao Dr. Adroaldo uma migalha e eis que Nosso Senhor, por intermédio de V. Excia., concede muito mais, pois não apenas para as menores moralmente transviadas - Casa do Bom Pastor, móvel de minha entrevista com V. Excia. - mas incluída está toda a infância abandonada”.

E, em carta de 25 de janeiro de 1949, o Pe. Eugênio dirige-se a um político norte-rio-grandense nessas palavras:

“Infelizmente não me foi possível encontrá-lo quando de sua passagem por aqui. Você certamente recebeu do Marcelo, filho do Dr. José Varela, um meu cartão. Estive na Vila mas você lá não se encontrava. Queria levá-lo a visitar a construção do Bom Pastor, a Escola-Ambulatório Padre João Maria, o Serviço de Assistência a Menores, o Patronato de Ponta Negra, recém inaugurado. Mons. Walfredo viu uma parte. Eu muito lhe deve, Diocles. Meu agradecimento é feito fazendo referências elogiosas aliás bem merecidas à sua pessoa, repetidas vezes. Enquanto houver política tipo brasileira não poderei

deixar seu nome em alguma obra, mas seu retrato, com o do Monsenhor Walfredo, figurarão entre os benfeitores do Bom Pastor. Diocles, desejo muito instalar um serviço volante de educação e assistência médico-dentária, principalmente no nosso agreste. É coisa viável pelo que verifiquei. No Rio Grande do Sul existe em pleno funcionamento, conforme entendimento que tive com Dr. Mário Reis. Você fique de sobreaviso”

Há nossa etapa uma perfeita intimidade entre o Movimento de Natal e os poderes constituídos, evidenciando uma prática politicamente conservadora e também, pelo teor apresentado, assistencialista/paternalista. Não houve a preocupação de criar nas massas uma nova mentalidade que procurasse estimular a crítica social e questionasse a ordem estabelecida, mas de “adaptá-las” às novas condições históricas, promovendo a harmonia entre as classes, sob o manto protetor da Santa Madre Igreja.

3.3 O “entusiasmo pela educação”, o “otimismo pedagógico” e o movimento “higienista” no Movimento de Natal

As obras iniciais do Movimento de Natal caracterizaram-se por associar problemas de ordem religiosa/temporal a problemas puramente temporais, como, por exemplo, educação e saúde. Essa particularidade não deixa de apresentar semelhanças com outros movimentos que ocorreram em âmbito nacional nesses setores de educação e saúde. Principalmente nos anos 20, políticos e intelectuais, imbuídos do espírito do nacionalismo, interessados em problemas educacionais, passaram a defender a extensão do ensino elementar para as massas, como forma de superar a ignorância, o analfabetismo - 75% em 1920 - e assim propiciar a entrada do Brasil no grupo das “nações cultas”.

Esse fenômeno, denominado por Nagle (1974:99,101) de “entusiasmo pela educação”, tinha a característica de acreditar no poder multiplicador das instituições escolares, isto é, na disseminação da educação escolar como forma de solucionar todos os problemas nacionais, inclusive o de saúde. Por outro lado, também tem início nos anos 20 o chamado “otimismo pedagógico” (Nagle, 1974:99-101), que igualmente acreditava no poder multiplicador da educação. Esse outro movimento,

que contou com a participação de “educadores profissionais”, mais preocupados com a qualidade da educação, transformaram “um programa mais amplo de ação social num restrito programa de formação, no qual a escolarização era concebida como a mais eficaz alavanca da História brasileira” (Nagle, 1974:101). Os “educadores profissionais” ou “profissionais da educação” defendiam reformas na educação brasileira e eram, em sua maioria, adeptos do “escolanovismo”. Dentro dessa ótica, priorizavam o aspecto técnico-pedagógico do ensino e advogavam um funcionamento eficiente dos sistemas educacionais, pregando a democratização da escola como meio para atingir uma maior equalização social, preparando a sociedade para o devir urbano-industrial.

Ambos os movimentos interpretavam o fenômeno educacional como algo estanque, abstrato, dissociado do contexto histórico do qual é parte integrante, atribuindo-lhe funções que fogem de seu objetivo e capacidade.

No mesmo período, na área da saúde, as precárias condições sanitárias da população despertaram a atenção dos higienistas, que relacionaram a existência dos problemas de saúde com o desconhecimento de normas básicas de higiene que poderiam e/ou deveriam ser transmitidas pela escola.

“Entre 1923 e 1929, [os higienistas] realizam vários congressos para tratar e discutir sobre temas como: higiene infantil na cidade e no campo, alimentação na idade pré-escolar, formação de hábitos sadios, problemas tidos como degeneradores da humanidade (a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo), saneamento do ambiente, organização dos serviços de saúde etc.” (Oshiro, 1988:64).

Tomando por base o modelo norte-americano, denominado “médico-sanitário”, o sistema de saúde pública brasileiro criou os “centros de saúde”, locais permanentes de orientação e práticas educativas higienistas preventivas. Esses centros eram vistos como locais educacionais por excelência. Segundo Souza e Vieira (apud Oshiro, 1988:65-66), “é pela educação que modernamente se orienta a resolução dos problemas não só de saúde pública como de todos os demais que interessam à coletividade”. A educação sanitária foi então amplamente divulgada, seja nos centros de saúde, seja nos locais de trabalho ou na própria escola.

Em 1925, foi criado um curso para educadores sanitários, na Faculdade de Medicina de São Paulo, que tinha por objetivo capacitar professores primários no

domínio de teorias e regras de higiene, pois a melhor época de transmissão da educação higiênica é a infância.

Há, nesse período, uma aproximação entre a postura ideológica dos escolanovistas e higienistas, pois ambos consideravam a educação como fator da equalização social, tratando-a, como também à saúde pública, de forma neutra, respaldada em princípios científicos, realçando seu caráter técnico-pedagógico, embora dissociada do contexto histórico vigente. “Tanto a escola como o centro de saúde aparecem como microssociedades, onde se exercita a democracia, se desenvolvem o espírito de solidariedade, e iniciativa e a criatividade e se respeitam as individualidades” (Oshiro, 1988:70), sem questionamentos da ordem social e econômica então vigente.

Notadamente na fase inicial, é importante destacar, em alguns aspectos, a semelhança entre os pressupostos teóricos que respaldaram os movimentos educacionais e higienista, acima citados, e o Movimento de Natal.

Camargo (1971:96), estudando o Movimento de Natal, afirma que “a análise da ideologia verbalizada nas entrevistas e coerente com a ação prática revela um desenvolvimento autóctone de pensamento (...). Curioso contraste com as formulações do ‘Catolicismo social’ no sul do País, profundamente marcadas (...) pelas mais recentes doutrinas expostas na França”, pensamento, aliás, também externado pelo ex-Arcebispo de Natal, D. Nivaldo Monte, um dos líderes do Movimento, em entrevista concedida no dia 30 de abril de 1992.

Entretanto, discordando desses estudiosos, é possível observar em diversos momentos a semelhança existente entre as diretrizes teórico-práticas dos movimentos educacionais e de saúde e o Movimento de Natal. Observe-se, por exemplo o que diz Ferrari (1968:97):

“Em sua ‘luta pela mudança de estruturas’ o SAR não só visava a transformação efetiva de estruturas ou sistemas de relações sociais, (...) como também - através da ação educativa, especialmente da politização e conscientização - intencionava transformar as próprias concepções a respeito destas mesmas relações”.

Outro exemplo é o Relatório Semestral da Equipe da Missão Rural da Missão do Agreste, (jul-dez, 1960), que diz:

“Um bom trabalho o que se vem realizando na Missão Rural do Agreste. Estrutura nova do trabalho dentro de métodos que se

renovam. Uma ação educativa que se estriba no 'Fazer fazer - Ajudar ajudar-se'. Quem visita as comunidades trabalhadas pela Missão Rural, sente uma transformação. Há desejo de progresso, entende-se o bem comum. Reunir-se para planejar já vai se transformando em hábito para algumas comunidades. Muda-se os costumes; transformam-se as mortalidades". (Igreja Católica, SAR, 1960).

Nesta seqüência de exemplos, veja-se ainda o conteúdo da poesia popular já no contexto das Escolas Radiofônicas, publicada no jornal "Vida Rural", órgão informativo do SAR. (1, dez., 1962):

"(Poesia) Escola Radiofônica

Já não posso mais viver

Com esta situação

Não sabendo o homem ler

Está que nem na escuridão

Que tristeza alucinada

Oi que dor no coração

Meu filho está condenado

Dentro desta condição

Sem escola, nem dinheiro

Não vai ter educação

É triste a nossa sina

É de chorar meu irmão

Dentro desta escuridão

O campo está enfiado

Nunca vi encanto algum

O homem tão maltratado

O homem não reagindo

Está morto, crucificado

.....

Um dia apareceu

Uma grande novidade

Debaixo do braço um rádio

*Vinham lá da cidade
Agora sou monitor
Escola prá comunidade*

*Nova força surgia
Foi festa foi alegria
Está perto a libertação
Uns chorava, outro sorria
E rádio passaram a ouvir
Quer de noite, quer de dia*

*Foi tanta noite de festa
Noite de satisfação
Véio, menino, mulher
Nova luz no coração
Agora teremos todos
Glória na educação”.*

Os exemplos citados evidenciam uma supervalorização da educação e, apesar de ser outro o contexto histórico, sujeito, portanto, a diferentes determinações, não se pode deixar de registrar as semelhanças com o “otimismo pedagógico” e com o “entusiasmo pela educação”, mostrando que o Movimento de Natal não foi um fenômeno isolado, mas fez parte de um amplo movimento de mudança da conjuntura nacional ocorrido com a aceleração do processo democrático do pós-guerra.

No seu estudo sobre desenvolvimento de comunidade, Ammann (1991:54) afirma que os cursos que preparavam as equipes técnicas para as Missões Rurais - parte componente do Movimento de Natal que será estudada no capítulo 4 - seja pelos Estados Unidos, ou diretamente pela CNER, inculcavam-lhes uma “mística da fraternidade” que formava “uma unidade de pensamento e de ação entre os membros da grande família CNER, irmanados pelo mesmo ideal de recuperação total do homem e das zonas rurais do Brasil” (Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, apud Ammann, 1991:54). Essa “mística de fraternidade” juntamente com o otimismo pedagógico” foram os grandes responsáveis pelo êxito dos trabalhos das Missões, pois o entusiasmo e a abnegação dos técnicos levavam-nos a suportar

condições adversas de trabalho, em lugares recônditos, onde as condições de vida eram extremamente precárias.

As Missões Rurais ideologizaram duplamente suas ações: primeiro porque ao fazer uso das técnicas de desenvolvimento de comunidade e educação de base deslocavam a questão da exploração das relações sociais de produção capitalista para o âmbito dos problemas individuais ou de comunidade (isolada do contexto mais geral do resto do país); segundo, pelos cursos promovidos para seus técnicos (intelectuais) imbuindo-lhes de uma ideologia que os faziam reproduzir a ideologia das classes dirigentes, cimentando e unificando o bloco social rural, facilitando, portanto, a acumulação capitalista de produção.

Vitoriosa a “Revolução de 30”, foi criado, no mesmo ano, o Ministério da Educação e Saúde, que sintomaticamente aglutinava os dois setores - educação e saúde - cujo titular, Francisco Campos, fora ligado aos movimentos educacionais acima citados. Depois da “Revolução de 30”, o governo instalado investiu mais fortemente no combate à chamada “questão social”, pois a migração rural-urbana (com o conseqüente crescimento das cidades) deixava um saldo relativamente alto de mão-de-obra ociosa, constituindo-se num potencial explosivo, capaz de por em risco a já precária estabilidade social. A educação rural foi então colocada como forma de conter a migração cidade-campo. Segundo Paiva (1973:127), não foi uma proposta educacional qualquer, mas sim uma proposta de “educação regionalizada”, levando-se em consideração os pressupostos do escanovismo, portanto com bases científicas e voltada para o meio rural e seus valores.

Esse “ruralismo pedagógico” (exaltação dos valores rurais) tinha o objetivo de radicar o homem rural no campo, evitando seu êxodo para a cidade, minimizando a questão social. Para isso tornava-se necessário adaptar programas e currículos escolares a fim de adequar o ensino ao meio rural.

Essa política educacional teve o apoio do Governo Vargas que, em 1933, manifestava-se assim:

“a educação [dá] ao sertanejo, quase abandonado a si mesmo, a consciência de seus direitos e deveres; [fortalece-lhe] a alma (...), [enrijece-lhe] o físico pela higiene e pelo trabalho (...), [mas, para isso,] é preciso criar escolas. Não as criar, porém, segundo um modelo rígido aplicável ao Brasil inteiro. De acordo com as tendências de seus habitantes devemos ministrar os tipos de ensino que lhes convém: nos

centros urbanos, populosos e industriais - o técnico-profissional -; (...) no interior - o rural e agrícola". (Apud Paiva, 1973:128).

Essa foi a dupla forma tomada pela política educacional pós-30, tanto na Segunda República como, principalmente, no Estado Novo: ensino rural para o interior, ensino técnico-profissionalizante para os centros urbanos. Assim, tentava-se superar a questão social: a educação radicava o trabalhador rural no campo e a educação técnico-profissionalizante, ao "qualificar" o trabalhador urbano, pretendia proporcionar, harmonicamente, a equalização social.

Essa é outra fonte menos remota cujos reflexos se fazem sentir nos pressupostos teórico-metodológicos do Movimento de Natal.

Paiva (1973:127,128) afirma que esse "entusiasmo pela educação rural" é uma variante mais sofisticada do "entusiasmo pela educação", mas não se esgota nele. Outros elementos, como as contribuições dos estudos e debates dos profissionais da educação, tiveram sua importância, pois um dos pontos centrais dessa movimentação foi a alardeada busca por princípios científicos para subsidiar o problema da educação rural de forma racional. Nesse contexto, surge a "sociologia rural" que, ao lado da sociologia da educação deveria respaldar esses empreendimentos.

Ao mesmo tempo, extrapolando exclusivamente o debate, algumas medidas de ordem prática foram tomadas no sentido de incentivar a educação rural. Algumas delas merecem mais atenção, por exemplo, a divulgação das idéias do ruralismo pedagógico mexicano e a sua metodologia de missões rurais: a criação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que abriga em seu interior intelectuais ligados ao movimento renovador e divulga a educação rural, e os clubes agrícolas escolares, que, em 1935, organizaram em Salvador o I Congresso Nacional de Ensino Regional, de onde saiu aprovada a proposta de criação de escolas normais rurais, depois adotadas em todo o país.

Os profissionais da educação voltaram-se para a educação rural, sugerindo, além de escolas fixas, a possibilidade de "escolas ambulantes" para o meio rural, externando preocupação com a qualidade do ensino. Essas "escolas ambulantes" deveriam ser localizadas em regiões menos povoadas e o conteúdo transmitido deveria envolver alfabetização, divulgação de normas de higiene e civilidade, além de outras atividades como distribuição de medicamentos, combate a moléstias epidêmicas (malária, ancilostomose, entre outras). A educação era discutida juntamente com os princípios higienistas, mostrando, mais uma vez, a intimidade

entre esses dois movimentos. Junto com essa movimentação é também divulgada a experiência das missões rurais mexicanas e a sua metodologia de ação.

As Missões Rurais mexicanas serviram de parâmetro às Missões Rurais da CNER, que, por sua vez, influenciaram as Missões Rurais do SAR/RN. O SAR, a partir de 1951, adotou essa metodologia de ação dizendo visar o bem-estar das comunidades rurais e a educação do homem do campo, oferecendo assistência médico-dentária, serviços educacional, moral, religioso, de lazer, além de orientação agropecuária. A primeira Missão Rural Ambulante iniciou suas atividades na Vila de Extremoz/RN, em março de 1951. O princípio era o mesmo; o contexto histórico, outro. Entretanto, observa-se, nessas atividades, as reais semelhanças entre as propostas, para o meio rural, dos higienistas e renovadores e as do Movimento de Natal, ou seja, ambas representavam um projeto de atendimento à classe dos trabalhadores rurais, ministrando-lhe uma educação tida como eficiente, racional, promovendo a estabilidade e a ordem social.

Por outro lado, na década de 40, os Estados Unidos estabeleceram uma série de acordos políticos, econômicos, comerciais etc. como os países latino-americanos, procurando consolidar/expandir sua hegemonia em toda a América Latina. No caso do Brasil, já em 1942, no contexto da 2ª Grande Guerra - quando o Governo brasileiro era pressionado para aderir aos aliados - esse intercâmbio estava consolidando-se mediante a assinatura de importantes convênios. Segundo Seitenfus (1985:393), “os acordos brasileiro-americanos concluídos durante o período entre fevereiro e agosto de 1942 se dividem em três grupos: os acordos estratégicos e militares bilaterais, os que visam a luta contra o Eixo em escala continental e, por fim, os acordos econômicos bilaterais.”

Ainda em 1942, os Estados Unidos enviaram ao Brasil uma missão dirigida por Mirris L. Cooke - daí o nome Missão Cooke - que tinha por objetivo avaliar as necessidades econômicas brasileiras consideradas mais urgentes. A partir das conclusões dessa missão, ocorreu uma primeira tentativa de planificação a nível nacional, visando o desenvolvimento econômico do país. Esse objetivo de desenvolvimento econômico foi retomado, em 1948, com a formação, pelos Governos brasileiro e norte-americano, da Comissão Mista Brasileiro-Americana - a Missão Abbink, que tomou o nome de seu presidente: John Abbink - realizou estudos no sentido de detectar os principais pontos de estrangulamento da economia brasileira (Ianni, 1977:95-99). Esses estudos abrangeram inúmeros aspectos da economia

brasileira, inclusive apontando o desequilíbrio existente entre as economias dos setores agrícolas e industrial.

Sintonizando com a conjuntura nacional, em discurso proferido a 12 de novembro de 1940, o Presidente Vargas afirmou:

“O crescimento das cidades tem-se intensificado à medida que se desenvolvem as nossas indústrias. Essa evolução encerra, de par com os seus benefícios, perigos contra os quais devemos nos acautelar em tempo, refreando o urbanismo excessivo, que despoeva os campo e enfraquece a agricultura” (apud Ianni, 1977:64).

Observe-se que nos discursos de Vargas continua presente a “preocupação” com o êxodo rural, que agravava a “questão social” brasileira. A política educacional proposta continua sendo: educação rural para o campo e o ensino técnico-profissionalizante para os centros urbanos. É importante não esquecer que em 1942 foi decretada a Reforma Capanema, relativa a alguns ramos do ensino. Essa reforma, que foi realizada por partes, abrangeu em 1942 o ensino industrial e o ensino secundário; em 1943, o ensino comercial e, em 1946, o ensino primário, o ensino normal e o ensino agrícola. Ainda dentro do espírito dessa Reforma, em 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e, em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), demonstrando o papel fortemente ideológico que assumira a educação com o Estado Novo.

Em 1945, como resultado da cooperação entre a Inter-American Educational Foundation, Inc⁽³⁾ e o Ministério da Agricultura brasileiro, foi assinado em outro acordo, desta vez sobre a educação rural, que previa em seus termos uma “maior aproximação interamericana, mediante intercâmbio intensivo de educação, idéias e métodos pedagógicos entre os dois países” (apud Amman, 1991:303). Desse convênio resultou a criação da “Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais” (CBAR), junto ao Ministério da Agricultura, formada por técnicos brasileiros e norte-americanos, com a missão de executar a programação definida pelo convênio, que sugere, inclusive, a criação de missões rurais como técnica para desenvolver os trabalhos nas regiões interioranas.

Paralelamente, a Inter-American Education Foundation, Inc. afirma um acordo, dessa vez com o Ministério da Educação, semelhante ao anterior, destinado à educação industrial (CBAI), consolidando, dessa forma, a influência de um modelo pedagógico norte-americano para as áreas rural e urbana. Então, a cooperação nesse

setor entre o Brasil e os Estados Unidos intensificou-se, criando uma sólida e fecunda aliança.

3.4 O Serviço de Assistência Rural (SAR)

A Diocese de Natal intensificou sua ação no social, notadamente a partir de meados dos anos quarenta, com a renovação dos trabalhos da JFC e criação da JMC (1994) e da Escola de Serviço Social (1945). Documentos do SAR afirmam que o funcionamento dessa Escola deu um cunho mais científico, mais racionalizado às atividades até então desenvolvidas pelo Movimento. Essas atividades inicialmente estavam localizadas nos centros urbanos, mais precisamente nas periferias das cidades. Depois estenderam-se ao campo.

O SAR foi criado na época de expansão da Ação Católica, com o objetivo de formar agentes pastorais e quando, a nível nacional, a política desenvolvimentista ganhava expressão como proposta para o desenvolvimento econômico, que inclusive utilizava o desenvolvimento de comunidade como uma das suas técnicas de trabalho.

Como foi visto anteriormente, havia uma preocupação generalizada, tanto no Governo como nas classes empresariais e mesmo na Igreja, com o problema do êxodo rural, que agravava a “questão social” nos centros urbanos. Estava na ordem do dia o projeto da industrialização autônoma, tendo em vista as condições externas relativamente favoráveis, provocadas pela 2ª Grande Guerra. A industrialização urbana alterou, sobremaneira, as relações de produção no campo, provocando a modernização das empresas rurais e modificando as relações de trabalho dos sistemas de meia, terça, cambão, para formas assalariadas de trabalho, expulsando os trabalhadores do campo, os quais encontravam como saída e migração para as cidades. Em Natal, a Igreja, em sintonia com os projetos e programas governamentais, voltou suas atividades preferencialmente para o meio rural, reduto tradicional de sua ação educativa.

Também por essa época, demonstrando o poder unificador e organizativo da Igreja, o jornal da Diocese de Natal - A Ordem, edição de 1 de dezembro de 1947 - retrata a experiência desenvolvida pelo clero colombiano com o homem do campo. O jornal tece elogios ao trabalho da Ação Social Católica da Colômbia, que tentava organizar os trabalhadores agrícolas em sindicatos, em conjunto com os párocos rurais, a fim de combater o atraso das populações campesinas. Lembrava, ainda, que

desde 1946 o Manifesto dos Bispos Brasileiros recomendava especial atenção para o homem do campo, numa demonstração de que a Igreja brasileira estava atenta a esse problema. Nessa cruzada de renovação, a Igreja recomendava que fazendeiros e empregados deveriam participar igualmente e, para ajudá-los, recomendava a participação dos Círculos Operários, criando-se um “modelo interessantíssimo” de organização rural. “Seria o movimento agrário da Ação Católica” (apud Silva, 1982:73).

Em Natal, a Igreja, mais especificamente a JMC, sob a direção do Pe. Eugênio Sales, dizendo-se preocupada com a situação do homem do campo e do problema crônico do “flagelo da seca” na região e propondo-se desenvolver uma ação sócio-educativa no meio rural, resolveu criar, em 22 de dezembro de 1949, embora sua instalação só viesse a ocorrer em 23 de outubro de 1950, o Serviço de Assistência Rural (SAR), que, de acordo com seus Estatutos, tinha a finalidade de “prestar assistência à população do interior do Estado sem distinção do credo político ou religioso”, servindo-se para isso da moderna técnica do Serviço Social Rural, segundo o plano seguinte:

- a) Assistência volante médico-dentária, principalmente à maternidade e infância;*
- b) Educação sanitária e alimentar;*
- c) Difusão dos princípios do cooperativismo, (...) nas fazendas sob o aspecto da cooperativa mista, consumo e produção;*
- d) Assistência jurídica;*
- e) Assistência religiosa;*
- f) Elevação do padrão da agricultura e pecuária;*
- g) Serviço social junto às populações rurais” (Igreja Católica, 1950).*

Observe-se que o SAR, no seu plano de atividades, propõe uma ação educativa variada e de grande envergadura. A Igreja participa aí como um ator coadjuvante da política social do Estado brasileiro na época. O planejamento proposto é um verdadeiro “planejamento estatal”. Observe-se também a presença marcante do setor saúde, demonstrando a afinidade com as políticas sociais do Governo Federal naquela conjuntura histórica.

O SAR era sediado em Natal (RN) e regido por uma Diretoria composta de: Presidente, Secretário, Tesoureiro e uma Assistente Social que “de acordo com a Presidência oriente o interior e estabeleça as normas gerais do serviço”. Contava

ainda, com uma equipe: agrônomo, dentista, médico, assistente social que atuavam “junto a Diretoria, para planejarem o trabalho a ser executado e para interpretarem em comum, os dados colhidos nas Missões Rurais” (Relatório do SAR, 1951).

No mesmo Relatório, no item justificativa, é retratada a preocupação da Igreja com o homem do campo:

“O êxodo rural é problema que está a abalar a estrutura social do nosso País, pelo aumento de deslocados nas zonas urbanas, pelo despovoamento do interior, o berço da nossa Política e da nossa Civilização.

No Rio Grande do Norte, o problema toma cores mais vivas, desde a riqueza do Estado alicerça-se, fundamentalmente, na agricultura e na criação (...).

Estado agrícola, sujeito ao flagelo das secas, uma das principais causas do êxodo das populações rurais, exige das autoridades Civis e Religiosas um interesse bem vivo e operante pelas condições de vida do homem do interior.

A Igreja, no Estado, através dos seus três bispos, de Caicó, Mossoró e Natal estudou objetivamente o problema do homem rural, apresentando os princípios que deveriam orientar o trabalho que as suas instituições viessem a realizar em prol do soerguimento do homem no campo. Trata-se da Pastoral Coletiva dos Bispos, documento que tem interessado estudiosos do País e mesmo do Continente Europeu.

A Diocese de Natal (hoje Arquidiocese), Diocese Mães das duas outras de Mossoró e Caicó, encetou o trabalho, fundando o Serviço de Assistência Rural”. (Relatório do SAR, 1951).

A Igreja arvorou-se da condição de responsável pelos destinos da sociedade. Ela é o elemento organizativo que, através de seus intelectuais e junto com o Estado (“autoridades Civis e Religiosas”), será responsável “pela elevação das condições de vida do homem do interior”. Nota-se uma visão ahistórica, aclassista do problema, pois parece ser suficiente “um interesse bem vivo e operante pelas condições de vida do homem do interior” para as coisas serem solucionadas. Afastam-se os condicionantes sociais, econômicos e culturais.

O SAR foi instalado ao mesmo tempo em que estavam em andamento os preparativos para a I Semana Rural do Rio Grande do Norte, realizada de 22 a 27 de janeiro de 1951, na Escola de Agricultura de Jundiá (Macaíba, RN), como desdobramento do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, realizado em 1949, e da Missão Rural de Itaperuna (RJ), em 1950.

Essas atividades do Movimento de Natal estavam em conexão com as políticas sociais do Governo Federal para o meio rural. Com o término da 2ª Guerra e o avanço dos ideais liberais-democráticos, foi posto em discussão o problema de educação das massas. A queda do Estado Novo acelerou a redemocratização e a educação/alfabetização começaram a ser percebidas como instrumentos que favoreciam os novos ideais políticos. O “entusiasmo pela educação” ressurgiu com novo ímpeto. Defende-se, então, que através da educação se construiria uma sociedade democrática. Era importante, portanto, ampliar a participação na vida política de maiores contingentes eleitorais. Tendo em vista tais objetivos, foi criada, em 1947, com recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes (CEAA), em sintonia com a política de educação popular da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A Campanha objetivava, no plano político, a ampliação das bases eleitorais; no plano social, a idéia de integração da nação brasileira, ameaçada pelos imigrantes alemães e italianos radicados no sul do país, e, no plano econômico, o incremento à produção, isto é, o aumento da produtividade e modernização da produção.

A divulgação dos resultados iniciais da Campanha na III Conferência Geral da UNESCO (1948), em Beirute, provocou a realização, no Rio de Janeiro, em 1949, do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, sob o patrocínio da UNESCO e da OEA, reunindo educadores de diversos países, com o objetivo de estudar experiências educacionais realizadas em educação de adultos e tirar daí uma proposta básica para a América Latina, condizente com diretrizes de órgãos internacionais interessados no assunto.

Como conclusão desse Seminário, foi elaborado um Manual de Educação de Adultos que sugeria, entre outras propostas, a participação direta da ação governamental e a cooperação popular como essenciais ao bom desempenho das Campanhas educacionais. Sugeria, ainda, que as Campanhas deveriam passar de uma “ação extensiva” para uma “ação em profundidade” e recomendava a adoção dos

princípios e técnicas do desenvolvimento de comunidade, como estratégia de ação, através de missões educativo-culturais (a exemplo do México, Espanha e Guatemala) a serem postas em prática, preferencialmente, no interior, onde os índices de analfabetismo eram mais elevados. O Manual também realçava a importância do papel dos sindicatos, cooperativas, serviços de extensão agrícola e bibliotecas populares e, principalmente, das Missões Rurais, como instrumentos auxiliares nessa cruzada de atualização e modernização da vida social, cultural e econômica das populações interioranas (Paiva, 1973:196).

No ano seguinte (1950), ainda em decorrência desse Seminário, teve início, em caráter experimental, a Missão Rural de Itaperuna (RJ), que propunha desenvolver um projeto de educação de base, dentro dos princípios de organização e desenvolvimento de comunidade, visando, a partir dessa experiência, colher subsídios que respaldassem a elaboração, em plano nacional, de projetos educacionais que promovessem a elevação das condições sociais, econômicas e culturais das comunidades rurais.

A Missão Rural de Itaperuna deu origem, em 1952, à Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), órgão do Ministério da Educação, que desempenhou importante papel na divulgação da educação rural, inspirada nos princípios e técnicas do desenvolvimento de comunidade.

A CNER, que teve seu regulamento aprovado em 9 de maio de 1952 propunha-se, através de uma educação de base, elevar socialmente o homem rural, mudar sua mentalidade, inserindo-o no contexto nacional, recuperando a dignidade humana, dentro dos valores e princípios democráticos da organização comunitária.

Era pretensão da CNER estender sua ação a todo o território nacional, através das Missões Rurais e Centro de Treinamento de Líderes, embora também utilizasse Centros Sociais de Comunidade, semanas educativas, cursos, conferências, clubes agrícolas, clubes femininos, campanhas educacionais etc.. Seu primeiro coordenador foi o Dr. José Arthur Rios, um dos principais ideólogos no Brasil, do desenvolvimento de comunidades. A equipe básica da CNER era constituída por médico, agrônomo e assistente social, correspondendo, segundo Calazans, aos principais setores da vida humana: sanitarista, econômico e sócio-educacional (Calazans et alli, 1985:52).

A Missão Rural foi o principal instrumento utilizado pela CNER para por em prática seus objetivos. Após um conhecimento da região a ser trabalhada, a CNER entrava em contato com as autoridades locais (inclusive as religiosas), detectando em seguida os líderes comunitários, que seriam formados nos Centros de Treinamento,

presumíveis elos de ligação com a comunidade. Esses líderes seriam responsáveis pela formação do espírito no seu meio, sendo as atividades direcionadas no sentido de proporcionar conhecimentos sobre temas variados, como: organização de cooperativas, assistência sanitária, técnicas agrícolas e educação de base.

A CNER foi um dos organismos financiadores do Movimento de Natal, estabelecendo, inclusive, convênio com esse Movimento a partir de 1952.

No final da década de 40, a Organização das Nações Unidas (ONU) e outros organismos internacionais⁽³⁾ passaram a estimular o uso das técnicas de organização e desenvolvimento de comunidade⁽⁴⁾, respaldadas em teorias sociológicas norte-americanas, como medida para favorecer o desenvolvimento das regiões pobres e, assim, melhorar as condições sociais, econômicas e culturais das populações locais, inserindo-as pretensamente no processo produtivo, “contribuindo” assim para o desenvolvimento das nações periféricas.

Essa estratégia da ação apareceu no Brasil também nos anos 40, através de organismos norte-americanos, ou sob sua influência, no contexto da guerra fria, tendo em vista o processo de acumulação e expansão do capital internacional, sob a liderança daquele país do Norte. Embora desde 1942 que acordos de cooperação técnica tenham sido assinados entre o Brasil e os Estados Unidos, foi no Acordo sobre a educação rural, de 1945, que o desenvolvimento de comunidade apareceu mais explicitamente.

Partindo da observação de que as regiões atrasadas são mais receptivas à propaganda comunista, considerava-se, portanto, necessário ajudar os povos dessas regiões e se tornarem economicamente mais produtivos, elevando seus níveis de vida, eliminando, assim, possíveis focos comunistas. Os princípios do desenvolvimento de comunidades seriam utilizados para por em prática atividades que viriam a ser largamente desenvolvidas por movimentos variados, inclusive os da Igreja Católica, a exemplo do Movimento de Natal.

Portanto, em meados dos anos 40, os Estados Unidos redobram os esforços que tinham por alvo aquelas regiões mais pobres, notadamente as regiões rurais, onde se encontravam os maiores bolsões de pobreza. Procuraram, assim, integrar ao circuito internacional do capital as economias do mundo subdesenvolvido, no caso particular a América Latina, cujo estágio de desenvolvimento das forças produtivas estava demasiadamente atrasado em relação às necessidades daquele mercado. “O controle social pela organização de comunidades é postulado como estratégia capaz

de garantir a paz social no mundo livre” (Oshiro, 1988:82). Por isso, observa-se no Brasil, a partir dos anos 40, embora em maior dimensão na década de 50, com o aparecimento da política desenvolvimentista do Governo JK, a propagação dessa técnica social, em diversos setores, como: educação, saúde, agricultura, serviço social, entre outros, largamente subsidiada pelos Estados Unidos através de projetos e programas diversos. Em síntese, o emprego da técnica desenvolvimento de comunidade era colocado como um instrumento que poderia contribuir para a “harmonia e equilíbrio” da sociedade.

Diante do desequilíbrio, da desordem, da desumanização do mundo moderno, a comunidade - isto é, o pequeno produtor, o pequeno proprietário, o cooperativismo, as relações face-a-face - irá representar a ordem, o equilíbrio, a estabilidade que levarão ao desenvolvimento.

Não são observados, nesses estudos de comunidade, as relações de classe, os conflitos; pelo contrário, a palavra comunidade faz passar a idéia de harmonia, segurança, igualdade, ordem, onde predominam as relações de cooperação e solidariedade.

Essa ideologia do movimento comunitário constituindo-se num dos pilares teórico-metodológicos do Movimento de Natal. Observe-se o que diz Ferrari (1968:78-79):

“Pelo fim dos anos 40, sob influência da Sociologia Americana (através, da principalmente, de pessoas que regressavam ao Brasil, após terem realizado cursos nos Estados Unidos), as Escolas de Serviço Social, de Caso, passaram a dar ênfase ao Serviço Social de Grupo e de Comunidade. (...) Ora, o pessoal técnico do SAR era quase todo constituído de alunos ou ex-alunos da Escola de Serviço Social de Natal. Além disto, Pe. Eugênio, como contato com a Escola de Serviço Social. [As assistentes sociais] propunham-se (...) à “organização” à “dinamização da comunidade”, “atingir a comunidade”. Esta, porém, lhes fugia da mão: deparavam-se com “aglomerados humanos”, que “precisavam ser transformados em verdadeiras comunidades”.

Fica evidente, na citação, a forma autoritária como foi implantada a técnica de organização e desenvolvimento de comunidade (as “aglomerações humanas” tinham que se transformar em comunidades organizadas). Na verdade essa técnica social foi utilizada de maneira acrítica, voltada para a estabilidade da ordem social, isolando-se

o problema das regiões pobres, subdesenvolvidas, do contexto mais geral do movimento de acumulação/expansão do mercado capitalista, afinal servindo mais para domesticar do que para libertar a classe trabalhadora.

3.4.1 Trajetória do SAR

O SAR pode ser considerado a instituição mais importante do Movimento de Natal. Em sua trajetória de ação, de sua fundação em 1949 até meados dos anos 60 - período abrangido por este trabalho atravessou diversas fases que atestam o seu poder de mobilização e influência. Inicialmente, antes mesmo de sua fundação, foi noticiado pelo jornal A Ordem (9, 4, 1949) o início de uma atividade assistencial, realizada pela JMC, sob a liderança do Pe. Eugênio Sales, percorrendo o interior com uma “Volante de Saúde”, oferecendo serviços médico, dentário e jurídico as populações do interior do Estado.

No início de 1951 (janeiro), o SAR promoveu a I Semana Rural, na Escola Prática de Agricultura de Jundaí, Município de Macaíba (RN), que contou com a colaboração técnica e financeira do Serviço de Informação Agrícola (SAI), do Ministério da Agricultura, além da ajuda do Governo Estadual e do apoio da ACB nacional.

Em seguida, e como fruto dessa I Semana, veio a fase da Missão Rural Ambulante, que se propunha a promover educação e bem estar para as populações rurais. Essa Missão ampliou a área atendida, prestando assistência médica, educacional e agropecuária.

Em 1952, após assinar acordo com a CNER, o SAR tornou-se responsável pelas Missões Rurais de Educação, em caráter permanente, concretizadas na Missão Rural de Educação para o Agreste, com sede na cidade de Nísia Floresta (RN) e, posteriormente, em Goianinha (RN).

Segundo Frei Betto, alguns autores consideram que nas atividades iniciadas em Nísia Floresta estão as origens do aparecimento das primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), no Brasil, por volta de 1960. (Betto, Frei, 1981:16).

A Missão Rural de Educação para o Agreste iniciou suas atividades em agosto de 1954. A equipe era composta de um médico, um agrônomo, uma educadora familiar e uma assistente social. Em 1959 já atuava em 16 núcleos, “contando com 24 grupos organizados, 6 núcleos cooperativistas e 1 cooperativa” (Ferrari, 1968:77),

com uma produção artesanal, para fins comerciais, origem da Cooperativa dos Produtores Artesanais do Litoral Agreste Ltda. (COPALA), funcionando até os dias atuais (1992).

Foi a partir das atividades das Missões Rurais que o SAR iniciou o programa de “treinamento de líderes”, com o objetivo de preparar bases para dar continuidade ao seu trabalho, o qual vai dar suporte à organização e desenvolvimento de comunidades. O primeiro treinamento ocorreu em janeiro de 1953, em convênio com a CNER, e a temática do encontro girou em torno da família, escola, paróquia e comunidade. Essa programação, mais tarde, serviu de base ao sindicalismo rural orientado pelo Movimento de Natal.

Em 1953, em convênio com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), o SAR executou um programa de colonização e extensão rural, com duas áreas experimentais: a primeira no vale do Pium, município de Parnamirim, e a segunda no vale do Punaú, município de Touros, esta última coordenada pela Fundação Pio XII, órgão formado pelo SAR, Governo do Estado e Escola de Serviço Social.

Outros convênios foram assinados com o INIC para “serviços de educação de base”, que tinham o objetivo de fixar o homem à terra e a humanização dos migrantes (1959).

Paralelamente a essas atividades, o SAR também desenvolveu um trabalho junto às escolas e pequenas paróquias, pondo em prática os princípios do já citado desenvolvimento de comunidade. Junto às paróquias também procurou criar núcleos de Juventude Agrária Católica (JAC) e núcleos de catequese. Incentivou a instalação, no Estado do Rio Grande do Norte, de escritórios da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) e da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), que inicialmente funcionou na própria sede do SAR.

Ainda dentro das atividades do Movimento de Natal, a 10 de agosto de 1958, juntamente com a inauguração da Rádio Rural, pertencente à Diocese, foram organizadas as primeiras Escolas Radiofônicas que iniciaram no Brasil a primeira experiência em educação de base pelo rádio, nos moldes da experiência colombiana, orientada pelo Padre Salcedo, através da Rádio Sutatenza. Surgiram com o objetivo de integrar a comunidade rural à sociedade em geral, promovendo a alfabetização de adultos e adolescentes.

A repercussão dessa experiência levou a Presidência da República a assinar convênio com a CNBB, para ampliar para outras áreas subdesenvolvidas a educação pelo rádio. Em 1961, pelo Decreto-Lei nº 50.270 surgiu o Movimento de Educação de Base (MEB), com o objetivo de promover a alfabetização e também a autopromoção do homem através da conscientização.

A partir da experiência de educação pelo rádio a Igreja conseguiu uma ampliação mais rápida dos seus movimentos, privilegiando a área rural e facilitando as atividades de sindicalização do trabalhador do campo. Assim, em 1960, surgiu o trabalho de sindicalismo rural, capacitando líderes e assessorando a fundação de sindicatos rurais.

Foi, portanto, no início da década de 60, já no pontificado de João XXIII - o “Papa das reformas” que a Igreja, através de técnicas de desenvolvimento de comunidade promoveu mais intensamente sua ação pedagógica na sociedade, atuando através da educação e da sindicalização rural, sob o pretexto de integrar o trabalhador do campo ao seu meio social, assuntos que serão discutidos nos capítulos subseqüentes.

NOTAS

- (1) Pe. Nivaldo Monte é hoje Arcebispo aposentado da Arquidiocese de Natal e Pe. Eugênio Sales é atualmente Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro e um dos líderes da denominada “ala conservadora da CNBB”.
- (2) Os políticos citados na carta de D. Eugênio Sales são todos ligados às hostes da oligarquia rural, como membros efetivos ou aliados. O Dr. José Varela foi eleito Governador do Estado pelo PSD, para o período de 1947 a 1951. No final do seu mandato, por querer impor ao partido a candidatura de um primo-irmão, rompeu com o PSD, aderindo à UDN, sofrendo, por isso, fragorosa derrota nas eleições para sua sucessão. O Mons. Walfredo Gurgel, tradicional político do PSD, foi um dos principais dirigentes da Ação Integralista Brasileira (AIB) no Estado. Foi também deputado federal pelo PSD, vice-governador, coligado na chapa com Aluísio Alves e seu sucessor em 1966. Furtado assim o descreve no seu livro de memórias (1976:32): “Monsenhor Walfredo Gurgel, homem sem largo descortínio intelectual, mentalidade bitolada entre o integralista dos primeiros tempo e o pessedista acomodaticio posterior”. Diocles ou Dioclécio Duarte foi inicialmente do Partido Popular e depois, a partir de 1945, um dos organizadores do PSD no Estado. Nomeado Secretário-Geral do Estado pelo Interventor Georgino Avelino, seu companheiro de partido, em 1945, exerceu por pouco tempo essa função, candidatando-se para as eleições de 1945 ao cargo de deputado federal, último mandato exercido. Era primo de D. Eugênio Sales, com quem tinha grandes laços de amizade.
- (3) Essa Fundação era subordinada ao “Office of InterAmerican Affairs”, agência do Governo dos Estados Unidos (Ammann, 1991:30).
- (4) UNESCO, OIT, OAA, OEA, CEPAL, Ponto IV, (Ammann, 1991:33).
- (5) O “desenvolvimento de comunidade” foi definido pela ONU (1956) como “um processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país” (apud Ammann, 1991:32).

4. O SAR: SEMANAS RURAIS E MISSÕES RURAIS (UMA ESTRATÉGIA DE AÇÃO PARA O CAMPO)

4.1 As Semanas Rurais

Com a instalação do SAR, em outubro de 1950, as atividades do Movimento de Natal ganharam nova dimensão, saindo de uma atuação puramente urbana e estendendo-se ao meio rural. As conexões feitas com a Ação Católica Brasileira (ACB) e com as programações criadas pelos Ministérios da Educação e da Agricultura e outros organismos na área rural foram moldados a nova feição do Movimento.

Ferrari (1968:71-72) relata que “chegavam a Natal - ou melhor, Pe. Eugênio ia ouvi-las no Rio - notícias das primeiras Semanas Rurais promovidas por algumas Dioceses brasileiras conjuntamente com a Ação Católica Brasileira (ACB), contando com a colaboração técnica e financeira do Serviço de Informação Agrícola (SAI) do Ministério da Agricultura. Foi assim que, de uma conversa de Pe. Eugênio, no Rio, em meados de 1950, com Mons. Hélder Câmara (Assistente Nacional da Ação Católica Brasileira) e Dr. João Gonçalves (Técnico do SAI e ex-presidente da Ação Católica Rural) foi planejada a realização de uma Semana Rural no Rio Grande do Norte. A idéia encontrou boa receptividade por parte do Ministério da Agricultura e do Governo do Estado”.

Pouco antes (setembro de 1950), havia terminado a I Semana Ruralista da Diocese de Campanha (MG) e seu bispo, D. Inocêncio Engelke, havia publicado a Carta Pastoral “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural” (1950), que alcançou notoriedade pela denúncia que fazia do êxodo rural e da situação de penúria em que vivia o trabalhador do campo.

A carta lança a idéia de um movimento maior de Ação Católica para o meio rural: “Ação Católica Brasileira (...) timbra em esperar que aqui se inicie um grande e fecundo movimento de Ação Católica Rural a estender-se a todo o país” e sugere iniciar a ação social tomando por base os estudos realizados pelas Missões Rurais, “exemplo acabado de colaboração possível e desejável entre os particulares e o poder público”, pois uma vez “que perdemos os trabalhadores da cidade, não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural”. Alguma coisa precisa ser feita. Dentro do espírito harmônico entre patrões e empregados “estaremos caminhando

com segurança para a reforma social agrária que, ou se fará nos termos da mensagem social da Igreja, ou será fatal para a nossa terra e o nosso futuro de povo cristão” (Engelke, 1976:43-44-49).

A Igreja estabelece uma proposta de organização a nível nacional e, através de seus intelectuais da Ação Católica, planeja desenvolver as comunidades rurais, modernizando-se e inserindo-se na produção capitalista, em cooperação com o Estado e outras forças aliadas.

A Ação Católica foi, portanto, o veículo responsável por essa nova atuação da Igreja. A Igreja utilizou-se como instrumento de sua política para aquela conjuntura histórica. O pós-guerra estava precisava ser controlado para não por em risco e hegemonia da Igreja na sua comunidade de fiéis. No Brasil, o Partido Democrata Cristão (PDC), diferentemente do Chile, onde teve presença marcante, não chegou a ser tornar um partido católico de maiores dimensões, nem contou com o apoio significativo da Igreja, e, por outro lado, os “círculos operários” também não se transformaram em organização de massa. A saída foi encontrada na Ação Católica: intelectuais leigos formados para atuar como intermediários entre a Igreja e as massas, agindo como “fermento na massa”, sob o controle direto da hierarquia.

Em Natal, Pe. Eugênio envidava esforços para trazer as Semanas Rurais para o Rio Grande do Norte. Observe-se a carta que enviou para o então Mons. Hélder Câmara (9 out. 1950): “Escrevo ao caro amigo sobre nossa Semana Ruralista. Estamos muito animados, (...) se as perturbações políticas não prejudicarem, o Departamento Estadual de Agricultura ajudará material e moralmente. (...) A Ação Católica lançará oficialmente a idéia. Entretanto, não obtive resposta às cartas endereçadas ao João Gonçalves e ao Dr. Irineu Cabral. O primeiro garantiu a ajuda financeira do Ministério da Agricultura. Segundo meus cálculos peço, no mínimo, 15 mil cruzeiros, além do transporte de uma delegação de J.H.C. Nacional. (...) o assunto [da Semana Rural] seria em torno do homem do campo, mas que da técnica. O local, na Escola Prática de Agricultura, 20 quilômetros de Natal com boas acomodações. Os vigários viriam com representantes dos empregados e empregadores agrícolas. Uma das finalidades, instalar os Círculos Operários de cunho agrícola, com armagem circulista, célula para o J.H.C. e as cooperativas. Sindicalizar o homem do campo. Instalação do serviço volante médico-dentário. Há um plano organizado com base na A .C. e nos vigários. (...) Aqui fico esperando sua palavra e o resultado de sua intervenção”.

Noutra carta, para o mesmo interlocutor, (25 out. 1950), Pe. Eugênio diz: “Recebi ontem sua carta de 18. Muito grato pelas boas notícias. Reuni, ontem, um grupo de A .C. e tomamos as primeiras medidas para a execução da Semana Rural”. Conclui-se por esta carta que as reivindicações feitas ao Governo Federal foram atendidas. A essas alturas, o tema central da Semana já havia sido definido e seria “Recuperação do Homem do Campo”.

Desde o início, as Semanas Rurais do Rio Grande do Norte contaram com a decisiva participação de órgãos governamentais, demonstrando a afinidade com que Governo e Igreja trabalhavam, não havendo incompatibilidade de objetivos.

Desde suas origens, nos limites do padroado, a Igreja brasileira pautou sua ação no modelo de exercer influência, fundamentado na participação do poder de Estado. As barreiras próprias da época, a exemplo do padroado, dificultavam as comunicações entre a Igreja brasileira e a Igreja Universal, ligando-a muito mais ao Estado que a Roma.

Com ligeiras alterações, dependendo das condições históricas do momento, a Igreja veio exercitando esse modelo de ação, modificando-o mais significativamente após a 2ª Guerra Mundial, diante da nova conjuntura nacional e mundial que então se delineava. A partir daí, a Igreja direcionou seu poder de exercer influência em função de uma pretensa mudança social, contando, porém, ainda, com a colaboração do Estado. (Bruneau, 1974:414-415; Lima, 1978:47).

A propósito, por ocasião dos preparativos da III Semana Rural, em Caicó (RN), seu bispo diocesano, D. José A . Dantas, assim expressou-se: “Oferecendo sua colaboração aos Poderes Constituídos e aceitando, com isenção e elevação, a ajuda do Governo, surgem as Semanas Rurais, sendo nós os pioneiros nessa região do Nordeste, em moldes atuais do empreendimento”. (Dantas, 1952).

Estiveram presentes na I Semana Rural, que se realizou de 22 a 27 de janeiro de 1951, o Governador do Estado, prefeitos, os bispos das três dioceses do Estado (Natal, Mossoró e Caicó), representantes dos Ministérios da Agricultura e da Educação, técnicos do S I A, equipe da ACB - chefiada pelo Mons. Hélder Câmara, professores, sacerdotes, fazendeiros, trabalhadores rurais e representantes de serviços públicos com atuação na zona rural.

A programação da Semana abordou uma temática variada, embora tenha-se dedicado principalmente aos problemas de assistência técnica e sanitária ao campo,

bem dentro dos programas governamentais desenvolvidos nessa área a nível nacional (ver Anexo 8.1).

Nota-se que a semana parece voltar-se para o pequeno/médio produtor, sintetizando uma posição mediana, moderadora, própria do discurso eclesial da época, embora estivessem presentes patrões e empregados de diversos portes. Essa atitude da Igreja é ressonância do discurso teológico-político católico - que vai dos anos 30 até o Vaticano II - de se colocar como fonte e modelo de unidade social, contra a anarquia, tendo em vista a obtenção da ordem social, diante da ameaça do comunismo. A Igreja, segundo Romano (1979:144), “tentou criar uma via diferente de pacificação da sociedade moderna e insistiu na urgência de soluções para a ‘questão social’, com teor autoritário, mas paternalista e suave”. Ela (Igreja) colocava-se acima das classes e pregava uma nova ordem conciliadora, ordeira, capitalista - mas sem os erros do liberalismo - de harmonia e colaboração entre as classes. Assim se alcançaria a ordem e estabilidade social.

Nas “Conclusões” da I Semana Rural lê-se: “Considerando a necessidade de uma urgente recuperação do homem do campo (...) O problema rural deve ser atacado em seus múltiplos aspectos [pois] se todos no campo sofrem conseqüências do relativo abandono em que vivem, os mais atingidos são os pequenos proprietários e o trabalhador sem casa ou terra próprias (...) ademais [se faz necessário] a urgência de um trabalho junto ao mundo rural, no sentido de não permitir se separem, em improdutivo luta de classes, patrões e trabalhadores, mas que se aproximem, nas bases cristãs da justiça e da caridade” (Igreja Católica, SAR, s.d.).

Nesse documento, a Igreja expressava sua visão de mundo diante da problemática rural, apontando para a solução de uma terceira via, sem os erros do capitalismo liberal e sem os males do comunismo ateu. A solução estaria centrada na idéia de pequenas comunidades harmônicas, que produziriam para si e seus semelhantes, preservando a dignidade humana, sob a proteção do Governo secular, mediatizado pela Igreja, fonte de unidade social.

Mais uma vez em suas análises a Igreja ignora a conjuntura histórica. O Documento diz: “Todos no campo sofrem as conseqüências do relativo abandono”, mas não avalia as causas do abandono do campo. Não se pergunta por que o campo foi abandonado e quais as causas desse abandono. O mundo rural estava em desequilíbrio, em desarmonia, mas não pode existir luta de classes; as bases cristãs da justiça e da caridade restabelecerão a harmonia e a estabilidade social.

A exemplo de Campanha (MG), ao término dos trabalhos da Semana Rural do RN, foi elaborada pelos três bispos locais a “Pastoral sobre o problema rural” (1951), Carta Pastoral considerada um dos marcos de atuação da Igreja brasileira em prol dos problemas rurais, apoiando aos princípios de solidariedade e uniformidade dos movimentos católicos para vencer as dificuldades, ou, ainda, atribuindo ao jogos de azar e à politicagem (“duas pestes”) a responsabilidade pela degradação moral do homem do campo.

Apesar de denunciar as precárias condições da vida rural, contraditoriamente afirma a superioridade desta vida sobre a da cidade: “O homem da cidade conta com dificuldades superiores às do homem do campo” (Dantas et alli, 1951:55).

A preocupação com o comunismo também se faz presente nesse documento. Em vários momentos essa preocupação aflora, seja quando fala nos problemas das cidades - “as cidades revolucionárias no ambiente citadino são não somente mais abundantes como mais aceitas”- ou quando refere-se às escolhas vocacionais - “obrigar rigorosamente aos filhos a encaixarem-se dentro da fábrica, como faz o coletivismo russo, sejam quais forem suas aspirações pessoais, é absurdo, desumano”. O Documento externa uma visão limitada e preconceituosa do comunismo, além de revelar os temores da Igreja diante da ascensão do movimento comunista no mundo. (Dantas et alli, 1951:56-58).

A propósito, por ocasião dos preparativos da III Semana Rural do Rio Grande do Norte (1952), em Caicó, região do Seridó, o bispo diocesano D. José Adelino Dantas assim expressou-se: “Ultimamente, percebendo a Igreja o papel importante que, na Civilização, toma o meio rural, que começa a ser cultivado por idéias exóticas e perniciosas, máxime o comunismo, incita seus pastores a um desdobramento de atividades, premunindo o rebanho. Hoje em dia (...) não é possível apenas pregar a palavra mas, a exemplo dos Apóstolos em situação semelhante, devemos cuidar também do corpo, (...) o interesse e o desvelo da Igreja pela população rural vai do espiritual ao material” (Dantas, 1952).

Na terceira parte da Carta Pastoral sobre o problema rural⁽¹⁾, denominada: “Nossas Condições e Aspirações”, os bispos analisam a situação do trabalhador de uma forma acrítica, “ingênua”, chegando a atribuir as causas da miséria e do atraso do campo principalmente a dos fatores: o jogo e a politicagem - “dois maiores males morais” (Dantas, et alli, 1951:64). Em nenhum momento reflete-se sobre as condições de exploração do trabalhador rural; em nenhum momento analisa-se os fatores

estruturais e conjunturais presentes no mundo rural. Deixa-se de lado as lutas emergentes dos trabalhadores rurais, seu início de organização e alianças com outros trabalhadores. Omite-se a luta de classe.

Apesar de constatar que “os nossos irmãos da lavoura e da criação andam atrasados muitos anos quanto ao trabalho e trato da terra e dos animais. Poderiam fazê-los produzir mais e melhor. Mesmo sem estrada e comunicações em alguns municípios, se a produção destes fosse maior, melhores seriam atualmente as condições econômicas de seus habitantes. Urge ir ao seu encontro animando-se a progredir, [e conclui que] não é simples questão de falta ou carestia de braços o que determina o referido retardamento, mas inépcia também. Talvez a introdução da máquina lhes soerguesse o ânimo e acendesse nas almas a chama do idealismo. (...) As cooperativas poderiam, se auxiliadas pelos poderes competentes tentar semelhante renovação”. (Dantas et alli, 1951:63-64).

Mais uma vez ressalta-se aqui a maneira acrítica da Igreja abordar a questão rural, tratando-a isoladamente, fora do contexto nacional, como se a economia rural independesse da economia nacional. Ressalta-se, também, a perfeita intimidade - ou independência? - da Igreja em relação ao Estado: mesmo para criar cooperativas havia necessidade do auxílio dos “poderes competentes”. A proposta cooperativista foi bastante estimulada pela Igreja como saída para os “males” do campo.

4.2 A Ação Cooperativa da Igreja

O cooperativismo foi bastante difundido no Movimento de Natal. No projeto nº 31/55, sobre a Missão Rural de Nísia Floresta, a CNER destaca entre os objetivos a serem alcançados – dentro da técnica própria das Missões Rurais – “criar entre os rurícolas uma mentalidade cooperativista, possibilitando melhorias econômicas para o indivíduo e para o grupo”. Quando ao tratar a questão da educação de base, utilizando a técnica de Organização de Comunidade, a CNER elege três maneiras de atingir esse objetivo e uma delas é a “incrementação e orientação de práticas do cooperativismo” (Brasil, MEC/CNER s.d.).

Interessante, também, é o papel utilitário que, no mesmo documento, essa instituição atribui aos Centros de Treinamento de Cooperativismo: “Estes Centros têm por objetivo educar moços dentro do regime cooperativista, inculcando-lhes o amor à terra e desenvolvendo-lhes o interesse em se fixar na zona rural, pela exploração

econômica dos recursos naturais das regiões onde vivem. Os jovens são reunidos em uma fazenda, após seleção cuidadosa, entre aqueles habituados à vida do campo e ainda não contaminados pela influência negativa dos grandes centros. (...) São educados no que respeita à lavoura, às indústrias rurais e à economia, como também em assuntos de cultura geral” (Brasil, MEC/CNER, s.d.).

O papel “manipulador” que a CNER previa para esses Centros demonstra o controle que programas desse nível intentavam exercer junto às populações rurais, utilizando intelectuais que iriam desempenhar uma função organizativa dessas populações, inculcando-lhe um sistema de idéias que não lhe são próprias.

Segundo Calazans e outros (1985:52), o grande instrumento de trabalho da CNER foram as Missões Rurais, que por sua vez utilizaram como principais técnicas de trabalho: organização de comunidades, serviço social de grupo, educação sanitária e extensão agrícola, aí incluindo o cooperativismo. A extensão e desenvolvimento agrícola então adotados estavam respaldados em modelo norte-americano, que provinha do século XVIII e mantinha fortes vínculos com a tradição rural norte-americana.

O conceito de cooperativa era disseminado na população alvo de uma forma “mágica”, fugindo da concreticidade dos fatos históricos, sendo visto como uma panacéia para todos os males. O MEB/Natal, por exemplo, diz: “Cooperar é educar – o objetivo fundamental da Cooperativa é a valorização do Homem”, ou “A COOPERATIVA é aberta a todos. Não importa o saber, a religião, a cor, o partido, pois todos têm o mesmo direito”. (Movimento de Educação, Natal, s.d.).

Noutro momento, no mesmo documento, o MEB/Natal, para explicar a fundação, na Inglaterra, do cooperativismo, transcreve a seguinte poesia popular (anônima). Observe-se a tentativa de despolitizar o fato, transformando-o num fenômeno “neutro”.

A primeira Cooperativa

Começou na Inglaterra
E veio se espalhando
Atingindo o pé da serra,
O povo todo lutando
Pra combater a guerra

Fundaram a Cooperativa

Primeira vez na História
Isso foi dado nas aulas
Pois gravamos na memória
Surgiram as dificuldades
Mas foi bonita a vitória

Isso foi em ROCHDALE

Que esse grupo se formou
Funda a COOPERATIVA
Muitos problemas encontrou,
Mas com seu funcionamento
A situação mudou
Direito a JUROS MAIS BAIXOS
Também a educação
A DEVOLUÇÃO DAS SOBRAS
E não tem só isso
NEUTRALIDADE POLÍTICA
E sem também fazer críticos
A cor e a religião

Durante a realização da I Semana Rural, foi editado um pequeno jornal – “O Ruralista” – que se autodenominava “diário noticioso e informativo da Semana Rural”. Publicou um artigo denominado “Ruralistas, pensai no cooperativismo”, da autoria de Enoch Garcia, onde se lê: “O cooperativismo constitui uma ordem econômico social que tem por base o homem. É uma reunião de homens, tendo por fim a satisfação de suas necessidades, sem visar ao lucro. Promovendo o fomento da produção, o cooperativismo é uma verdadeira democracia econômica (...). Adotemos, pois, o tipo misto, e, através das diversas secções, havendo de conseguir a estabilização da vida rural – mediante a elevação do nível econômico-financeiro da classe” (Garcia, 1951:7).

Apesar de ainda mistificar o cooperativismo, esse artigo já elabora uma análise mais econômica, inserindo o cooperativismo dentro da ótica de uma economia de mercado.

Ferrari (1968:142) diz que “a educação cooperativa constituiu desde o início, a maior preocupação do Setor de Cooperativismo do SAR, não só no sentido de formar líderes imbuídos de espírito cooperativista, mas também, de capacitá-los a administrar cooperativas”. De 1956 a agosto de 1966, foram realizados pelo SAR 14 treinamentos de líderes cooperativistas, mais 8 outros cursos sobre cooperativismo, 151 palestras, 12 estágios de pessoas que vinham do interior e de outros Estados ao Setor de Cooperativismo do SAR, 23 programas radiofônicos, 253 viagens para organização, supervisão e assessoramento a cooperativas e 4 encontros com dirigentes e sócios de cooperativas. (Ferrari, 1968:142).

O volume de trabalho desenvolvido pelo SAR no sentido de criar o “espírito cooperativista” entre os trabalhadores rurais foi realmente muito grande, principalmente se forem levadas em consideração as dimensões e a população do Estado do Rio Grande do Norte: em 1960 o Estado tinha 1.157.258 habitantes para uma área de 53.015 km².

É realmente singular a maneira como o Movimento de Natal trabalhou o cooperativismo: fetichizou-o, retirou sua concreticidade, transformando-o em coisa atemporal, pairando acima das determinações históricas. Entretanto, constatou-se haver entrelaçamento entre o movimento cooperativo local e organismos internacionais, conhecidos defensores dos interesses capitalistas norte-americanos e tradicionais divulgadores/mantenedores da ordem capitalista mundial. Nos arquivos do SAR/RN encontrou-se correspondência dirigida a essa instituição pela Secretaria da União Pan-Americana – setor da OEA (União Pan-Americana, 1958) – solidarizando-se pelo “Dia Internacional da Cooperação”, primeiro Sábado de julho, enviando “sua saudação fraternal às cooperativas de técnicas no setor agro-pecuário norte-riograndense”. Na opinião daquele autor, “o resultado foi muito limitado, provavelmente mínimo, pois não havia no Estado – como em grande parte, não há ainda – condições para o desenvolvimento deste setor da economia” (Ferrari, 1968:73).

Mons. Expedito, vigário do interior (São Paulo do Potengi), também depõe nesse sentido: “As semanas rurais reuniam proprietários e moradores, mas não acontecia nada. No final, se encerrava com concentrações de agricultores, mas quem saía sempre enfeitado no fim da festa eram proprietários montados em seus bonitos cavalos e um outro em tratores [quem tinha] e os pobre [agricultores] ficavam na rabisca da capinadeira” (apud Pinto, 1989:97).

Na verdade, as Semanas Rurais alcançaram os objetivos previstos. Em primeiro lugar, foi a partir da I Semana Rural que o SAR conseguiu subvenções do Governo Federal, através de acordos e convênios existentes voltados para a zona rural. No ano seguinte à realização daquela Semana, a 16 de maio de 1952, o SAR assinou convênio com a CNER para assistência técnica e financeira para projetos a serem empreendidos na região rural. “O projeto da Região Natal está firmado num convênio entre o Serviço de Assistência Rural e a Campanha Nacional de Educação Rural. Compreende o funcionamento de uma Missão Rural de Educação, um Centro de Treinamento de Líderes Rurais e a orientação técnica de 18 centros sociais de comunidade” (Igreja Católica, SAR s.d.). Esse projeto resumia os pontos básicos de apoio sobre os quais a CNER, respaldada em modelo norte-americano, desenvolvia suas atividades: missão rural, treinamento de líderes e centros sociais de comunidade, utilizando, para desenvolver essas atividades, a técnica de desenvolvimento de comunidade.

Foram signatários desse convênio o Ministro da Educação e Saúde, Dr. Ernesto Simões Filho, o Presidente do SAR, D. Eugênio Sales e o Dr. José Artur Rios, Coordenador da CNER e um dos divulgadores no país da técnica social de desenvolvimento de comunidade.

O documento denominado “A C.N.E.R. no RIO GRANDE DO NORTE”, localizado nos arquivos do SAR/RN, reproduz a fala de D. Eugênio Sales que expressa a importância do convênio realizado entre esses dois organismos: “A Campanha Nacional de Educação Rural, através de seu primeiro Coordenador Dr. José Artur Rios, veio a Natal. Viu, observou e ofereceu valiosa cooperação. Desde então, cada ano, novos acordos são firmados sendo o Estado do Rio Grande do Norte e em particular a região onde está localizada a Arquidiocese de Natal profundamente beneficiados pela grande ajuda da C.N.E.R. (...) E convém salientar o mútuo benefício da C.N.E.R. e do S.A.R.. Este recebeu substanciais recursos e aquela viu um maior rendimento no que investia. Há mútua liberdade e estreita colaboração graças ao alto espírito público dos Coordenadores da Campanha. O prof. Colombo Arreguey, de fino trato e entusiasmo juvenil vem mantendo as melhores relações com os órgãos que coordenam seus esforços com a C.N.E.R.” (Igreja Católica, SAR s.d.).

Com o financiamento da CNER a Igreja pode desenvolver um amplo trabalho de organização e desenvolvimento de comunidade. Para se Ter uma idéia do nível de trabalho alcançado entre a CNER e o SAR, basta observar o ano de 1954. Nesse ano,

o SAR realizou, em convênio com a CNER, um curso para 23 professores rurais, com duração de 4 meses, recebendo alunas de 15 municípios. O programa desse curso constou de noções de zootecnia, defesa animal, avicultura, agricultura, higiene rural, cultura social e religiosa, economia doméstica, serviço social e organização de comunidade, pedagogia e seminário de formação. (Igreja Católica, SAR, 1955).

Ainda em 1954 foi criada a Missão Rural de Nísia Floresta, que realizou 267 reuniões, ministrou 9 cursos (marcenaria, arte culinária, corte e costura, trabalhos manuais, puericultura e enxertia), 20 campanhas (vacinação, anti-variólica, contra verminose, vacinação animal, hortas escolares, privadas sanitárias), criou 1 cooperativa e realizou 67 atividades diversas, como demonstrações de combate à formiga, construção de aviário escolar, fabricação de farinha de ovos, construção de filtro rural etc. (Relatório SAR/CNER, 1954). As Missões Rurais foram implantadas no Brasil a partir de 1951, com a cooperação do Serviço de Informação Agrícola (SIA), do Ministério da Agricultura.

Observou-se também o que diz o representante do SAR ao Coordenador da CNER, em ofício nº 113/54 (Igreja Católica, SAR):

“A cruzada de recuperação do meio rural no Rio Grande do Norte tem crescido, em extensão e profundidade, graças a ajuda benemérita da C.N.E.R.

Numa ação horizontal, o SAR, coadjuvado pela Campanha, vai mobilizando os recursos em pessoas e em instituições das localidades trabalhadas, coordenando as iniciativas em torno de (...) núcleos [onde] na maioria, já se esboçam verdadeiros Centros de Comunidade”.

O SAR apreendeu e pôs em prática os pressupostos teóricos e metodológicos da CNER, pois essa instituição “propunha-se a levar educação de base ao meio rural, visando a integração na sociedade nacional de sua população; tornar seu nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos; sua ação se estenderia por todo território nacional, através de centros de treinamento de líderes, missões rurais, centros sociais, cursos de aperfeiçoamento, semanas educativas, cursos e conferências, campanhas educacionais” (Calazans et alli, 1985:52).

É evidente, pelos documentos pesquisados, que a metodologia de ação da CNER foi perfeitamente assimilada pelo SAR, deixando transparecer um conteúdo comum. Pode-se até firmar que, em lugar de duas “fases rurais”, como identificou Ferrari (1968) no Movimento de Natal, há, na verdade, um marco definidor: a

assinatura do convênio com a CNER, as verbas daí advindas e os pressupostos teórico-metodológicos divulgados por aquele órgão. Diante desses fatos, é possível questionar a tão propalada “originalidade” e “pioneirismo” das atividades do SAR. Existe, é inegável, um empreendimento de grande porte em atividades sociais, por parte da Igreja, o que, tendo em vista o momento histórico, representou um grande avanço na sua ação pastoral, antes voltada sobretudo para o plano espiritual.

A Igreja, através do SAR – que era um órgão da Ação Católica atuou nesse contexto como um intelectual, agindo como interlocutor entre as classes dominantes e a classe trabalhadora, organizando as comunidades rurais, assumindo o papel de promotora de equalização social, fator de harmonia e colaboração entre as classes. A Igreja, por possuir um mandato divino, estava acima das coisas terrenas, seu reino transcendia às classes sociais, logo possuía a capacidade de promover a justiça social.

Outro objetivo alcançado com as Semanas Rurais foi a divulgação da doutrina cristã, afastando o espectro do comunismo do meio rural, pois “quem quer que tenho aberto os olhos poderá constatar que o nosso meio rural não é evangelizado. Entretanto, o homem do campo ou será evangelizado ou paganizar-se-á: são os dois extremos da mesma cadeia” (O Ruralista, v.1, n.1, 1951). As Semanas Rurais bem cumpriu esse papel.

Além da CNER, o Serviço Rural (SSR) também foi presença marcante no Movimento de Natal. O processo de criação desse órgão teve início em 1948, mas somente em dezembro de 1951 foi aprovada a redação final do projeto, sendo criado, por convênio com o Ponto IV, como autarquia federal, subordinado ao Ministério da Agricultura. Teve como objetivo a prestação de serviços sociais no meio rural, no tocante à saúde, educação, habitação, alimentação, assistência sanitária, bem como o incentivo à pequena produção, o cooperativismo, aperfeiçoamento de técnicas de trabalho agrícola, etc.

Apesar de criado em 1951, somente em 1959 o SSR começou efetivamente seus trabalhos. Atuou em forma de convênio com o SAR/Emissora de Educação Rural, foi um dos financiadores das Escolas Radiofônicas e do programa de artesanato rural da Arquidiocese de Natal. Foi extinto em 1963 e absorvido pela Superintendência de Política Agrária (SUPRA).

Sofrendo orientação de ideologias norte-americanas, o SSR, como também a CNER, dirigiam suas ações no sentido de disseminar valores e princípios comuns ao “mundo ocidental cristão”, capazes de consolidar os laços de cooperação e identidade

desse mundo, notadamente em vista do contexto da “guerra fria”. Também preocupava-se em integrar ao mercado capitalista, dentro da mesma ótica, regiões de baixo consumo e com potencialidade a explorar.

Apesar de possuírem objetivos particulares, na prática a CNER e o SSR desenvolveram atividades semelhantes e às vezes superpostas.

4.4 Missão Rural Ambulante

Uma das conseqüências importantes da I Semana Rural foi a criação da Missão Rural Ambulante. Em documento publicado pelo SAR, no item “conclusões”, foi recomendado: *“I. Que se instale, com a máxima urgência, nas dioceses do Rio Grande do Norte, a **Missão Rural Ambulante**, instrumento magnífico de elevação total do bem estar das comunidades rurais e da educação do homem do campo. Essa Missão Rural Ambulante, em veículo motorizado, abrangerá serviços de assistência religiosa e moral, serviço assistencial médico-dentário, educacional, diversional, ao par de indispensável orientação agropecuária das populações, tendo o cuidado de evitar o paternalismo e de despertar a melhor colaboração dos próprios assistidos. Deve a Missão Rural Ambulante, finalmente, entrar em contato com os proprietários rurais a fim de conquistá-los para um apoio moral e material a essa grande obra”* (Igreja Católica, SAR, s.d.).

É possível detectar, na citação acima, o importante papel a ser desempenhado em torno da educação e da saúde nas atividades da **Missão Rural Ambulante**. Predomina um “entusiasmo pela educação rural”, aliado à preocupação com práticas tecnológicas e de saúde (higienistas), tendo em vista a equalização social e a harmonia entre as classes, pois os proprietários rurais serão “conquistados” para um apoio moral e material a essa grande obra.

A Missão Rural Ambulante iniciou suas atividades em março de 1951, na Vila de Extremoz – localizada próximo a Natal. Funcionou até fins de 1954, quando, por efeito de acordo assinado entre o SAR e a CNER, em 1952, foi substituída pela Missão Rural de Educação do Agreste, no município de Nísia Floresta, com atuação permanente, e cujas atividades tiveram início em 30 de agosto de 1954. Era constituída por uma equipe de voluntários: médico, dentista, agrônomo, assistente social e sacerdote. Essa equipe, além de atender aos setores básicos – econômico, social, sanitário, educacional – com a presença do sacerdote passou a atender

também o religioso. Esse aspecto correspondia ao mandato divino, que lhe é próprio, pois a Igreja, pela característica de ser uma instituição multissecular, não podia ater-se a fatos puramente terrenos, sob pena de perder seus fiéis. Ela (Igreja) se atribuía o papel de “emissário de Cristo” aqui a terra, fiadora dos preceitos divinos, portanto mãe amantíssima de todos os homens, independente da classe social a que pertencessem.

As Missões Rurais instalaram-se no Estado dentro de um clima de entusiasmo pela educação rural, numa atitude extremamente otimista com a educação e na crença exacerbada dos princípios científicos e na racionalidade da técnica. Traduziam o panorama nacional referente ao trato com a educação e a saúde, segundo o qual uma educação bem planejada, bem administrada e organizada iria promover o bem estar das populações rurais, fixar o homem ao campo e promover a equalização social.

Por outro lado, a Igreja colocava-se como fiadora de paz social, promovendo o desenvolvimento rural e pacificando a sociedade, evitando, assim, a luta de classes – uma vez que vai conquistar os proprietários rurais para um apoio moral e material a sua grande obra. A Igreja necessitava de ordem, de harmonia e para isso considerava indispensável governos estáveis que garantissem sua liberdade de culto. A esse respeito, pronunciou-se Gramsci (1984:289-291), estudando o pensamento social dos católicos: *“A Igreja entre por ‘despotismo’ a intervenção da autoridade estatal leiga que limita ou suprime os seus privilégios – não muito mais; ela reconhece qualquer poder está de fato, e desde que ele não toque nos seus privilégios, legitima-o; se depois os seus privilégios crescem, exalta-o e proclama-o providencial. [Isso porque] os católicos devem distinguir entre ‘função da autoridade’, que é direito inalienável da sociedade, que não pode viver sem uma ordem, e ‘pessoa’ que exerce tal função e que pode ser um tirano, um despota, um usurpador etc... Os católicos submetem-se à função, não à pessoa”*.

Romano (1979:147) também afirma que a obsessão pela “estabilidade” foi um aspecto presente nas relações da Igreja com todas as formas autoritárias de poder de Estado no século XX, levando-a inclusive a estabelecer “concordatas” com o Estado fascista italiano (1929) e com o Estado nazista alemão (1933) em troca de sua liberdade de culto e garantia das instituições.

O entendimento da Igreja brasileira com os poderes constituídos remonta-se às suas raízes, notadamente no contexto do “padroado”. No caso particular das Semanas Rurais, merece destaque a participação maciça de órgãos governamentais e de

políticos, a maioria deles ligados às tradicionais famílias oligárquicas da região. As III e IV Semanas Rurais realizadas, respectivamente nas cidades de Caicó (região do Seridó) e Nova Cruz (região Agreste), tiveram seus programas editados pela cooperação de Dinarte Mariz e José Arnaud (vide anexos 8.2 e 8.3), políticos norte-riograndenses ligados às tradicionais forças oligárquicas.

O “Relatório da 1ª visita da Missão Rural” (Igreja Católica, SAR, 1951) é um importante referencial de análise para se desvelar a atuação da Igreja nesses primeiros momentos de sua “ação voltada para o social”. Em primeiro lugar evidencia-se o assistencialismo da Missão. Observe-se as palavras do “Relatório”: *“No dia 19 de agosto p/p a Missão Rural (...) fez sua 1ª visita às capelas da diocese, sendo Extremoz a vila escolhida”*. Após a instalação no prédio onde iriam atender *“às pessoas que necessitassem dos nossos serviços [começou-se] imediatamente os trabalhos”*. As Assistentes Sociais ficharam 37 pessoas que iriam ser atendidas pelo médico e dentista. *“Foram consultadas pelo médico 22 pessoas e (...) extraídos 21 dentes em 17 pessoas atendidas”*. Esse trabalho desenvolvido pela Missão Ambulante compunha-se de atividades que, apesar de necessárias, principalmente para uma população carente das mínimas condições de sobrevivência, não passavam de atividades meramente assistencialistas ou paternalistas. Apesar da Igreja alertar contra seu uso, na verdade, mostrava essa instituição assumindo as funções do Estado, desobrigando-o de responsabilidade que lhe são próprias.

Em segundo lugar, destaca-se o autoritarismo paternalista presente na condução de suas atividades. O “Relatório” diz que é necessário *“que o povo entenda melhor o papel da Missão para mais facilmente conhecer a ajuda que dela poderá advir, [pois] o povo não se acha preparado para receber a Missão como coisa por ele solicitada, mas, sim, que a Missão vá ao seu encontro”*. Portanto, *“é de real importância que o Vigário mostre à população de seu meio o valor da Missão e o que ela trará de melhoria para a localidade. Bem compreendido esse ponto, tudo o mais será fácil. (...) Necessitamos de uma propaganda instrutiva quer por jornais ou folhetos, distribuídos nos diversos lugares visitados”* (Igreja Católica, SAR, 1951).

E por último, convém destacar o projeto da Igreja de formar intelectuais para o meio rural, com o objetivo de exercerem uma função de intermediação entre a instituição (Igreja) e as classes trabalhadoras camponesas, construindo sua hegemonia na comunidade de fiéis, preservando-se da expansão capitalista e, principalmente, da crescente influência comunista nas classes trabalhadoras.

D. Marcolino Dantas, então bispo de Natal, publicou, (2 de janeiro de 1951), uma “Circular” sobre a I Semana Rural do Rio Grande do Norte onde se lê:

“Além disso, Revmo. Clero e caros Diocesanos, por culpa de todos, o comunismo ateu oprime as cidades e já estende seus tentáculos sobre os campos.

É preciso salvá-los, quanto antes. O descuido, a demora e a condescendência, que já infelicitaram as cidades, arruinarão também os campos, se não acudirmos a tempo. Urge uma campanha decidida e bem orientada. O Governo, por seus organismos da Agricultura, e a Igreja, pela Ação Católica, estão, deveras, empenhados nessa tarefa patriótica e cristã.

O Governo brasileiro não tem poupado esforços, no rumo de uma solução salvadora. Aí estão a Universidade Rural e as Semanas Rurais.

O Papa Pio XII, (...) a 30 de outubro de 1950, falou aos quinhentos e tantos Cardeais, Arcebispos e Bispos presentes sobre a necessidade da Assistência Social, notadamente no setor rural, ainda imune, em regra geral, do veneno do comunismo” (Dantas, 1951).

Pelo visto a Igreja organizava-se a partir de orientação do próprio Vaticano, formando quadros, através da Ação Católica, para atuar no meio rural e a motivação maior era, sem dúvida, o medo da penetração comunista no meio rural, seu (da Igreja) tradicional espaço de influência. Não se pode esquecer a frase – já citada anteriormente neste trabalho – de D. Engelke, bispo de Campanha (MG), ligado aos quadros da JAC: *“Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural” (Engelke, 1976:44).*

A programação das Missões Rurais seguiam etapas semelhantes. Em geral, o primeiro passo constituía-se em contatos com as autoridades locais; em seguida, o planejamento com o vigário; depois, tinham início as tarefas assistenciais de responsabilidade do médico e do dentista; paralelamente, as assistentes sociais⁽²⁾ dedicavam-se a reuniões com líderes, elementos da Ação Católica – JAC, se existisse, jovens, donas de casa etc.; agrônomo proferia palestras para agricultores e criadores e o médico palestras educativas de temas variados. Também exibia-se filmes educativos (ver anexo 8.4).

As Missões Rurais Ambulantes, desde as primeiras, em 1951, até as últimas, em 1954, quando foram substituídas pelas Missões Rurais permanentes, realizaram 110 visitas a localidades interioranas do Estado. Entretanto, a pequena duração dessas visitas – de 1 a 2 dias – não permitiu a criação de vínculos mais profundos com as comunidades visitadas, não testando senão “*apenas um despertar de consciência para um futuro trabalho construtivo*” (SAR, apud Ferrari, 1968:76).

4.5 Missão Rural do Agreste

As atividades da Missão Rural Ambulante encerraram-se após os acordos firmados pelo SAR com a CNER, em 1952 e 1953, culminando em 1954 com a execução de 3 projetos: o de nº 28, que se referia ao financiamento do Centro de Treinamento de Professores e Auxiliares Rurais; o de nº 29, que criava a Missão Rural de Nísia Floresta – depois Missão Rural do Agreste; e o Projeto de nº 30, que tratava da criação de Centros Sociais de Comunidade. Os conteúdos dos projetos estão dentro dos objetivos da política desenvolvida pela CNER, que pautava sua ação principalmente nas Missões Rurais, Centros de Treinamento e Centros Sociais de Comunidade.

Para a instalação da Missão Rural do Rio Grande do Norte foi escolhido, por dois técnicos da CNER, o município de Nísia Floresta, na região agreste do Estado. Sua instalação se deu em agosto de 1954. É interessante observar, a esse respeito, o que diz o Relatório das Atividades do SAR, em convênio com a CNER:

“Os doutores Osvaldo Medrado e Orlando Valverde estudaram a área onde se deveria instalar a 1ª Missão Rural do Rio Grande do Norte.

O Dr. Orlando Valverde visitou também São Paulo do Potengi, recaíndo a escolha sobre Nísia Floresta.

Determinada a área pela CNER fomos a Nísia Floresta:

*a) – **preparar a Comunidade à atuação da equipe** – Aos entendimentos pessoais, com Autoridades e líderes locais, sucederam-se as reuniões, objetivando interpretar aos comunas o trabalho da Missão (...).*

*b) – **instalar a Missão** – A 30 de agosto, na presença de um técnico da Campanha Nacional de Educação Rural, o Dr. Renato Xavier, foi instalada a Missão Rural de Nísia Floresta.*

(...)

Nessa ocasião, foram apresentadas aos presentes, pelo Executor e membro da equipe, as bases da Missão.

Delimitação das áreas de trabalho

Três áreas foram escolhidas pelo Dr. Renato Xavier para início do trabalho de educação de base, no Município de Nísia Floresta: Morrinhos, Oitizeiros e Tororomba. (...)

Por solicitação dos Municípios a equipe passou a atuar também a sede, motivando Clubes, promovendo recreação (...). Outrossim, por autorização do Dr. Renato Xavier as tardes de 6ª feira ficaram reservadas a um trabalho junto ao Centro Social de São José de Mipibu, Município vizinho de Nísia Floresta”. (Igreja Católica, SAR, 1955).

Outro aspecto importante a observar é a forma elitista da Igreja implantar a Missão, pois vai primeiro entende-se com “Autoridades e líderes locais” para explicar os objetivos dos trabalhos, significando o desconhecimento e a falta de participação das populações locais nas decisões e mesmo nos objetivos propostos pela Missão.

A Igreja, na verdade, através dos intelectuais do SAR (leia-se Ação Católica), impôs às populações locais uma prática respaldada nas diretrizes teórico-metodológicas da CNER. Claro que, pelo fato de considerar-se uma entidade cuja origem vem de Cristo, tendo por fim a salvação eterna, não podia deixar de lado sua ação pastoral, de levar a palavra de Deus aos paroquianos, mas a forma, a maneira de desenvolver as atividades, seguir o modelo proposto pela CNER. No projeto nº 31/55, sobre a Missão Rural de Nísia Floresta, a CNER propões uma “nova programação técnica”, a ser seguida pelo SAR, que se resume em:

- “a) Cooperações de esforços entre a CNER e as entidades locais;*
 - b) elevação dos padrões de vida, no sentido cultural, social, sanitário e econômico das comunidades situadas em toda a zona de periferia da Missão;*
 - c) incrementar a coordenação e a cooperação entre os órgãos das esferas, federal, estadual e municipal e a Missão.*
- [objetivando] a consecução das seguintes normas: (...)*

- a) *Despertar a consciência do povo para o reconhecimento exato dos problemas e das necessidades de sua comunidade;*
- b) *estimular e incrementar a participação popular nos trabalhos de recuperação geral do meio através de formação e orientação adequadas;*
- c) *criar entre os rurícolas uma mentalidade cooperativa, possibilitando melhorias econômicas para o indivíduo e para o grupo*". (Brasil, MEC/CNER, 1951).

E, nos "descobrimientos práticos", recomenda a preparação de líderes nas comunidades, formação de clubes (agrícolas, de mães, masculinos etc.), atenção especial para os Centros Sociais de Comunidade e atividades (palestra, curso) que visassem a "a assimilação das modernas técnicas de trabalho, a melhor produção e o progresso econômico".

Mais uma vez ressalta-se a prática do SAR respaldada na técnica de desenvolvimento de comunidade preconizada pela CNER, pois essa técnica facilitava à Igreja a transmissão, ao homem do campo, da sua doutrina social, na linha da *Rerum Novarum*, pois os agitadores estão chegando no campo e "a grande habilidade do comunismo vem sendo levantar a massa subdesenvolvida, que será invencível e assegurará a vitória ao lado para onde pender" (D. Hélder Câmara, apud Vieira, 1957).

Portanto, no seu projeto de ação social a Igreja antevia a possibilidade de, pela formação de lideranças comunitárias, ampliar as atividades da Ação Católica no campo (no caso específico a JAC). Através da atuação dessas lideranças poderia inserir na sociedade os ensinamentos de sua doutrina cristã, oferecendo uma vida mais justa e mais humana, tomando por base uma proposta de sociedade que mitigasse os problemas do capitalismo, mas livrasse a população do comunismo. Por isso, a Igreja coopera com o Governo, mas, como porta-voz dos preceitos divinos, coloca-se acima dos interesses de classe e mantém a harmonia entre patrões e empregados, garantindo a paz e estabilidade sociais.

A Igreja propões, pela voz de D. Engelke (1950), a execução de um "programa mínimo de ação social, [que] deverá ser tomado como ponto de partida e não como meta de chegada de uma caminhada longa" que congregará patrões e empregados. Urge que se inicie essa ação social. As Semanas Ruralistas e as Missões Rurais

constituem “exemplo acabado de colaboração possível e desejável entre os particulares e o poder público”.

A estrutura básica da Missão Rural de Nísia Floresta, que passou a chamar-se Missão Rural do Agreste, continuou praticamente a mesma das Missões Ambulantes e, segundo o SAR, procurou atingir todos os aspectos da comunidade: “O médico, o agrônomo, a assistente social e a educadora familiar, numa ação conjunta, procuram estudar com os locais os problemas básicos da zona, arquitetando, com eles, as soluções e programas de bem estar” (Igreja Católica, SAR, s.d.).

A Missão dedicou suas atividades: no setor agropecuário, a prática de hortas domésticas e escolares, aviários, criação de coelhos etc.; no setor social, a aulas de economia doméstica, organização de clubes (agrícolas, de jovens etc.), promoção de festas cívicas, semanas da criança etc.; e no setor de saúde, ao incremento de campanhas de construção de fossas, de tratamento da água e do combate à verminose.

As atividades dessa Missão expandiram-se, alcançando em 1959 “16 núcleos nos municípios de Nísia Floresta, São José de Mipibu, Arês, Goianinha e Monte Alegre, contando com 24 grupos organizados, 6 núcleos cooperativistas e 1 cooperativa” (Ferrari, 1968:77). Entretanto, segundo o mesmo autor, os resultados da Missão não trouxeram mudanças significativas, não corresponderam às expectativas, pelo menos levando-se em consideração a proporção do dinheiro investido.

Com a extinção da CNER, em 1962, a Missão Rural do Agreste teve, nesse mesmo ano, seus trabalhos encerrados, mostrando, mais uma vez, a estreita colaboração existente entre os programas do Governo Federal e o Movimento da Igreja de Natal.

De fato, a Igreja desenvolveu, em conjunto com o Estado, uma política muito mais de domesticação que de libertação da classe trabalhadora, com especial destaque para os trabalhadores rurais, principalmente na década de 50, quando as “forças populares”⁽³⁾ começavam a se organizar em sindicatos, associações e ligas, tanto a nível local, como nacional, o que desembocaria, no final dos anos 50 e início de 60, em acirradas lutas com setores das classes dominantes.

O que levou a CNER, em comum acordo com o SAR, a escolher a região agreste do Estado como sede da I Missão Rural Permanente? Estudos realizados por Pinheiro (1922:74-75) sobre as políticas de saúde pública no Brasil (1942-1974) apontam para a direção de que os projetos e programas governamentais nessa área social foram localizados em regiões cujo desenvolvimento das relações de produção

capitalistas estavam ganhando maior dimensão, a exemplo da zona cacauzeira baiana e zona canavieira de Pernambuco e Paraíba. Nesses locais, a substituição da força de trabalho tradicional, de subsistência, pela força de trabalho assalariada, condicionou o Estado a reagir, regulamentando a nova ordem social por meio de mecanismos de controle social e pela organização e transmissão de normas e valores através de instituições de política social, a exemplo do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP).

Foi constatado, anteriormente neste trabalho a identidade de objetivos que existia entre as políticas de saúde e as educacionais no Brasil, a partir dos anos 20 até a década de 40. Constatou-se, também, que o Movimento de Natal, na sua prática educativa, privilegiou os setores saúde e educação. Apontou-se, ainda, para a perfeita integração entre as políticas sociais do Estado e o trabalho então desenvolvido pela Igreja. Portanto, aventamos, como hipótese, a possibilidade da região agreste do Rio Grande do Norte ter sido escolhida para palco dos trabalhos experimentais do SAR/CNER por estar situada geograficamente vizinha à zona canavieira paraibana, um dos locais citados por Pinheiro (1992), onde se deu o incremento das forças produtivas capitalistas e também futuro espaço de disseminação das Ligas Camponesas. As Missões serviriam, assim, como medida preventiva contra movimentos que viessem a por em risco a harmonia e a estabilidade social.

Cruz (1982) afirma que o envolvimento da Igreja, nos anos 50 e 60, com as questões sociais, notadamente as ligadas à terra, teve como motivação maior o temor da penetração comunista no campo, em particular da atuação das Ligas Camponesas. No Rio Grande do Norte, o sindicalismo rural, desenvolvido pelo SAR, impediu a disseminação das Ligas no Estado, estas praticamente não ultrapassaram a fronteira da Paraíba.

As Missões Rurais e as Semanas Ruralistas obedeceram a uma mesma linha de ação da Igreja do RN: representaram o início de renovação de sua ação social no campo, ação que vai aprofundar-se no final dos anos 50 e começo dos anos 60, com o sindicalismo rural e as escolas radiofônicas.

4.6 A CNBB e o Movimento de Natal

Paralelamente a esses acontecimentos, a Igreja organizava-se internamente, criando, em 1952, a CNBB, que congregou o episcopado brasileiro e deu nova dimensão aos trabalhos até então desenvolvidos.

Merece destaque a ação intercomplementar entre a CNBB e a Ação Católica. A CNBB foi fiadora da ACB, defendendo-se e facilitando sua ação em dioceses cujos bispos reagiam à sua instalação. A CNBB, através de seus planos pastorais, possibilitou ações conjuntas de âmbito nacional, dinamizando e dando maior unidade aos trabalhos da Igreja. Aliás, a CNBB originou-se da Ação Católica e muitos dos seus bispos estavam ligados a esse movimento, atuando como Assistentes ou auxiliares. No Movimento de Natal, seus dois principais líderes, Pe. Nivaldo Monte e Pe. Eugênio Sales, eram, respectivamente, Assistentes da JFC e JMC, nomeados antes do início do Movimento de Natal.

Outro bispo, D. Hélder Câmara, maior incentivador da CNBB e seu primeiro Secretário-Geral, foi um importante elo de ligação entre esse organismo e os demais movimentos da Ação Católica. Na qualidade de Assistente Nacional da ACB e Secretário Geral da CNBB transformou-se no maior canal de comunicação entre esses dois organismos.

Foi, também, um dos grandes incentivadores da I Semana Rural do Rio Grande do Norte (vide carta, 25 out., 1950), aí se fazendo presente chefiando uma delegação da ACB. Constatou-se que seus contatos com D. Eugênio Sales entre os nove bispos (que compunham o primeiro “Grupo da CNBB”) que mais se preocupavam com os problemas sociais e que desenvolviam programas de “mudanças sociais” em suas dioceses.

Acredita-se que, por todos esses vínculos, a CNBB influenciou e recebeu influências do Movimento de Natal, cujo caráter inovador tornou-o pioneiro de práticas inéditas na Igreja brasileira, a exemplo dos planos pastorais, das campanhas da fraternidade, de encontros periódicos entre o clero. O Encontro Mensal do Clero, nascido da dinâmica dos trabalhos do Movimento de Natal, foi considerado por Ferrari (1968:74-75) com “um dos esteios” desse Movimento.

Outros importantes marcos das atividades do episcopado brasileiro, que tiveram forte ligação com o Movimento de Natal, foram os I e II Encontros dos Bispos do Nordeste, realizados, respectivamente, em Campina Grande/PB (1956) e em Natal/RN (1959), contando com a presença de políticos, técnicos do Governo e do

próprio Presidente Kubistcheck. Esses Encontros ocorreram no alvorecer da criação da SUDENE.

A parte mais influente do episcopado da CNBB aderiu ao desenvolvimento do Governo JK e, neste período, trabalhou intimamente com esse Governo, os Encontros acima citados exemplificam essa linha da ação.

Setores mais progressistas do episcopado brasileiro, a partir dos anos 50, passaram a desenvolver uma nova atividade pastoral, com ênfase na “mudança social”, em íntima conexão com o poder do Estado, procurando uma alternativa cristã para o problema do subdesenvolvimento. Correntes católicas defendiam a formação de uma nova cristandade, humanizando-se as relações sociais de produção, buscando-se superar o dilema capitalismo versus socialismo, numa aliança fraternal entre capital e trabalho, tendo em visto o bem comum – a denominada 3^a via.

O I Encontro dos Bispos do Nordeste, promovido pela CNBB, com a colaboração do Governo Federal, teve por objetivo, segundo Barros (1968:12-13), “tentar um primeiro equacionamento dos problemas dessa área [e] a partir desta análise (...) chegar a um plano integrado, com entrosamento e coordenação dos organismos atuantes na região. (...) A declaração dos bispos, lançada nessa oportunidade, é bastante incisiva quanto à posição da hierarquia nordestina em apoiar este amplo movimento”.

Na Declaração dos Bispos do Nordeste, publicada como resultado do Encontro, os prelados expressam a crença no desenvolvimento econômico, com ênfase no planejamento, como forma de combater o problema do trabalhador do campo. Entretanto, no mesmo documento dizem que não são apenas os fatores econômicos que irão solucionar esse problema pois, “a economia que se isola e corta ligações com a moral se torna inumana e irreal” e, citando a *Rerum Novarum*, completam o pensamento: “o que torna uma nação próspera são os costumes puros, as famílias fundadas sobre bases de ordem e de moralidade, a prática da religião e o respeito da justiça, uma imposição moderada e uma repartição equitativa dos encargos públicos, o progresso da indústria e do comércio, uma agricultura florescente e outros elementos, se os há, do mesmo gênero”. Quer dizer, os bispos expressam uma ideologia desenvolvimentista, porém sob controle da Igreja, dentro de um capitalismo equitativo, onde reine a ordem, a moral, a prática da religião e o respeito à justiça.

Nesse modelo de capitalismo equitativo, os bispos para alcançar seus objetivos, apelam aos “usineiros compreensivos”, que poderão humanizar a vida dos

trabalhador rural, permitindo-lhe, por exemplo, plantar cultura de subsistência, em terras não cultivadas com cana-de-açúcar. Mas, ao mesmo tempo, numa atitude conciliatória, dizem que o ideal seria que a terra fosse possuída por aquele que a cultiva e trabalha, embora reconheçam a dificuldade de implantar esse princípio de justiça social “no caso específico da economia canavieira do Nordeste”.

Não se pode esquecer que a Igreja fala uma linguagem universal. Ela se apresenta como uma instituição religiosa cujo objetivo primeiro é transmitir a palavra divina, é alcançar o reino de Deus, não podendo, portanto, ser porta-voz de uma classe social. Ela, como mãe amantíssima, tem que se dirigir a todo o seu rebanho, não pode ser partidária, nem excluir ou proteger alguém. Enfim, sua palavra é milenar.

Importante nessa Declaração é a presença explícita de uma nova política de utilização da terra: é pregada a reforma agrária, não a pura e simples distribuição da terra, mas a adoção de uma simultânea política de assistência técnica, financeira, educativa, social e religiosa, pois afirmam os seus promotores que a reforma agrária não pode ser considerada um problema puramente econômico, mas eminentemente social. Sendo o trabalhador proprietário da terra em que trabalha “se terá um instrumento adequado para conseguir-se um ambiente de estabilidade social, de fixação do homem e, sobretudo, de resistência a perturbação da paz de que devem desfrutar todos os homens”. Aqui, a fala dos bispos já reflete a preocupação com os trabalhadores rurais, que se organizavam, inclusive em âmbito nacional, e desencadeavam lutas em prol de seus direitos (praticamente inexistentes na prática) e aspirações.

O Documento então sugere a técnica de desenvolvimento de comunidade como forma de melhor atingir esses objetivos e a define como sendo “um processo destinado a criar condições de progresso econômico e social para toda a comunidade, com a participação ativa desta, e a maior confiança possível em sua iniciativa”. Apela ao Serviço Social Rural (SSR) para que “começasse e começasse bem” a trabalhar com essa técnica na região nordestina, no denominado polígono das secas.

Ao lado do desenvolvimento de comunidade, os bispos não esqueceram de lembrar a importância da formação de quadros nas diversas Dioceses, bem como o papel primordial do clero e da Ação Católica em levar adiante o novo apostolado da Igreja no campo da ação social. Fica evidente nesse apelo o propósito dos bispos em organizar intelectuais religiosos (padres) e leigos (Ação Católica), atribuindo-lhes a função de provocar mudanças na sociedade – mudanças culturais, sociais, políticas –

porém de forma controlada, tendo em vista a modernização das estruturas rurais, sob o pretexto de estar pregando a Reforma Social. (Encontro dos Bispos do Nordeste 1, 1960:34-49).

Até o final da década de 50 predominou em alguns setores da Igreja essa visão reformista, modernizadora das estruturas, expressando a crença no desenvolvimento econômico, na humanização das relações capital X trabalho, na integração do campo ao mercado capitalista, sob a orientação da Igreja, que utilizaria os intelectuais católicos (clero e membros da Ação Católica) como instrumentos para essa ação. É bom ressaltar que, relacionando-se à postura anterior, de cristandade, ou neocristandade, predominante na Igreja, esse posicionamento reformista/modernizador pode ser considerado avançado, uma vez que se apresenta como uma maneira nova da Igreja atuar na sociedade, aproximando-se das camadas populares, saindo de dentro das sacristias e igrejas.

De fato, o intenso debate político-ideológico, que perpassa a sociedade brasileira no final da década de 50, levou a Igreja a posicionamentos que terminaram por modificar seu pensamento social.

A penetração do protestantismo e de cultos afro-brasileiros no seu rebanho preocupava a Igreja, mas a ameaça comunista era mais aterrorizante e, além mais, apesar dos excelentes contatos com o Governo JK, a abertura democrática dos anos pós-45 dificultava o acesso da Igreja ao poder do Estado, diferente dos anos pós-30, na primeira era Vargas.

A nível das classes trabalhadoras aconteceu uma radicalização nas suas lutas contra o capital, sobressaindo-se notadamente os trabalhadores rurais, que apresentaram índices de organização nunca antes alcançado. A hegemonia de comunistas e socialistas nessas lutas fez ver o grau dos trabalhadores: “os líderes da Igreja da neo-cristandade (...) estavam muito ocupados em lidar com as elites para se preocupar em estreitar laços com as massas” (Mainwaring, 1989:54).

Diante dessa conjuntura histórica e de um quadro de extrema pobreza e injustiças sociais, a Igreja foi reformulando suas posições mais conservadoras, passando a adotar as lutas por mudanças de estruturas tão em voga entre os trabalhadores. A eleição de João XXIII, em 1958, suas encíclicas sociais e a “crise da JUC” – que queria adotar posições mais radicais em favor da classe trabalhadora – no mesmo período, foram importantes fatores para esse novo posicionamento. Entretanto, autores como Mainwaring (1989:56) consideram que “não foi a existência

da pobreza, mas, sim, a politização dessa pobreza que fez com que alguns setores da Igreja repensassem o seu conservadorismo político”.

Essa nova etapa na linha da atuação da Igreja, quando esta se envolve com a educação popular e com o sindicalismo rural, será estudada no capítulo 5.

NOTAS

- (1) Essa Carta Pastoral foi dividida em 3 partes: a primeira trata da situação do homem do campo, comparando sua vida com a do homem da cidade, exaltando, com argumentos inconsistentes e sem nenhuma fundamentação científica, as vantagens da vida do primeiro em relação ao segundo; a Segunda, disserta sobre os princípios de solidariedade e subsidiaridade; e a terceira, que segundo Ferrari (1968:74) foi da competência de D. Eugênio Sales, faz uma análise geral dos problemas rurais.
- (2) As “principais atribuições” das assistentes sociais são relacionadas em publicação da CNER, que diz: “por força da natureza de sua profissão”, as Assistentes Sociais estão habilitadas a trabalhar com técnicas de serviço social de caso, grupo e comunidade; orienta-as no trabalho a ser desenvolvido nas Missões, recomendando enfaticamente a descoberta, formação e orientação de lideranças. Diz ainda que a assistente social deve procurar “pacientemente e discretamente, educar a

mentalidade dos líderes, que por ignorância, sectarismo, política ou ideologia, sejam, possivelmente, hostis aos trabalhos da Missão [pois] deve convencer-se a Assistente Social que a aplicação dessas técnicas de Serviço Social em Grupo é o pivot especial do trabalho de abordagem e aproveitamento da liderança entre os grupos devidamente classificados. (...) Finalmente, a mentalidade dos grupos associados para a organização do Centro Social de Comunidade, o qual se destina a consolidar e a tornar duradouros os trabalhos da Missão”. Ainda enumera outras atribuições, mas, para os propósitos deste trabalho, as mencionadas são as mais importantes. (Brasil, MEC/CNER, s.d.).

- (3) Nos limites deste trabalho, adotar-se-á o conceito de “forças populares” com aquelas que “são constituídas pelos semi-camponeses, pequenos sítiantes, meeiros, arrendatários, [e trabalhadores assalariados] cuja expressão política mais evidente passou a ser as Ligas Camponesas, mas que também estavam representados em sindicatos, de diversa filiação e orientação, inclusive da Igreja Católica: o fato político notável entretanto é seu aparecimento na cena política por fora, à margem e em oposição aos ‘coronéis’, senhores de engenho e usineiros”. (Oliveira, 1981:106).

5. A AÇÃO EDUCATIVA DA IGREJA (FINS DOS ANOS 50 E INÍCIO DOS ANOS 60): ESCOLAS RADIOFÔNICAS, MEB E SINDICALISMO

5.1 Antecedentes Históricos

O final dos anos 50 caracteriza o início de mais uma etapa na história da Igreja Católica do Brasil. Fatos importantes aconteceram no período. Aliás, a década de 50 é uma época que pode ser analisada como a era das mudanças, pois, a partir desse período, pode-se observar em setores religiosos e leigos modificações na maneira de exercer seu apostolado, "saindo das sacristias" e passando a interagir mais intensamente na sociedade.

Esses fatos, que ocorreram tanto no âmbito interno como externo da Igreja, vieram acentuar essa tendência de ação no social, demonstrando que, apesar de abranger um universo amplo, guardavam entre si uma lógica interna explicativa dos acontecimentos.

A conjuntura nacional atravessava uma fase de expansão/acumulação acelerada do capital, sob a hegemonia do capital internacional, centralizado sobretudo no centro sul do país, agravando os denominados "desequilíbrios regionais", acentuando, principalmente no Nordeste, as desigualdades de classe. No dizer de Ianni (1977:151), naquele momento histórico, *"as desigualdades econômicas e sociais naquela região adquiriram conotações políticas de cunho pré-revolucionário"*.

Por outro lado, o desenvolvimento acelerado das forças produtivas capitalistas contribuíram para maior organização do proletariado urbano, das camadas médias, bem como das massas camponesas que apresentaram índices de organização nunca antes observado - com especial destaque para os trabalhadores rurais do Nordeste. O aparecimento das "Ligas Camponesas" e dos Sindicatos Rurais trouxe intensa mobilização e acelerada politização para esse segmento social. A criação da SUDENE (1959), que contou com ampla participação da CNBB, se deu neste contexto. Foi uma resposta do Governo e das elites dominantes frente às lutas dos trabalhadores. Foi também, como diz Maranhão (1984:86), uma *"intervenção planejada do Estado no Nordeste"*, pois antes a ação estatal era realizada de maneira assistemática, de caráter puramente assistencialista. Dessa maneira, a região integrava-se ainda mais às regras da economia de mercado.

Por sua vez, vale a pena ressaltar a importância da Revolução Cubana, de 1959, na luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista. A definição pelo socialismo, que logo assumiu, deixou a Igreja Católica altamente apreensiva e influenciou decisivamente no rumo de suas ações. Essa Revolução mostrou, pela primeira vez, uma reação vitoriosa contra o capital norte-americano no seu próprio continente - sua tradicional área de influência. A resposta não tardou: o Governo dos EUA rompeu relações diplomáticas com Cuba, em 1961, e, em agosto do mesmo ano, na Conferência de Punta del Este, os governantes do continente americano, ali presentes, reconheceram os "perigos da Revolução Cubana" e a necessidade de se intensificar a "guerra-fria" na América Latina.

Como resultado dessa Conferência foi elaborada a "Carta de Punta del Este" e criada a Aliança para o Progresso", ambas com o pretense objetivo de favorecer o "desenvolvimento econômico e social" dos países latino-americanos e assim fazer frente aos avanços do comunismo. Esse organismo teve atuação freqüente em planos e programas do Estado brasileiro e da Igreja nos anos 60.

Em 1962, por iniciativa dos EUA, Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a absoluta maioria dos países membros, inclusive o Brasil, rompeu relações diplomáticas com aquele país.

Outro marco importante para a mudança de rumos nas atividades da Igreja foi a eleição ao sumo pontificado, em 1958, do Papa João XXIII. Esse papa realizou uma administração moderna, reformulando as atividades pastorais da Igreja, modificando o ritual do culto católico, bem como seu relacionamento com outros credos e correntes políticas.

Em novembro de 1958, logo após sua eleição, por ocasião do "Encontro dos Delegados do CELAM"⁽¹⁾, João XXIII exortou os bispos latino-americanos sobre a difícil situação desse continente e o papel a ser desempenhado pela Igreja naquela conjuntura. Sugere que os bispos acatem a idéia de utilizar a técnica do planejamento nas atividades da Igreja, realizando, em primeiro lugar, um levantamento da realidade ("uma clara visão da realidade das coisas") e depois um "plano de ação", baseado nessa realidade, a fim de que a instituição católica fosse mais eficaz na consecução de seus objetivos.

Poucos anos depois, em 8 de novembro de 1961, diante do insucesso de seu apelo e do êxito da Revolução Cubana, João XXIII fez um novo e veemente apelo à

Igreja latino-americana, no sentido de que fosse realizado, por cada país, um planejamento pastoral, de nível nacional, que viesse dar unidade e revigorar a sua ação na comunidade de fiéis. Pedia, ainda, que *"os bispos mostrassem aos governantes e a todos os responsáveis a urgência de reformas estruturais e de um esforço de promoção das massas subdesenvolvidas"* (Barros, 1968:25). A hierarquia e a Igreja deveriam subsidiariamente participar ativamente desse esforço de promoção humana.

Della Cava (1975:42) diz que essa postura do Vaticano o levava a assumir um compromisso de *"cooperação íntima com o Estado, pois muitos analistas viam o 'reformismo' ou o 'desenvolvimentismo' como alternativas entre o 'socialismo autoritário' e as desigualdades sociais da 'economia capitalista sem freio'"*. Nesse contexto, o Vaticano recomendava a realização de um compromisso entre as hierarquias nacionais e as políticas do Estado, no sentido deste último **subsidiar** as atividades da Igreja, pois o *"Estado não deve empreender esforços sociais que possam ser executados de forma competente, por instituições privadas"* - princípio da subsidiariedade. *"Diante do Capitalismo e do Socialismo, a Igreja proclamava a participação nos frutos do trabalho social"*. (Della Cava, 1975:42)

Antecipando e respondendo aos apelos de João XXIII, a CNBB, através dos bispos do Nordeste, realizou dois significativos Encontros, em Campina Grande-PB (1956) e em Natal-RN (1959), onde a ação intercomplementar entre Igreja e Estado tornou-se uma realidade.

O II Encontro dos Bispos do Nordeste, que aconteceu após violenta seca ocorrida em 1958, que deixou um saldo de 520.000 favelados - pondo em xeque a euforia desenvolvimentista do Governo JK - contou com a cooperação de autoridades federais, estaduais, municipais, autárquicas e foi realizado em continuidade e segundo os mesmos princípios e objetivos do I Encontro realizado em Campina Grande: resgatar o Nordeste, promover o desenvolvimento social e econômico da região. Os jornais de Natal publicaram manchetes reveladoras dos temas tratados nesse Encontro, bem como da integração Igreja-Estado: *"Governador Dinarte Mariz esteve presente ao Encontro dos Bispos"*, *"Atraso da Agricultura causa o subdesenvolvimento do Nordeste"*, *"É possível a vinda da energia de Paulo Afonso ao RGN"*, *"Dr. Celso Furtado pronunciou uma conferência sobre OPENO"* (jornal A REPÚBLICA, 26 de maio de 1959); *"Criação de uma fundação para o aproveitamento dos vales úmidos do Rio Grande do Norte"*, *"O papel da Universidade na Operação Nordeste"*,

"Instituído o ensino religioso nas escolas mantidas pelo Estado, "Dom Hélder ao Presidente Juscelino: Assinale a realização do Encontro dos Bispos prometendo energia de Paulo Afonso ao RGN", "Afirmou o Presidente Juscelino: Antes do término do meu Governo quero inaugurar em Natal a luz de Paulo Afonso". (Jornal A REPÚBLICA, de 27 de maio de 1959).

No encerramento do Encontro, no dia 26 de maio de 1959, o Presidente Kubitschek realçou, em seu discurso, a colaboração efetiva dos bispos junto ao seu Governo, na tentativa de solucionar os problemas da região, dizendo:

"Não quero, entretanto, deixar de ressaltar o papel dos santos homens da Igreja Católica na luta insistente e indormida pelo soerguimento do Nordeste, desde os primeiros instantes do meu Governo até a execução da Operação Nordeste pois como se executaria o planejamento regional agora feito pela Operação Nordeste, se a força moral da Igreja não tivesse ajudado o Governo" (Encontro dos Bispos do Nordeste, 2, 1959:12-14).

Após o Encontro, os prelados presentes publicaram a II Declaração dos Bispos do Nordeste, pronunciando-se a respeito dos entendimentos até então mantidos com o Governo, as providências tomadas e também sugerindo novas providências para o propalado desenvolvimento do Nordeste. Das sugestões desse Encontro derivou a assinatura pelo Presidente Kubitschek de 30 decretos que visavam *"a redenção dessa vasta região do território nacional"* (Encontro dos Bispos do Nordeste, 2, 1959:5).

Na "Declaração", os bispos afirmavam mais uma vez a necessidade do planejamento econômico para o Nordeste, sem descuidar os aspectos humanos e sociais, e alertavam que o desenvolvimento econômico

Só atingirá sua eficiência plena se se apoiar no esforço consciente e voluntário das forças atuantes de toda a comunidade, para o que se torna urgente a preparação, em todos os seus níveis, de líderes, especializados em modernas técnicas de organização comunitária, tais como a promoção do cooperativismo, do serviço de extensão rural e de outros processos de educação de base" (Encontro dos Bispos do Nordeste, 2, 1959:18).

Os bispos, de fato, propõem o que já vinham desenvolvendo em suas programações ao longo de toda a década de 50, a exemplo das Missões Rurais, Semanas Ruralistas etc..

À época, ainda estava no centro dos debates o "desenvolvimentismo" do Governo Kubitschek, que, inclusive, veiculava a necessidade de uma política regional

que solucionasse o subdesenvolvimento das diversas regiões brasileiras. Cohn (1978:64) diz que o Nordeste adquiriu, então, significado nacional, ou seja, surgiu como um problema que necessitava de solução, pelo agravamento das tensões sociais e políticas na região, principalmente na segunda metade da década de 50. Nessa ótica, apesar do Nordeste ser colocado como problema nacional, os problemas econômicos da região foram abordados como regionais e não nacionais, tendo seu desenvolvimento se tornado *"necessário para a manutenção do padrão de integração do sistema político e social nacional"*, pois o agravamento das tensões políticas e sociais poderia ameaçar o status quo.

Moreira (1979:53), reafirmando a posição de Cohn (1978), diz que, apesar de os estudos realizados pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) haverem detectado a deterioração da economia nordestina, do grau de pobreza crescente e dos altos níveis de desemprego da população, as estratégias de desenvolvimento propostas para a região apoiavam-se, sobretudo, *"no reconhecimento das desigualdades regionais dentro de um enfoque macro-econômico de diferenças quantitativas entre o Nordeste e o Centro-Sul. Parte-se do pressuposto do desenvolvimento desigual para propor, de forma quase autônoma, um processo no Nordeste que equipare sua posição com a do Centro-Sul"*. Trata-se de uma proposição parcial e equivocada, desvinculada da conjuntura nacional, parecendo evidenciar que o principal problema econômico do país era o crescimento desigual das diferentes regiões brasileiras e não a estrutura de produção vigente.

A SUDENE, criada em dezembro de 1959, após a grande seca de 1958, surgiu nesse contexto, e, apesar do propalado combate ao subdesenvolvimento, não previa alteração substancial no sistema fundiário da região, quando se sabia que aí residia a maior questão.

A Igreja, no entanto, (principalmente a do Nordeste) adere aos pressupostos do desenvolvimentismo, passando a lutar pelo crescimento econômico da região, dando ênfase especial à questão rural.

Autores diversos (Mainwaring, 1989; Bruneau, 1974; Carvalho, 1980; Lustosa, 1991.) observam que foi depois da 2ª Grande Guerra, notadamente a partir dos anos 50, a época em que a Igreja começou a intensificar sua atuação na sociedade, adotando práticas modernizadoras, preocupando-se com o problema das "mudanças sociais". É bem verdade que, nessa atitude de renovação, a instituição católica tinha por objetivo uma solução cristã para os problemas sociais, buscando o entendimento

entre as classes, evitando provocar desequilíbrios ou crises, em prol da harmonia na sociedade. A Igreja não se compromete com reformulações estruturais mais profundas, como por exemplo, no I Encontro dos Bispos do Nordeste (1956) quando, apesar de pedir pela reforma agrária, *"tornando possível a um número maior de trabalhadores a propriedade das terras que eles trabalham"*, ao mesmo tempo diz que essa reforma deveria *"ser feita com o critério que a matéria tão delicada exige e salvaguardadas a justiça e a equidade"* (Encontro dos Bispos do Nordeste, 1, 1960:48). Reconhece, ainda, *"ser difícil, nas atuais circunstâncias, que esse princípio de justiça social seja aplicado, no caso específico da economia canavieira do Nordeste"* (Encontro dos Bispos do Nordeste, 1, 1960:39).

Há, por parte da Igreja do Nordeste, nos anos 50, uma grande preocupação com a "questão agrária". Durante quatro séculos, a região rural não esteve entre as prioridades daquela instituição religiosa. Em 1950, com a Carta Pastoral de D. Engelke, anteriormente citada, ouve-se o primeiro brado de alerta, que a fez "acordar" para a gravidade da situação do homem do campo.

A Igreja voltou-se, então, para o homem do campo de uma maneira cautelosa, mas persistente, alargando cada vez mais sua área de influência. Se antes atuou de forma eventual com as Semanas Rurais e/ou Missões Rurais Ambulantes, logo passou para as Missões Rurais de Educação, de caráter permanente, depois, ingressou no campo da alfabetização, com a criação das "Escolas Radiofônicas" pela Arquidiocese de Natal, em 1958, levando a **educação de base** para campo, e, também, paralelamente o sindicalismo rural.

Acompanhando essa trajetória da Igreja no campo social, e diante desses acontecimentos relatados, observa-se que, no período em estudo, essa instituição católica intensificou sua ação no social, utilizando os leigos da Ação Católica como uma espécie de **partido católico**, desenvolvendo uma ação pastoral evangelizadora, utilizando líderes especializados nas técnicas de organização comunitária, tais como o cooperativismo, o serviço de extensão rural e outros processos de **educação de base** - a exemplo do sindicalismo e das Escolas Radiofônicas.

Ainda no final dos anos 50 dá-se o aparecimento do que se convencionou chamar de "esquerda católica", que, apesar do seu número reduzido, exerceu importante influência na renovação da ação político-social da Igreja.

A aproximação de setores da Ação Católica - principalmente JEC e JUC - dos conflitos sociais da época, a evolução da Doutrina Social da Igreja - com João XXIII -

e a influência recebida de pensadores católicos franceses, notadamente Maritain e depois Mounier, favoreceram a um progressivo deslocamento desses setores católicos, no sentido de uma participação mais ativa ao lado das lutas dos trabalhadores por transformações sociais. Com Maritain, eles descobriram a necessidade de uma nova cristandade, onde as classes dominantes e dominadas fossem convertidas dentro de valores espirituais, numa ordem democrática, tendo em vista a "realização do homem", o bem comum. Em Mounier, descobriram que não era suficiente converter/humanizar trabalhadores e patrões, pois as injustiças sociais continuariam. Em sua estada no Brasil, Frei Cardonnel, em seus artigos e palestras, mostrara o fracasso da democracia cristã européia; viu-se, então, ser necessário uma transformação social na estrutura da sociedade, rumo a um modelo socialista, porém sem esquecer o aspecto humanista. Esse posicionamento político da "esquerda católica" provocou sérios atritos com a Igreja.

A partir do Conselho Nacional da JUC (1958), em Campinas-SP, afloram com maior dimensão os conflitos entre esse setor da Ação Católica e os meios eclesiásticos mais tradicionais. Além de se posicionar contra esses setores tradicionais, nos debates sobre a LDB (ensino público x ensino privado), optando pela defesa do ensino público, em confronto com as idéias defendidas pela Igreja, a JUC iniciou a discussão sobre o "engajamento na ordem temporal", ou definição de "um ideal histórico concreto", temas que iriam dominar seus debates nos anos seguintes e provocar a cisão definitiva com a Igreja.

De Kadt (apud Della Cava, 1975:43) considera que, até 1958, a JUC era "*um movimento que discutia ...textos bem preparados e altissonantes, mas que na realidade significava muito pouco para a vida concreta do movimento*". Diz ainda que esse setor da Ação Católica era ineficaz, "*incapaz de influenciar outros que não os (seus próprios) líderes*", tendo em vista "*as discussões e orientações teóricas excessivamente abstratas...*". Entretanto, no começo dos anos 60, a JUC passa por uma transformação que a leva a posturas mais dinâmicas.

A JUC atuou muito ligada a seus assistentes eclesiásticos. Um deles, o Pe. Almerly Bezerra, assistente em Pernambuco, apresentou no Conselho Nacional de Belo Horizonte (MG), em julho de 1959, a resposta da JUC às necessidades sentidas por aquele setor de refletir sobre a realidade histórica concreta, à luz de princípios cristãos, que identificasse o denominado "ideal histórico cristão". Seu trabalho, "Da necessidade de um ideal histórico", que gerou intensa discussão, tomando por base o

"Humanismo Integral" de Maritain, fala da edificação de um mundo novo e de uma nova cristandade. Para ele, ideal histórico concreto

"não é um ser de razão mas uma essência ideal realizável (...) e não como obra feita, mas que se faz;

. uma essência capaz de existir e que tende à existência num clima histórico dado;

. que responde por consequência a um máximo relativo (...) de perfeição social e política;

. o que apresenta apenas (...) as linhas de força e os esboça ulteriormente determináveis de uma linha futura" (apud Lima, 1979:82).

A opção da JUC em definir um "ideal histórico concreto", que viesse orientar sua ação, abria a possibilidade de, sem abandonar suas crenças, militar politicamente em partidos e/ou agremiações mesmo sem ligação com a Igreja. A partir desse momento, vários pronunciamentos, inclusive de simpatizantes, isto é, de não jucistas, vieram acirrar os debates, colocando cada vez mais esse setor da Ação Católica em oposição conflitiva com a Igreja a exemplo do "Manifesto do Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica", do Rio de Janeiro, em 1961, que pregava ao estudante universitário católico uma "participação ativa na história" e, diante de um mundo injusto e desigual, o compromisso com a "transformação radical de mentalidades e estruturas" (Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica, 1961).

Foi somente no Conselho Nacional comemorativo dos 10 anos de existência da JUC, em 1960, que esse debate chegou ao conhecimento do público. Esse "Conselho" constituiu-se no marco definitivo para a arrancada da nova militância da JUC, que então passou a atuar no movimento estudantil de forma mais ampla, realizando alianças com setores da esquerda, como o PCB, chegando a eleger um militante jucista para a presidência da UNE, em aliança com esse partido.

Por outro lado, a JUC distanciava-se do episcopado, criando sérios atritos entre os dois segmentos católicos. No "Conselho" de 1961, realizado em Natal, D. Eugênio Sales, então bispo de Natal, retirou do "Conselho" a seção local da JUC, por discordar dos conteúdos dos debates, que enfocaram temas como socialismo e luta armada.

Segundo Souza (1984:182), aquele bispo abriu um precedente de sérias consequências para a ruptura total da JUC com a Igreja; afinal, nenhum bispo até então havia tomado uma posição tão abertamente contrária à JUC, assim de forma

pública e oficial. D. Eugênio desenvolvia uma ação modernizadora na sua diocese, porém dentro da ordem, da legalidade, não se esperando dele "posições esquerdistas", nem grandes vôos revolucionários. Pregava a modernização das estruturas, porém dentro de uma ótica desenvolvimentista, em comum acordo com as diretrizes da política governamental do período.

A crise entre a JUC e a Igreja alcançou um grau de ruptura inevitável. Em fins de 1961, o episcopado publicou um documento - "Diretrizes da Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira e do Apostolado dos Leigos para a JUC Nacional" - cujo texto ensejava uma série de proibições aos jucistas, no tocante à participação política e a posicionamentos considerados esquerdistas. Outra medida decorrente da crise foi o afastamento da JUC do presidente eleito da UNE - Aldo Arantes - por compor uma chapa com militantes comunistas. Diante dos problemas surgidos, os jucistas optaram por uma dupla militância, criando, em 1962, paralelamente à JUC, a Ação Popular (AP), um movimento que se dizia não confessional e que ensejava a participação proibida pela Igreja.

A AP atuou como partido político, de tendência marxista, disputando espaço na educação popular, no movimento sindical, na organização dos trabalhadores rurais, com os demais partidos de esquerda. Após o golpe de Estado de 1964, a AP - como outras organizações de esquerda - entrou na clandestinidade, aderindo à luta armada. Perdeu toda e qualquer ligação com a Igreja, dissolvendo-se, em 1973, no Partido Comunista do Brasil (PC do B). Os quadros da JUC/AP, saliente-se, exerceram importante influência na transformação das diretrizes do MEB no começo da década de 60.

Nesse conflito entre a hierarquia eclesiástica e a JUC, observa-se mais uma vez o controle que a Igreja exerce sobre seus intelectuais como forma de manter a coesão nas suas posições ideológicas. Ela (Igreja) exerce uma "disciplina de ferro" sobre esses intelectuais, notadamente os militantes, impedindo que eles ultrapassem certos limites, não convenientes para a autoridade da Igreja. Para as massas católicas, a Igreja não exige muito, é suficiente "crer", genericamente, e obedecer às práticas do culto católico. Entretanto, se o militante é um ativo intelectual católico, as regras são outras: sua obra passa a ser controlada pela hierarquia, que lhe acompanha todos os passos, ameaçando-lhe a todo momento com excomunhão, expulsão ou outras formas disciplinares (Gramsci, 1986:160).

Assim aconteceu com a JUC e, hoje, 1992, está acontecendo com o Frei Leonardo Boff, que, por tentar realizar uma produção teológica mais independente da hierarquia dogmática, recebeu inúmeras sanções, desde a censura prévia de todos os seus textos, artigos e livros, passando pelo afastamento de suas atividades de professor - nas escolas confessionais, até aos 11 meses de "silêncio obsequioso" - sanção imposta pelo Vaticano, por considerar ofensivas aos dogmas da Igreja as teses expostas em seu livro "Igreja, Carisma e Poder" (1982). Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, o padre-teólogo revela ter sido "forçado" a tomar a decisão de "afastar-se do ministério presbiterial", tendo em vista o agravamento das perseguições que se tem tornado *"cada vez mais angustiante [inclusive] a vigilância sobre minha produção teológica e as pressões para eu me submeter cada vez mais aos critérios de uma linha oficial de teologia"* (Boff, 29 de junho, 1992). Por estranha coincidência, 30 anos depois, o hoje Cardeal Bispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio Sales, é também um dos responsáveis pelas sanções e perseguições impostas ao Frei Leonardo Boff. Está o referido Cardeal lutando mais uma vez pela preservação da unidade e autoridade da Igreja Católica.

5.2 As Escolas Radiofônicas

O Movimento de Natal desenvolveu suas atividades intimamente associado à CNBB. A ligação CNBB/Ação Católica foi aqui uma realidade. No momento da elaboração do Plano de Emergência (PE), em 1962, quando aquele organismo criou os **sete secretariados regionais**, o referente ao Nordeste, que abrangia os Estados do Maranhão à Bahia, teve por sede a capital do Rio Grande do Norte. Barros(1968:27) diz que, *"no Nordeste, em volta do Movimento de Natal, pouco a pouco se estruturava desde algum tempo um esboço do secretariado nacional"*. Por essa menção, pode-se inferir a importância e o alcance do movimento desenvolvido pela Arquidiocese de Natal, pois, apesar de pertencer a um Estado de pouca expressão no cenário nacional, sediou o secretariado regional da CNBB, diante de Estados mais expressivos econômica e politicamente falando, a exemplo da Bahia, Pernambuco ou Ceará.

Em artigo publicado sobre o Movimento de Natal (Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), RJ, p.p.129-136, março de 1964), D. Eugênio Sales diz:

"O Movimento de Natal deu origem, através de uma reunião de muitas dioceses do Nordeste, em Natal, ao Secretariado para a Igreja no Nordeste, depois aprovado pela CNBB. (...) Esse Secretariado funciona em Natal com a finalidade de coordenar e estimular as atividades da Igreja em toda a região. Há uma equipe administrativa, uma equipe técnica. Vem promovendo repetidas reuniões de diversos tipos e níveis, tentando ajudar a Igreja em nível Regional, Provincial, Diocesano e Paroquial, numa Revisão e Planejamento das atividades apostólicas" (Sales, 1964:129-136).

Continua, descrevendo as atividades do secretariado que, na verdade, são semelhantes às desenvolvidas pelo Movimento de Natal, demonstrando que na prática ambas se confundiam.

Tendo iniciado suas atividades principalmente na periferia urbana da capital do Estado, o Movimento de Natal estendeu sua ação ao meio rural com a criação do SAR em 1949. No final da década de 50, esse Movimento também ingressou nos trabalhos de alfabetização com a criação das Escolas Radiofônicas.

Embora já na década de 40 a Diocese de Natal faça referência, mesmo esporádica, à criação de uma rádio-escola, foi somente a partir do conhecimento da experiência de Mons. José Joaquim Salcedo, em Sutatenza (Colômbia), que essa modalidade de ensino foi aqui implantada.

Em 1953, no Rio de Janeiro, por ocasião do Seminário Latino-Americano de Bem-Estar Rural, o Mons. Salcedo, discorrendo sobre o tema: "O rádio como meio de educação nas zonas rurais", relatou as experiências educacionais realizadas com os camponeses colombianos, desde 1947, através da Acción Cultural Popular (ACPO). pouco depois, em 1955, o Frei Gil Bonfim escreveu, na Revista Eclesiástica Brasileira (REB), um artigo onde analisa a viabilidade e possibilidade de implantação de uma rede de emissoras católicas no Brasil, com a intenção de motivar a Igreja brasileira a desenvolver programas de educação popular e de catequese baseada na experiência do Mons. Salcedo. Para Horta (apud Fávero 1984:47-48), *"... este trabalho serviu para chamar a atenção das autoridades eclesiais e educacionais para as realizações de Sutatenza e para demonstrar o baixo custo da utilização do rádio na catequese e na educação popular"*.

A experiência de Mons. Salcedo foi divulgada no meio eclesial brasileiro e a idéia de transplantar essa experiência para a região Nordeste vai ganhando contornos mais definidos.

Paralelamente a esses acontecimentos, um ex-professor primário, João Ribas da Costa, então gerente de relações públicas da Phillips do Brasil, apresentou uma proposta de *"alfabetização de adultos e cultura popular por meio de sistemas radiofônicos com recepção organizada"*, prevendo a formação de uma cadeia de emissoras para a região Nordeste. Fávero (1984:48) diz que a Phillips do Brasil, por interesses comerciais, apoiou e divulgou essa iniciativa, garantindo, mais tarde, a exclusividade na fabricação e venda dos rádios com frequência cativa utilizados nas Escolas Radiofônicas (ver Anexo 8.5), bem como a venda de equipamentos para essas Escolas.

Por esse trabalho, o Prof. João Ribas da Costa foi, em 1957, convidado pelo Ministério da Educação para organizar o Sistema Rádio-Educativo Nacional (SIRENA), que tinha por objetivo combater o analfabetismo através da radiodifusão educativa, instalando receptores cativos em pequenas comunidades. Muitas emissoras católicas iniciaram a transmissão da programação do SIRENA, passando depois a integrar o sistema do MEB. As Escolas Radiofônicas de Natal utilizaram material didático do SIRENA, a exemplo da **radiocartilha**, para 1ª série, adotada pela professora-locutora Carmen Fernandes Pedroza, primeira professora das Escolas Radiofônicas, em seu "Plano Mensal de Atividades" para 1ª e 2ª séries, em abril de 1963.

O Vaticano, que em 1931 instalara sua Rádio Vaticana, também interessou-se pelo problema da radiodifusão. Em 1957, o papa Pio XII editou a encíclica "Miranda Prorsus", aí expondo os princípios que deveriam nortear a difusão através do rádio, tomando a *"liberdade de definir, como princípio, a difusão da fé"* (Gê, 1991:53). Embora ressalte na mesma encíclica a liberdade na divulgação das idéias necessárias ao bem comum da coletividade humana, entretanto, afirma Pio XII, *"... a Igreja não pode permitir atentados contra os valores que ordenam o homem para Deus"* (apud Gê, 1991:53).

No mesmo ano de 1957, D. Eugênio Sales, Bispo-auxiliar e um dos principais responsáveis pelo Movimento de Natal, foi designado pela CNBB - em colaboração com o Escritório Técnico de Agricultura (ETA), organismo do ponto IV - para conhecer a experiência educacional desenvolvida pela Igreja colombiana. De acordo com seu "Relatório" de viagem, D. Eugênio esteve no Peru (Departamento de Piura) observando a cultura do algodão, algaroba e a caprinocultura desenvolvidas em região árida; depois, em Porto Rico, conhecendo a experiência do Serviço Social com

utilização da técnica de desenvolvimento de comunidade; esteve nos Estados Unidos (Illinois, Des Moines, Iowa) observando o trabalho desenvolvido, no meio rural, pela National Catholic Rural Life (NCRL) e em Washington, onde manteve contatos com o episcopado norte-americano, "*visando um estudo de problemas comuns, no que entra, em grande destaque, a parte social*"; ainda esteve no Panamá participando do Seminário Inter-Americano de Desenvolvimento do Crédito Agrícola, quando presidiu uma mesa de trabalhos do Seminário e onde procurou dar destaque aos "trabalhos de crédito supervisionado"; e, como clímax da viagem, observou **in loco** os trabalhos da Acción Cultural Popular (ACPO), em outubro de 1957, na Colômbia. D. Eugênio diz, ainda, que o trabalho desenvolvido pela ACPO, iniciado em 1948, "*apresenta-se como algo de monumental*", alcançando todo o país - 65,9% das paróquias rurais e 47,3% das urbanas possuem **escolas radiofônicas**, transmitindo programas católicos, de cultura básica e programas de recreação, atingindo, na época, 230.000 alunos.

É interessante destacar no "Relatório" o detalhamento das horas-aula veiculadas pela emissora de Sutanteza, no período de 1º de janeiro de 1953 a 30 de junho de 1957, num total de 11.229⁽²⁾ horas, assim distribuídas:

<i>"Catecismo</i>	-	<i>407 horas</i>
<i>Cursos Campesinos</i>	-	<i>1.101 horas</i>
<i>Campanhas Especiais</i>	-	<i>520 horas</i>
<i>Orientação Catequística</i>	-	<i>819 horas</i>
<i>Boletins Informativos</i>	-	<i>819 horas</i>
<i>Dramatizações</i>	-	<i>819 horas</i>
<i>Instruções para Quartéis</i>	-	<i>610 horas</i>
<i>Cursos para o Magistério Rural</i>	-	<i>672 horas</i>
<i>Cultura Geral</i>	-	<i>480 horas</i>
<i>Música e Variedades</i>	-	<i>3.152 horas</i>

Observe-se que a soma das horas-aula dos itens Catecismo + Orientação Catequística dá um total de 1.226 horas-aula dedicadas exclusivamente à catequese, enquanto para o item Alfabetização correspondeu 1.830 horas-aula e Cursos para o Magistério Rural 672, evidenciando uma ênfase na pregação doutrinária. A Igreja realizava, através do rádio, um intenso programa de evangelização, de doutrinação católica e, além do mais, exercia um eficiente controle na programação transmitida,

pois, segundo D. Eugênio Sales, o **Setor de Emissões Rurais** ficava sob a responsabilidade de um sacerdote que tinha *"a seu cargo a segurança ideológica de todos os programas veiculados"*. Afirma, ainda, o entusiasmado bispo: *"O sistema empregado na Colômbia com modificações e adaptações terá extraordinário sucesso no Brasil"* (Sales, 1957:2-3-5-7).

Em Bogotá, nessa mesma viagem, a 24 de outubro de 1957, em entrevista ao jornal LA REPUBLICA, D. Eugênio diz que *"en Brasil hay más de 20 diócesis interesadas en establecerlas"* (escolas radiofônicas) e continua:

*"La Arquidiócesis de Natal organizó una sociedad sin fines lucrativos titulada **Emisora de Educación Rural**, que es una entidad subsidiaria del Servicio de Asistencia Rural. Hace ya tiempo hemos venido estudiando su instalación y contamos ya con los transmisores. Creo que en el primer semestre de 1958 podrán comenzar a funcionar las escuelas radiofónicas. Disponemos ya de trescientos receptores cuya adquisición se hará por un sistema semejante al utilizado por Acción Cultural Popular. [E para tanto] la colaboración del gobierno del Brasil no podría ser más generosa y espléndida. La Legión Brasileña de Asistencia nos subvencionó con doce millones quinientos mil cruzeiros para el Servicio de Asistencia Rural. También la Emisora de Educación Rural contará con abundante colaboración. El Ministerio de Educación nos facilitará las cintas magnetofónicas, grabaciones y todo el material pedagógico que sea necesario para el funcionamiento de las Escuelas Radiofónicas. El Ministerio de Agricultura colaborará en las campañas de mejoramiento técnico. También el grupo de escritores técnicos de agricultura, en el colaboran los Estados Unidos y el gobierno del Brasil, tomará parte en estas campañas"*.

No ano seguinte (1958), a Arquidiocese de Natal recebeu do Governo, pelo Decreto nº 43.729, de 21 de maio de 1958, a concessão de um canal para a instalação da Emissora Rural, que foi inaugurada no dia 10 de agosto do mesmo ano. A primeira aula radiofônica foi levada ao ar no mês seguinte - dia 20 - atingindo os municípios de São Paulo do Potengi, São José do Mipibu, São Gonçalo do Amarante, Touros, Macaíba e Ceará-Mirim, todos localizados próximos à capital.

5.2.1 A Organização das Escolas Radiofônicas: a criação do MEB

As Escolas Radiofônicas surgiram no contexto do Movimento de Natal. Era mais um setor do SAR destinado à educação rural: "*Quando as escolas começaram já existia o SAR com toda uma programação de clubes, centros sociais ... as escolas entraram complementando a ação*" (informação verbal, Maria Araújo D. de Carvalho, ex-professora-locutora). Com a evolução dos trabalhos, notadamente a partir de 1962 - devido à nova direção tomada pelo MEB - as Escolas Radiofônicas começaram a ganhar maior independência, pois sua vinculação organizacional as ligava ao MEB/Nacional, distanciando-as do SAR, fato, aliás, que desagradava ao então Bispo de Natal D. Eugênio Sales, pois diminuía seu controle sobre elas. Muitas atividades que antes eram conhecidas como "*trabalho do pessoal do SAR*", passaram a ser denominadas por "*trabalho do pessoal do MEB*" (informação verbal, Maria Araújo D. de Carvalho).

Segundo Marlíria Ferreira de Melo Nóbrega, ex-coordenadora do MEB/Natal (informação verbal), com esse processo de emancipação

"o MEB deixou de ser um setor de Escola Radiofônica e passou a ser um sistema local do Movimento de Educação de Base, que era instituição com toda uma organização nacional e uma orientação nacional. Aí vinha uma orientação política ... mas, D. Eugênio não considerava o MEB nesses termos. O MEB para ele era aquele que fornecia o dinheiro para continuidade das Escolas Radiofônicas, como um setor do SAR".

As Escolas Radiofônicas desenvolveram, no início, um programa de educação de base em apenas 10 municípios do Rio Grande do Norte, área correspondente à Diocese de Natal. Em 1959, a Emissora de Educação Rural já atingia 36 municípios: 34 na Arquidiocese de Natal, 1 na Diocese de Caicó e 1 na de Mossoró.

Sua estrutura compunha-se:

"Em Natal

i - Direção

- Diretores da entidade

- um superintendente dos trabalhos

ii - Departamentos

- Escolas Radiofônicas

- 1 Diretor

- 1 Professor-locutor

- 1 secretário
- 1 tesoureiro
- Economia Doméstica, colaboração da Federação dos Clubes Agrícolas
- Agrícola-Pastoril, colaboração de uma equipe de agrônomos e veterinários
- Sanitário, colaboração de médicos e alunos da Faculdade de Medicina
- Assuntos Trabalhistas, colaboração de dirigentes da Ação Católica
- Rádio, Teatro e Recreação, colaborações diversas
- Folclórico, colaboração do Comendador Luís da Câmara Cascudo e do Prof. Hélio Galvão Mamede
- Cultura, colaboração do Prof. Otto de Brito Guerra, João Wilson Mendes de Melo, Ir. Dorotéias e a Aliança Francesa
- Catequética, colaboração do Secretariado do Ensino Religioso

No interior

i - Comitê Radiofônico Paroquial, constituído de 45 membros

ii - Núcleos

Plano "A" - escolas Radiofônicas e Educação de Base

Plano "B" - Educação de Base e Programas religiosos" (Igreja Católica. SAR, 1959).

A essas alturas, o Relatório do SAR/1959 já considerava a experiência de educação de base pelo rádio "como vitoriosa", pois "a cultura antiga do nosso interior já apresenta traços de **mudança**, graças aos trabalhos da Emissora". É lógico que há um extremo exagero nessa afirmativa, apesar do SAR contar "com cerca de 800 líderes treinados o que permite uma recepção dirigida em quase todos os programas da Emissora, dedicados à zona rural" (Igreja Católica, SAR, 1959). Mesmo assim é muito pouco tempo para verificar-se qualquer mudança cultural, pois o próprio MEB reconhece que após o primeiro ano de trabalho, portanto em 1962, embora as escolas, de uma maneira geral, apresentassem bons resultados no que se refere à alfabetização, enfrentaram, entretanto, problemas de frequência instável, evasão escolar e escola desligada da vida da comunidade. (MEB, 1982:29).

Esse mesmo Relatório anuncia que "todo o programa de atividades do Serviço de Assistência Rural visa a educação de base e portanto o acesso e fixação do homem ao solo".

Ferrari (1968:85) afirma que:

"A educação de base - objeto do ensino radiofônico - visava não somente a alfabetização, mas também a conscientização e politização das populações rurais, [pois] o próprio método de alfabetização era um processo de conscientização e politização partindo não das tradicionais cartilhas de alfabetização, mas de termos como povo, voto, liberdade, libertação, trabalho, salário, direito, dignidade, justiça, doença, fome, união, força, sindicato, alfabetização, analfabeto, cristão, amor, responsabilidade etc."

Esta pesquisa não identificou tal fato. Nos primeiros anos das Escolas Radiofônicas, mais precisamente de 1958 a 1961, os conteúdos trabalhados pelas **Escolas** obedeceram a uma linha tradicional de ensino, ministrando aulas para as cinco séries do antigo curso primário. As entrevistas efetivadas junto às primeiras professoras-locutoras - em julho de 1992 - e o material didático ainda preservado por elas comprovam a linha tradicional desse ensino. A novidade ficava por conta da utilização do rádio, instrumento de comunicação de massas, com o poder de difundir rapidamente qualquer mensagem, inclusive o pensamento católico junto às massas rurais. A esse respeito, D. Eugênio Sales assim expressou-se: *"Sempre pensava que devia haver uma maneira de atingir a todos, mesmo os mais pobres e os mais distantes. E este meio eu o procurei durante anos"* (Collard, apud Cruz, 198258).

A propósito, observe-se o conteúdo dessa "Leitura Silenciosa" que ilustrava um "Teste de Verificação da Aprendizagem" a ser aplicado no 2º semestre de 1958 (Anexo 8.6).

"Bebeu a limonada?"

Sim. Eu a bebi toda. Não estava má.

A limonada é uma boa bebida.

E o Mateus?

Mateus bebeu mate".

Essa "Leitura Silenciosa" constituía-se no único texto de leitura que o teste apresentava. As palavras trabalhadas facilitavam o processo de alfabetização, pois eram compostas de fonemas estruturalmente simples, não contendo, entretanto, sinal da "conscientização" e/ou "politização referidas por Ferrari (1968).

O método de alfabetização utilizado nesses primeiros anos, segundo depoimento de ex-professoras-locutoras entrevistadas, era o denominado "método globalizante", que *"aprenderam quando cursavam a Escola Normal"*, não existindo

ainda a intencionalidade de "politizar" nessa linha de "conscientização", o que veio a ocorrer a partir do MEB e da influência da JUC/AP na Equipe Nacional (informação verbal).

Dentro da orientação do "método globalizante", eram escolhidas unidades temáticas que correspondiam às programações desenvolvidas pelo SAR no período, cujo conteúdo seria trabalhado durante as aulas, num espaço de aproximadamente um mês. Os demais conteúdos ou matérias deveriam gerar em torno desse tema maior. As professoras-locutoras criavam tudo, não existindo nenhuma orientação externa.

Para desenvolver sua programação, as Escolas Radiofônicas estavam assim estruturadas: **professora-locutora**, responsável pela elaboração e transmissão das aulas pela Emissora Rural; **monitor**, pessoa das comunidades trabalhadas, geralmente indicadas pelo pároco local, por possuir algum atributo de liderança na comunidade, ou mesmo por ser reconhecidamente uma "boa pessoa" e ter alguns rudimentos de leitura e cálculo. Ao monitor competia fazer a matrícula dos alunos - *"listava os alunos num papel e enviava para o SAR"*; **rádio** de frequência cativa, fornecido pelo SAR, além de outros materiais, como lampião a querosene (quando não tinha energia elétrica, o que geralmente ocorria), giz, quadro de giz etc.. Essa estruturação foi alterada com a criação do MEB em 1961.

O MEB, pode-se dizer, foi fruto do II Encontro dos Bispos do Nordeste (1959), realizado em Natal (RN). Na "Declaração dos Bispos do Nordeste", fruto desse Encontro, os 22 arcebispos e bispos presentes sugerem ao Presidente Kubitschek as seguintes realizações a serem executadas na área da "Educação de Base e Promoção Operária":

"1. Estabelecimento de medidas de financiamento para um Programa de Educação de Base através de Escolas Radiofônicas para o Nordeste.

2. Programa de Educação de Base através de Escolas Radiofônicas em Sergipe.

3. Programa de Educação de Base no Norte do Estado de Alagoas através de Escolas Radiofônicas, missão rural e centro de treinamento.

4. Programa Piloto de Desenvolvimento de Artesanato - Rio Grande do Norte.

5. Curso de Líderes Rurais em Cooperativismo da Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana, do Maranhão.

6. Escola de Pesca em Maceió". (Encontro dos Bispos do Nordeste, 2, 1959:28).

Esse foi o primeiro passo para ampliação da experiência (considerada vitoriosa) das Escolas Radiofônicas da Arquidiocese de Natal. No entanto, ainda não foi dessa vez que a ampliação ocorreu, "as boas intenções" perderam-se nos meandros da burocracia governamental. A exceção ocorreu por conta da criação do Sistema Radio- Educativo de Sergipe (SIRESE), onde a Igreja, em convênio com o SIRENA e outros órgãos governamentais, criou, em 1959, um sistema radio-educativo compreendendo: centro de execução, centro de treinamento de pessoal, estação transmissora e escolas radiofônicas. Fávero (1984:52) diz que o "*Sistema Radio-Educativo de Sergipe foi um dos frutos concretos do 2º Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em Natal, em maio de 1950*". O SIRESE, como não contava com um movimento semelhante ao desenvolvimento pela Arquidiocese de Natal, ao ser implementado ganhou conotações diferentes da experiência de Natal. Em Aracaju o Sistema desenvolveu-se em bases mais gerais e não exclusivamente alfabetizando pelo rádio.

Em dezembro de 1960, por ocasião do I Encontro de Educação de Base, promovido pela Representação Nacional das Emissoras Católicas (RENEC), em Aracaju (SE), ficou resolvida a criação de Escolas Radiofônicas em outras Dioceses. Nesse mesmo Encontro, D. José Távora, Arcebispo de Aracaju, em nome da CNBB, iniciou entendimentos com o Presidente eleito (porém ainda não empossado) Jânio Quadros para ampliação dessas **Escolas**.

Como resultado desse entendimento, em contrapartida, "*a CNBB se propôs a estruturar os esforços existentes através de um Movimento que coordenasse a ação comum. As atividades das Escolas Radiofônicas das Dioceses, juntamente com o setor de Educação de Base da RENEC, passariam a construir um novo organismo: o Movimento de Educação de Base (MEB)*" (Speyer, 1976:6). Logo em seguida surgiu o MEB, através do Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961, assinado pelo Presidente Quadros, o qual previa que o Ministério da Educação e Cultura em convênio com a CNBB, financiaria durante cinco anos o projeto de educação de base da CNBB, através da instalação de 15.000 **Escolas Radiofônicas** nas regiões subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Para instalação e funcionamento dessas **Escolas**, o MEB contaria, ainda, com a colaboração do Ministério da Educação e Cultura (CNER, CNEA), Ministério da Agricultura (SIA, INIC), Ministério da Saúde (DNERu), Ministério de Viação e Obras Públicas, além de outros órgãos, como o Serviço Social Rural, SUDENE.

Em 1963, pelo Decreto nº 52.267, o Governo Federal alterou o Decreto anterior e estendeu o atendimento do MEB às áreas subdesenvolvidas do país, além de facilitar a concessão de canais radiofônicos aos bispos e também a autorização para a requisição de funcionários federais e autárquicos para prestarem serviços junto ao MEB.

O MEB surgiu assim como fruto da colaboração entre a Igreja e o Estado, embora alguns bispos ressalvem que *"há separação da Igreja e do Estado, mas há uma mútua colaboração"* (Sales, 1964:133).

A metodologia utilizada pelo MEB tomou por base outras experiências de educação de adultos. Segundo o documento "Metodologia da Ação Educativa do MEB", distinguem-se os seguintes tipos principais de experiências: **extensão**, *"que se caracteriza fundamentalmente pela transmissão de conhecimentos elaborados em centros de pesquisa; **promoção comunitária pela prestação de serviços**, experiências que buscam promover a comunidade, mantendo instituições de serviço, temporariamente ou em caráter mais definitivo"; **associativismo**, *"formas definidas de associação, (...) com o sentido de desenvolver a comunidade através de seus grupos mais significativos"*. Aqui se inclui o cooperativismo e o sindicalismo; **animação popular**⁽³⁾, que teve origem na África, *"se exprimiu desde o início como uma estrutura auxiliar dos planos de desenvolvimento econômico"*; **desenvolvimento pela organização da comunidade**, com ênfase no desenvolvimento e organização da comunidade, *"dos seus serviços essenciais, utilizando métodos de auto-ajuda ou não"*; **desenvolvimento de comunidade de transformação**, *"tem em vista uma organização da comunidade frente a seus problemas fundamentais, relacionando-os com os problemas gerais da sociedade global"* (Vieira et alii, s.d.).*

O Sistema foi estruturado no sentido de possuir uma coordenação nacional (Conselho Diretor Nacional-CDN) e uma estadual (Conselho Diretor Estadual-CDE), compostas basicamente pelo episcopado. Na coordenação nacional existiam dois membros leigos, um deles representando o Governo Federal. A nível local, ficava a cargo do bispo diocesano.

Ao lado dessa primeira coordenação existia uma outra composta pelos leigos: a Comissão Executiva Nacional (CEN), as equipes estaduais e as equipes locais. Além dessas instâncias, o MEB ainda possuía uma Diretoria Executiva e um Secretariado Central - responsáveis pelo trabalho de fazer funcionar o Sistema.

Essa estrutura hierárquica, subordinando todo o Sistema ao Episcopado, provocou conflitos no futuro, redundando em cisões profundas no Movimento.

5.3 MEB: Novo Direcionamento na Ação

A partir da criação do MEB, as Escolas Radiofônicas ganharam novo direcionamento. Esse Sistema surgiu como um movimento da Igreja: *"não é um movimento de apostolado, enquanto apostolados dos cristãos que nele engajaram, mas enquanto é um movimento de Igreja. É um movimento de instituição da CNBB. Não é só hierarquia, nem é um movimento apostolado dos leigos. É um movimento da Igreja"* (MEB, 1982). Essa definição do MEB como Igreja põe em destaque que é a própria instituição eclesial a responsável direta por suas atividades. Isso é importante porque evidencia a intenção da Igreja em organizar seus quadros - os leigos - e influenciar na sociedade.

O MEB se propunha a contribuir para um desenvolvimento integral de adultos e adolescentes, em áreas subdesenvolvidas do país, mediante o processo de educação de base, que não se resumia em simples alfabetização, mas num *"planejamento mais complexo, que possibilite a conversão de homens em Homens, de massa humana em povo consciente, única maneira de fazê-lo chegar a ser Povo de Deus"* (MEB, 1982). O Movimento, não deixa dúvidas, surgiu como mais uma **arma** da Igreja para transformar os homens em "Povo de Deus".

Para a experiência de Natal, cujas Escolas Radiofônicas funcionavam desde 1958, o MEB surgiu de "cima para baixo". As professoras-locutoras que já trabalhavam nas **Escolas**, tomaram conhecimento, em março de 1961, de que havia sido criado o MEB, mas *"não se sabia nada sobre ele; o que se sabia era que o salário seria então pago pelo MEB/MEC"* (Maria Araújo D. de Carvalho, informação verbal). Em julho passaram a receber o salário por essa nova fonte. Apenas *"souberam que a equipe seria ampliada, mas não receberam nenhum material de orientação"*.

A partir do segundo semestre começou a estruturação da nova equipe. Com a recente formação chegaram as primeiras pessoas ligadas à JUC. Foram criadas várias novas equipes, dentro da equipe maior, para emissão e produção de aulas, emissão e produção de programas, supervisão etc.. Entretanto, apesar de toda a "arrumação", não

houve alteração nos trabalhos das **Escolas**. A orientação continuou a mesma dos anos anteriores: 1961 foi apenas para estruturação da nova imagem do Sistema.

No ano seguinte a equipe local passou a receber orientação do MEB/Nacional. Entretanto, como o MEB se autodenominava "movimento da Igreja" e estava de certa forma subordinado aos bispos, ficando na dependência, muitas vezes, de suas decisões, aconteceu o fato de o bispo de Natal não "simpatizar" com a linha de trabalho do MEB/Nacional; por isso, essa equipe só veio a ter contatos mais próximos com a equipe de Natal no ano de 1963, quando aqui veio realizar treinamento.

Apesar das circunstâncias, desde 1962 aconteciam mudanças nas atividades das Escolas Radiofônicas. Observe-se o que diz Maria Araújo D. de Carvalho, ex-professora-locutora, (informação verbal):

*"No início, a Escola Radiofônica era um complemento da ação do SAR, mas, depois, em 62, a Escola Radiofônica já passou a ter uma outra conotação, ser entendida de uma outra forma. (...) Foi nesse ponto aí... também ... que se dificultou mais o relacionamento da gente com D. Eugênio, porque uma atividade que antes era do SAR passou a ser entendida como MEB. Então MEB passou a ser não só Escola Radiofônica... a Escola Radiofônica era apenas o centro de organização de todos os trabalhos, então era, por exemplo, a **Escola** que motivava a criação do sindicato, era a **Escola** que motivava a criação de cooperativa, era a **Escola** que organizava grupos de jovens, grupos de mães... então a **Escola** passou a ser o centro da comunidade e todas as atividades que antes eram desenvolvidas pelo SAR, passaram a ser entendidas pelos monitores, alunos e comunidade, como sendo MEB, tudo passou a ser MEB".*

É nítida a divisão **antes** e **depois** do MEB nas atividades da Escola Radiofônica. Observe-se essa diferença no processo de **radicação** de uma escola. Os primeiros passos para se **radicar** uma Escola Radiofônica eram: primeiro, a escolha do lugar; segundo, a escolha do monitor. Na fase anterior ao MEB, o lugar e o monitor eram geralmente apontados pelo pároco; na fase posterior, a "equipe local" realizava uma "visita de área" para identificar os líderes daquela comunidade - *"a fim de conhecer quem liderava... as pessoas que normalmente lideravam"*. Essas visitas poderiam ser concretizadas em função de um escolha do pároco ou em atendimento às reivindicações da comunidade.

O líder escolhido seria o futuro monitor da **Escola** a ser instalada, tendo antes que participar de um treinamento, ministrado pela "equipe local" do MEB. Na fase

anterior não existia treinamento: o monitor era escolhido pelo pároco, que o encaminhava à Emissora Rural para receber o rádio e algumas orientações de como desenvolver a programação. As vezes o próprio pároco recebia o rádio e ele mesmo orientava o monitor. Existia uma certa improvisação nessas atividades. As precárias condições locais contribuía para isso.

Entretanto, as diferenças mais significativas nas atividades das Escolas Radiofônicas, **depois** do MEB, aconteceram após a crise entre a JUC e o episcopado, quando a decisão de atuar de forma mais engajada no social, passando a lutar por transformações radicais na sociedade, mediante a definição de um ideal histórico concreto, levou esses jovens católicos a uma atuação de vanguarda, que progressivamente os afastou dos movimentos da Igreja. Da sua criação até 1962, o MEB - como sistema nacional - atuou numa linha desenvolvimentista, pregando o crescimento da economia nacional como saída para a crise crônica da sociedade brasileira: melhorando-se a economia, naturalmente elevar-se-iam as condições de vida do trabalhador, antevendo-se, assim, perspectivas para sua autopromoção.

5.3.1 O Monitor: Líder Rural

O monitor desempenhou um papel muito importante em toda a experiência, seja **antes** ou **depois** do MEB. Exerceu um trabalho voluntário e serviu como elemento de ligação entre a comunidade e a Igreja. A ele cabia dinamizar junto aos alunos, as aulas transmitidas pelo rádio e, freqüentemente, liderar as demais atividades que a Igreja queria desenvolver naquela comunidade.

O monitor foi transformado no líder da comunidade. Em decorrência da função que passou a exercer, *"adquiriu um **status** que o transformou numa figura prestigiada e louvada no lugar onde morava. (...) o monitor tornou-se, sem dúvida, membro de uma pequena elite"* (Gê, 1991:87). A Igreja preparou, junto às populações rurais, uma camada de intelectuais, com capacidade diretiva e organizativa, a fim de que lhe fossem asseguradas as condições de direção e controle daquelas populações, onde tradicionalmente exerceu influência. Observe-se o que diz o texto "O Monitor" (MEB, s.d.) no item "O Monitor, a Escola e a Comunidade:

"O Monitor que foi escolhido pela comunidade para ser responsável pela escola, precisa descobrir novos líderes e fazer campanhas para melhorar a

*comunidade. Ele está certo de que uma andorinha só não faz verão. Por isto quer trabalhar unido a comunidade, Sindicatos, Cooperativas, JAC, Clubes e agentes de migração, estão bem unidos à escola. Se numa comunidade não há nada disso, o monitor deve ser a ponte para começar todas estas coisas. O monitor e os alunos devem viver nas localidades. E fazer estas localidades viverem todas as decisões do povo. Para que a escola atinja sua finalidade é preciso que o monitor a dirija. Para isto é preciso que o monitor seja **líder**".*

Vale a pena ressaltar, como inclusive já foi referido no capítulo anterior, que a formação de lideranças comunitárias para o meio rural, foi uma estratégia largamente utilizada pela Igreja Para maior controle de seus fiéis. Nas cidades, as forças ditas **de esquerda** lideravam as lutas dos trabalhadores urbanos e ameaçavam estender essa hegemonia aos trabalhadores rurais. No campo, o acirramento das contradições sociais, políticas e econômicas, provocadas pela penetração capitalista, punha em perigo a tradicional hegemonia da Igreja Católica nas comunidades rurais. A estratégia da liderança garantia portanto, o espaço de influência da Igreja, preservando sua comunidade de fiéis.

O Movimento de Natal também dedicou especial atenção à formação de lideranças, sobretudo para o meio rural. A propósito, ressaltando mais uma vez a influência da CNER nesse Movimento, é bom lembrar que esse organismo federal utilizava, como um dos elementos básicos para sua atuação, os **centros de treinamento de líderes**. A Igreja de Natal, que já trabalhava numa linha de ação que tinha como pressuposto a "atuação no meio" - respaldada na liderança de jovens e adultos da Ação Católica - absorveu a estratégia da CNER e passou a utilizar a **liderança comunitária** como um instrumento básico no seu projeto de preservar o espaço da Igreja naquela conjuntura histórica.

No "Projeto de Treinamento de Líderes", elaborado pela SAR, ao analisar a crise conjuntural brasileira, enuncia no item "Justificativa":

"Que posição tomar face a situação nacional? Parece que o caminho seria lutar-se pelas reformas sociais eficazes, rápidas e globais. Senão será inevitável a explosão revolucionária do País. Como levar às bases todas essas reformas? Chegou a hora da mobilização de todos os cristãos em luta pelo desenvolvimento. Urge uma ação imediata de formação de líderes. De líderes que assumam, em plano elementar, médio e superior os rumos da ação promocional do País."

E, mais adiante, nos "Objetivos, complementa:

"1) preparar uma inteligência rural no sentido de dar uma expressão aos novos valores na sociedade que se irá consolidar.

2) preparar quadros de nível elementar e médio para tomarem posições de vanguarda nas novas linhas de ação da estrutura política e social do País" (Igreja Católica, SAR, s.d.).

O papel que a Igreja se reservava no panorama político do país é de fato, decisivo. Vê-se, nesse Projeto, a atuação moderadora que intencionava exercer. A Igreja teria que se mobilizar rapidamente, preparando "uma inteligência rural", quadros de nível elementar e médio para consolidar a ordem, o **status quo**, que seriam modificados por *"reformas sociais eficazes, rápidas e globais"*, preservando os valores na sociedade que pretende consolidar. E aí está centrada a importância decisiva do líder que será preparado em "cursos específicos" de *"educação de base, cooperativismo, sindicalização, educação sanitária, artesanato etc"*.

Observe-se também o que relata um documento editado pelo *"Centro de Treinamento de Líderes Rurais de Natal"*, denominado *"Informação para o líder rural"* (Xavier, s.d.):

"Quem faz o progresso de um líder é o seu povo. Não é gente de fora. Nem é o governo. São os seus moradores. As crianças, os jovens, os adultos.

O que é preciso é descobrir os líderes, no meio das crianças, da juventude e da gente grande. O agricultor que gosta do progresso e por isso, procura fazer uma agricultura melhor. A moça apreciada por todos, pela sua maneira de tratar os outros. A senhora casada, mãe de família e boa dona de casa que encontra sempre um tempinho para ajudar nos trabalhos e nas festas do lugar. O rapaz trabalhador e amigo que não pensa só no seu bem estar...

*Pois são eles os líderes. Bem orientados levam os adultos a trabalharem **unidos e organizados**. (...) Por que o trabalho se faz em grupo.*

(...) E o grupo é organizado. Os participantes planejam suas atividades. Discutem juntos o programa. Dividem, com todos, as responsabilidades. E depois avaliam os resultados que conseguiram.

(...) É assim em Passagem, uma das capelas da paróquia de Santo Antônio município do RN. (...) Começou pelas moças. Começou, porque agora já tem JAC masculina e feminina, clubes de crianças, de moças e de senhoras, escola radiofônica. Falta o movimento dos trabalhadores rurais, mas esse vai começar muito breve. Por isso é que José Cícero vem para o curso de líderes sindicais.

(...) Como Passagem, há muitas outras comunidades rurais se organizando. O homem do campo já compreendeu o seu valor para o futuro do Brasil".

É grande a importância atribuída pela Igreja ao líder rural, que pode ser o agricultor que desempenham bem seu trabalho, a moça apreciada por todos, a mulher mãe de família e boa dona de casa ou ainda o rapaz trabalhador e amigo. A Igreja objetiva organizar toda a comunidade. Eis um exemplo patente. Entretanto, não se observa em todo o texto uma só referência ao problema das relações de trabalho no campo, seu grau de exploração, em síntese, a estrutura de produção. Não existem interesses antagônicos, isto é, não existe luta de classes, tudo vai depender da boa vontade, da bondade, da união e organização entre os comunitários. Mas, interroga-se: para que e em função de que a Igreja organiza a comunidade rural? O documento responde no final: O objetivo é fazer o homem do campo compreender o seu valor para o futuro do Brasil. Veja bem, a Igreja organiza as comunidades, tendo em vista os fatores ordem, harmonia, progresso. Fala, ainda, em melhorar ou elevar a situação do homem do campo, entretanto não revela a esse homem as contradições de classe e o grau de exploração a que está submetido, preferindo apelar para a união, bondade, responsabilidade.

Pelas evidências - pois fala em sindicatos, escolas radiofônicas - esse documento deve ter origem no final dos anos 50 e começo dos 60, quer dizer, num período de crise conjuntural brasileira, de acirramento das lutas de classe, notadamente no campo, e, mesmo assim, a Igreja opta por não discutir o problema das contradições sociais, preferindo passar a imagem de que é necessário muito trabalho, união e organização para se vencer a crise brasileira. Portanto, a Igreja está organizando as comunidades para assegurar a ordem capitalista, uma vez que fala em humanizar as estruturas, não em transformá-las.

Na Semana Ruralista de Campanha/MG, em 1950, no documento pastoral aprovado pelos participantes⁽⁴⁾, D. Engelke, bispo diocesano, anuncia ser necessário estabelecer um "programa mínimo de ação social" que beneficie os trabalhadores rurais, embora não seja isso suficiente, pois é preciso uma reforma de estrutura e de base, *"felizmente delineada nesta semana por sacerdotes, fazendeiros e professores rurais"* (Engelke, 1976:50), portanto, continua, *"essa reforma deverá visar, antes de tudo, à seleção e à formação de líderes rurais sobre cujos ombros repouse a tarefa da recuperação desse imenso proletariado dos campos. (...) Só assim, apoiado na ação*

e na palavra de elementos tirados de seu meio, nos quais deposita toda a sua confiança, o homem do campo poderá defender-se contra as perigosas seduções daqueles que enxergam nele um caldo de cultura fecundo para o bacilo das agitações e das revoluções violentas" (Engelke, 1976:50).

D. Engelke propõe, ainda, que, a partir daquela Semana, se inicie um grande movimento de Ação Católica Rural que deverá atuar como **fermento na massa** junto aos trabalhadores rurais e, através desses líderes "social e apostolicamente" formados, impedir a ação da "demagogia revolucionária" que já havia atingido seriamente os trabalhadores urbanos. Segundo Souza (1988:96), essa Semana Ruralista "*é considerada como o início propriamente dito da Ação Católica Rural*" que, através da JAC, teve importante atuação nos movimentos rurais, inclusive nas Escolas Radiofônicas do Rio Grande do Norte.

A JAC teve, portanto, como uma das suas atuações principais do Movimento de Natal, a formação de lideranças para as áreas rurais: "*A base de formação dos líderes é a JAC. (...) A JAC mantém os serviços permanentes baseados sobretudo nos clubes de jovens. (...) Nesses clubes é que a JAC encontra campo preparado para a descoberta dos líderes que deverão, pelo progressivo engajamento, integrar os seus quadros, possibilitando a todos uma autêntica vivência cristã*" (Marins, 1965:65).

Os primeiros núcleos dessa organização (JAC) foram criados, a partir de 1947, em Timbaúba, interior do Rio Grande do Norte, pelo então bispo de Caicó D. José de Medeiros Delgado, embora sua criação propriamente dita tenha se dado em 1950. Teve sua maior expansão no período compreendido entre os anos de 1958 e final da década de 60, correspondendo ao período de criação das Escolas Radiofônicas/MEB, evidenciando que a ofensiva organizativa da Igreja, no campo, se deu em vários níveis.

Os jovens do meio rural eram recrutados para serem membros da JAC através de um processo denominado de **nucleação**: "*Nuclear é a maneira de ir ao encontro da juventude rural, para conhecer os jovens de uma localidade, despertá-los e conscientizá-los sobre os seus problemas, descobrindo ao mesmo tempo, os líderes entre a juventude, para que, organizados, possam atuar na comunidade, ajudados pela JAC*" (Igreja Católica, JAC, s.n.t.). Esse mesmo documento recomenda que, para realizar-se um trabalho de **nucleação**, é preciso que a área seja tipicamente rural, pobre, necessitada e que haja uma certa facilidade de transporte e receptividade do povo.

O documento descreve, ainda, toda uma estratégia de abordagem que mais parece uma atividade militar, secreta. Recomenda-se ao encarregado pela **nucleação** que, em primeiro lugar, procure uma pessoa para facilitar o contato com o povo, que pode ser o vigário, ou não. No contato com a comunidade, não deve apresentar-se como membro da JAC, *"é melhor que se apresente como jovens que gostam de ajudar os outros, que querem conhecer o lugar"*. Devem esforçar-se para se identificar com o ambiente: *"cuidar na maneira de se vestir, falar uma linguagem simples, comer a mesma alimentação, trabalhar com eles, (...) divertir-se com eles nos forrós, bailes, (...) freqüentar os clubes, lugares de reunião e encontros sociais"*. Aproveitar tudo isso para *"conhecer a realidade, as pessoas que influenciam no lugar, isto é, conhecer as lideranças de jovens e também de adultos [e] depois de todo este trabalho de nucleação, que poderá durar até mais de um ano, forma-se o grupo de JAC"* (Igreja Católica, JAC, s.n.t.). A Igreja estava formando camadas de intelectuais no meio rural de forma bastante intensiva e organizada, colocando-as sob seu controle direto. Estava formando **uma verdadeira organização de massas** sob a coordenação da hierarquia.

Igualmente insólito é o ritual religioso para admissão oficial nos seus quadros do militante **jacista**, no ato de entrega de **distintivos**.

O documento "Ritual para recepção de distintivos" (Anexo 8.7) descreve o cerimonial realizado pela Igreja, no qual o sacerdote submete a jovem aspirante a uma "profissão de fé", dentro dos princípios da Ação Católica. Logo no início do cerimonial, o sacerdote pergunta: *"Por que desejais esta honra e os encargos que a acompanham?"* A futura jacista então responde: *"Para melhor amar o nosso meio rural, melhor viver nossa fé e difundir de modo mais eficaz o nosso ideal"*. Em seguida, o sacerdote pergunta-lhe sobre o lema da Ação Católica, ao qual a jovem responde: *"Nós o conhecemos e o amamos. Uma jacista deve ser entusiasta, pura, alegre e apostólica"*. A cerimônia prossegue e o sacerdote indaga a respeito do orgulho em aceitar o título de "colaboradora de Deus". A jovem então diz: *"Orgulhamo-nos por nos associarmos ao trabalho de Deus"*. O ritual dá uma conotação divina ao movimento jacista (Igreja Católica, JAC, s.n.t.).

Depois da "profissão de fé", o sacerdote executa a bênção das insígnias dizendo: *"Abençoai Senhor, estas insígnias a fim de que todos os membros da Ação Católica que combaterem com elas não temam o sacrifício, não se envergonhem jamais do Evangelho, cresçam como o trigo no campo da Igreja, e que, prontos a tudo suportar por Vós e convosco..."*. Concluí-se a cerimônia com o

juramento/promessa, a entrega dos distintivos e a recitação da "oração jacista" (ver Anexo 8.7).

Esse cerimonial transmite uma carga emocional e ideológica extremamente forte, inundando o espírito simples das jovens rurais de uma mística sagrada, comprometendo-as com os objetivos da Igreja.

A propósito, Gramsci (1984:293-294), discutindo a obrigação imposta pela religião às famílias para promover a **primeira comunhão** de seus filhos aos 7 anos de idade, comenta: "*Compreende-se o efeito psicológico que deve ter sobre crianças de sete anos o aparato cerimonial da primeira comunhão, seja como acontecimento familiar individual, seja como acontecimento coletivo: e a fonte de terror que ele representa, e portanto, de obediência à Igreja*".

Ressalvando-se as diferenças histórico-conjunturais patentes nos dois estudos, vê-se que também o temor reverencial é incentivado no **ritual jacista**, pois o medo do pecado e a necessidade de ser bom são utilizados para estimular o empenho dos jovens no exercício do apostolado cristão. Mons. Expedito Medeiros, vigário de S. Paulo do Potengi, dá um depoimento dentro dessa problemática: "*Há 20 anos sou assistente de JAC. Quando menos espero, 'espouca' um escândalo. Então passamos dois a três anos sem poder recomeçar naquele lugar o trabalho de JAC ... o povo é muito rigoroso e não tolera que uma jacista tenha aparecido grávida ... a sociedade não perdoa. É um drama para a moça e para nós também. Ficamos desmoralizados*" (apud. Marins, 1965:70).

A ação da Igreja, no entanto, não se limitou ao treinamento de líderes rurais. Como diz o texto de (Dias, s.d.), especialista em liderança da ANCAR,

*"nossa responsabilidade não cessa após o treinamento. O Líder não será um Líder atuante se não continuarmos acompanhando seus passos após o treinamento, estimulando-o para que coopere conosco a bem de sua gente e de sua comunidade. Bem treinado e bem orientado, ele será uma eficiente ajuda, da qual poderemos lançar mão a fim de alcançarmos maiores e melhores resultados em nosso trabalho. Precisaremos, portanto, saber **como** convencer nossos líderes a que cooperem - voluntariamente - conosco, na consecução de nossos objetivos"*.

Essa "cooperação voluntária" fala por si, dispensa comentários.

O monitor provinha em sua grande maioria, da Ação Católica - base do Movimento de Natal. Era ainda o ponto de referência das **Escolas**, pois estas

geralmente funcionavam em sua residência, embora também em barracões e armazéns improvisados em sala de aula etc.

Possuía pouca qualificação, quando muito havia cursado até o 3º ano do antigo curso primário. O treinamento que recebia para ensinar nas Escolas Radiofônicas (como foi dito antes) resumia-se, antes do MEB, a simples explicações de como lidar com o rádio e, depois do MEB, a treinamentos que duravam, no máximo, uma semana. Entretanto, apesar desses vieses, com apenas um rádio de pilhas, em frequência cativa - sintonizado na Emissora de Educação Rural, um quadro de giz, giz, algumas cartilhas e textos auxiliares, este personagem desenvolveu um trabalho vital para a consolidação do projeto político da Igreja. Preservou, assim, a hegemonia dessa comunidade de fiéis da área rural, neutralizando a influência comunista, mediante uma proposta de evangelização, onde estava implícita a elevação do nível de vida das populações rurais, embora em harmonia com a ordem capitalista vigente.

A convocação de leigos para a evangelização/catequese foi resultado de uma política mais global da Igreja. A Diocese de Natal refletia as diretrizes da Igreja brasileira, que, desde 1921, com o Cardeal Leme, promovia a organização e unificação de movimentos leigos no país. Por sua vez, a Igreja brasileira refletia as diretrizes do Vaticano, que, em 1922, com Pio XI, criou oficialmente a Ação Católica, uma organização mais vigorosa e confiável, através da qual os leigos foram conclamados a participar *"do apostolado hierárquico da Igreja"*, renovar a sociedade e estabelecer o reino universal de Cristo, negando-se *"qualquer filiação partidária"*.

A Igreja organizava-se de tal forma que a filiação partidária era até desnecessária segundo José Nicolau de Souza, ex-coordenador do MEB/Mossoró e ex-dirigente da JAC/Nacional, *"a Igreja se organizou como partido político... foi sim ... foi o maior trunfo que peguei (...) para entender uma série de questões. (...) Até bem pouco tempo ... nenhum militante, ninguém que participou do movimento de Igreja, sobretudo da Ação Católica e do MEB, queria saber de partido político. (...) A Igreja escondia que a Ação Católica era seu partido político"* (informação verbal).

Até então, a participação dos leigos limitava-se a tarefas secundárias, agora, passavam a atuar em áreas prioritárias para a Igreja, apresentando a vantagem de serem diretamente controlados pela hierarquia eclesial e, portanto, pretensamente isentos das pressões de uma organização de massas tradicional, como o partido ou sindicato.

5.3.2 A Ação Educativa do MEB

Fávero (1984:65) diz que *"a criação do MEB expressa o deslocamento da Igreja institucional em direção às classes populares"*, sendo vital para esse passo a influência de jovens advindos da JUC e da JEC.

Esse movimento de **abertura** da Igreja aconteceu em vários níveis: no âmbito eclesial tem-se o exemplo da edição, por João XXIII, da encíclica **Mater et Magistra** (1961), um dos marcos mais importantes da **abertura** da Igreja em direção às classes populares. Nessa encíclica João XXIII, em seqüência ao pensamento social da Igreja iniciado com a **Rerum Novarum** (1891) abordou temas atuais, como a socialização do mundo moderno e a problemática social, questionando os desequilíbrios existentes entre as populações mundiais - o problema do subdesenvolvimento dos países do "terceiro mundo" - e entre patrões e empregados.

Reservou uma atenção especial à vida da população rural do mundo, que vivia em "ambiente estreito e sem futuro" - "setor deprimido" - cujo êxodo para os centros urbanos era um fenômeno preocupante. Prega um desenvolvimento econômico gradual e harmonioso, para que o setor agrícola possa realizar as transformações necessárias e atingir *"um nível de vida conveniente, comparado com o setor industrial e dos vários serviços"*. Incentiva o trabalho cooperativo - *"os trabalhadores da terra devem sentir-se solidários uns dos outros, e colaborar na criação de iniciativas cooperativas e associações profissionais ou sindicais"* - e as Associações e Organizações do Apostolado dos Leigos, cuja atuação deveria pautar-se no método VER-JULGAR-AGIR, de tradicional uso pela Ação Católica. A **Mater et Magistra** foi uma espécie de "bíblia" para os movimentos de Ação Católica daquele período.

A encíclica **Pacem in Terris** (1963) e o Concílio Vaticano II (1962-65) foram outras iniciativas de João XXIII que também contribuíram para o processo de **abertura** da Igreja. A **Pacem in Terris**, na linha de **Mater et Magistra**, tratou da colaboração entre as nações tendo em vista a paz mundial promoveu a adoção de preceitos mútuos de direitos e deveres entre povos e nações, visando o bem comum. O Concílio Vaticano II, por sua vez, modernizou a Igreja: modificou-lhe o ritual, abriu o diálogo entre cristãos, das diversas correntes, e com o mundo atual. Entretanto, o fato de ter surgido em abril de 1963, depois da **Mater et Magistra**, a **Pacem in Terris** representou um reforço às lutas sociais, mas não alcançou a mesma importância da

primeira encíclica social de João XXIII, que pelo seu vanguardismo causou enorme impacto em todo o mundo.

Quando ao Concílio Vaticano II, seus efeitos se fizeram sentir mais profundamente no Brasil, depois de 1964. Todavia, conforme afirma Della Cava (1975:46), esse Concílio não alterou realmente o curso que a Igreja brasileira havia tomado. Antes reforçou e acelerou direções já delineadas. A importância maior do Vaticano II refletiu-se na criação da denominada "Igreja Pastoral", que abdicou do poder, mantendo sua coesão individual e institucional, para dedicar-se aos direitos humanos e defesa dos pobres. Esse posicionamento gerou a Igreja do "Povo de Deus", que se fez mais presente a partir do encontro do CELAM, em Medellín (1968).

Outro marco importante originou-se do apelo de João XXIII para que a Igreja brasileira acate a idéia de utilizar a técnica do planejamento, a fim de realizar *"um plano de ação que corresponda à realidade, perspicaz nos propósitos, racional na seleção dos meios que hão de empregar"* (apud Barros, 1968:24). O apelo do Papa resultou na elaboração pela CNBB do Plano de Emergência (PE), em abril de 1962 - - *"urgido, em 1961, como conseqüência dos acontecimentos de Cuba"* (CNBB, 1963:3), que apesar de ter sido realizado de forma emergencial, foi o primeiro esforço da Igreja brasileira em elaborar uma pastoral de conjunto, com diretrizes unificadas, ensejando-lhe novas possibilidades de ação. Esse plano abriu espaço, três anos mais tarde, para o *"Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970), que ampliou o caminho iniciado pelo PE e adequou a Igreja brasileira às normas e diretrizes do Concílio Vaticano II."*

Havia no PE uma ênfase na renovação, na mudança de atitudes e um incentivo à atuação de movimentos estudantis de natureza formativa/apostólica (JEC, bandeirantismo, escotismo), como forma de conseguir "um verdadeiro engajamento dos educadores no seu meio". O PE, ao tratar da **Parte Econômico-Social**, ressaltava *"O Movimento de Educação de Base; as Frentes Agrárias, levando à sindicalização Rural; a eventual colaboração com a "Aliança para o Progresso"; a coordenação das obras apostólicas e sociais; o treinamento de líderes"* (CNBB, de 1963:14). O espírito comunitário de equipe é muito valorizado, pois segundo o PE, se vivia numa época em que o social se sobrepunha ao individual.

A Arquidiocese de Natal já exercia regularmente o planejamento de suas atividades: *"A região que deu início a essa ação planejada foi a do Nordeste, mais particularmente, a diocese de Natal. Sob o impulso de Mons. Eugênio Sales, bispo, de*

Natal, havia já alguns anos que se elaboravam planos na diocese, estendendo-se depois a toda a região" (Houtart, s.d.:31). Com a elaboração do PE recebeu um incentivo maior, uma vez que agora o planejamento seria realizado em conjunto, com diretrizes nacionais.

No "Planejamento Apostólico de 1962", a Arquidiocese de Natal dividiu suas atividades em 6 setores: o **Setor Verdade**, que inclui os Secretariados Arquidiocesanos de Ensino Religioso, de Educação, de Opinião Pública e o Secretariado de Educação de Base; o **Setor de Justiça Social** - sindicalização, cooperativismo, reforma agrária etc.; **Setor Caridade**; **Setor Militante**; **Setor Graça** e **Setor de Vocações**.

O Setor Verdade apresentou os seguintes objetivos:

"1 - Difusão da mensagem cristã, utilizando meios mais adequados aos nossos tempos.

2 - Diante da penetração de erros e heresias constituir-se um baluarte de defesa do cristianismo".

O **Secretariado de Educação de Base**, por sua vez, refere-se especificamente às Escolas Radiofônicas, líderes e cursos. Declarou como objetivo geral para 1962: *"ministrar uma série de conhecimentos de ordem material, moral e espiritual e fazer vivê-las por crianças, adultos subdesenvolvidos, visando a elevação dos indivíduos da comunidade".*

O **Secretariado de Opinião Pública**, também do Setor Verdade, enuncia nos seus objetivos que vai aplicar roteiros de "opinião pública" com o objetivo de "formar e influenciar a opinião pública, *"visando a mobilização das forças cristãs em favor da Igreja, e a humanização e cristianização do meio. ATRAVÉS - de esclarecimento e informação cristã sobre os problemas atuais. (...) - da luta persistente e orientada contra as falsas ideologias subversivas, atuantes no Nordeste, para defesa das instituições democráticas"* (Igreja Católica, Arquidiocese de Natal, 1962).

Esses foram alguns dos objetivos apresentados pelo "Planejamento Apostólico de 1962" da Arquidiocese de Natal. Observe-se que a Igreja estava mudando sua feição, notadamente levando-se em conta a atuação anterior à década de 50, quando dizia dedicar-se ao espiritual, no plano das Igrejas e sacristias. Agora, a instituição católica passa a trabalhar em dois níveis: espiritual e temporal - Setor Verdade x Setor Graça, Setor Justiça Social x Setor Caridade etc.

Entretanto, essas mudanças propostas pela Igreja são mudanças dentro da ordem vigente: o PE ao mesmo tempo que apoiava o MEB, o sindicalismo rural, também fala numa eventual colaboração com a "Aliança para o Progresso" e o Secretariado de Opinião Pública pretende lutar persistentemente contra as falsas ideologias subversivas que atuam no Nordeste, em defesa das **instituições democráticas**; quer dizer, o modo do comunismo estava muito presente nesse plano, que aliás, foi enumerado pelo PE, junto com o naturalismo, protestantismo e espiritismo, como os quatro mortais para a América Latina.

Nessa perspectiva, cabe agora perguntar: qual a proposta de sociedade que a Igreja apresenta? O Papa João XXIII, na **Mater et Magistra**, citando palavras de seu predecessor Pio XII indica oportunamente essa diretriz: *"A pequena e média propriedade agrícola artesanal e profissional, comercial e industrial, deve ser assegurada e promovida; as uniões cooperativistas devem garantir-lhes as vantagens próprias da grande exploração; e nas grandes explorações deve ficar aberta a possibilidade de suavizar o contrato de trabalho pelo contrato da sociedade"* (Igreja Católica, Papa, 1984:29). Eis, segundo os papas Pio XII e João XXIII, as estruturas econômicas que melhor se adequam à dignidade humana e melhor desenvolvem o sentido de responsabilidade. Está explícita nessa proposta a versão do "capitalismo atenuado" aceito pela Igreja.

Foi nesse contexto que apareceu o MEB. Esse Movimento, entretanto, não seguiu rigidamente as diretrizes da Igreja. Apesar de possuir uma estrutura verticalizada (equipes nacional, estadual e local), havia uma certa descentralização em suas atividades, permitindo a cada sistema nuclear desenvolver uma programação própria. Aliado a esse aspecto, o fato de ser um movimento coordenado por leigos também contribuiu para essa diversificação nas programações, além de permitir diferentes graus de envolvimento nas lutas dos trabalhadores por transformações sociais.

Nos dois primeiros anos de atividades, o MEB, como movimento nacional, apresentava uma proposta e uma prática pedagógica que podem ser consideradas tradicionais. Foi somente a partir do I Encontro Nacional de Coordenadores, realizado em dezembro de 1962, em Recife, que, diante de uma nova opção-ideológica - engajamento no meio a partir de definição de um ideal histórico concreto - seus objetivos foram redefinidos e revista sua metodologia de ação.

Em Natal, o MEB teve uma história muito particular. Desde o ano de 1962 suas atividades começaram a seguir caminhos diferentes, ocasionando atritos entre a equipe local e o Bispo diocesano. A equipe do MEB de Natal passou a trabalhar a partir de um tema dominante, em torno do qual giravam as demais atividades. Nesse ano, o tema escolhido foi **politização**, como sinônimo de conscientização. Segundo Maria Araújo D. de Carvalho, ex-professora-locutora *"politização era entendido com um processo de percepção da realidade, que faz com que o homem compreenda a situação em que vive e a partir dessa compreensão, parta para modificá-la"* (informação verbal). Era um pretense trabalho de formação de consciência crítica do povo, utilizando-se, principalmente, a educação pelo rádio.

Partindo dessa compreensão, o MEB local criou uma **equipe de politização**, que tinha por objetivo efetuar um acompanhamento de todas as atividades que o Sistema realizasse segundo Maria José Peixoto, ex-professora-locutora, *"eles [os membros da equipe de politização] ficavam acompanhando as cartas, vendo, analisando ... os testes, prá ver até que ponto a gente estava fazendo um processo de politização, de conscientização ou de massificação ou alienação"* (informação verbal).

Essa equipe de politização promoveu uma grande movimentação em torno do tema "politização" elaborou um jornal - "Vida Rural", cadernos de politização para subsidiar as discussões (ainda saíram 3 números), versos de cordel, slogan - *"povo politizado pode mudar de vida"* - que era veiculado várias vezes ao dia na Emissora Rural, discussões e debates com monitores e alunos etc.. Esse trabalho foi de muita importância para a sindicalização rural.

Observe-se a "Leitura Silenciosa" da *"1ª Prova Parcial"* (Anexo 8.8), de julho de 1962, aplicada pelas Escolas Radiofônicas de Natal, quando estava em curso o programa da **politização**:

"O povo brasileiro é formado por todos os homens do Brasil. Eu sou do povo. Democracia é governo do povo. Na democracia o povo escolhe seu governo. O voto é, portanto, uma arma na mão do povo. Do meu voto depende a sorte do Brasil, no Nordeste do Rio Grande do Norte, da minha comunidade e da minha família.

Votar bem, é lutar para acabar com a ignorância, a fome e a doença.

Votar bem, é lutar pela justiça e pela liberdade.

Quem vota bem quer ser livre.

Quem vota mal quer ser escravo.

Sabe por quê? Porque o que faz o homem livre é a sua consciência.

Eu não sou escravo. Sou um homem livre. Por isso sei muito bem que: VOTO NÃO SE VENDE, CONSCIÊNCIA NÃO SE COMPRA" (MEB, 1962).

Wanderley, 1984 e Fávero (1984) fazem referência a esse trabalho de **politização** do MEB/Natal, apresentado no I Encontro Nacional de Coordenadores (dezembro de 1962).

Fávero (1984:93) comenta as discussões suscitadas pelo tema, consideradas enriquecedoras, cujos debates levaram o MEB a concluir - o que chama de "redefinição do MEB" - por "*centrar o trabalho na conscientização, entendida como um processo educativo destinado a formar no homem a consciência histórica, a partir de uma consciência crítica da realidade*". O Movimento estava encaminhando-se para uma definição mais clara de suas posições ao lado das lutas dos trabalhadores, embora de uma forma idealista e um tanto confusa, pois o documento apresentado pelo MEB/Natal apesar dos posicionamentos acima enumerados, pregava a revolução pacífica como essência da politização e apelava para a necessidade de se politizar o pólo dominante, "*dialogando-se intermitentemente em torno de uma ideologia, para libertá-lo, da mentalidade materialista que o circunscreve*" (apud Wanderley, 1984:159).

No ano de 1963, o MEB expandiu-se para Mossoró e Caicó - as duas maiores cidades do interior do Estado - e periferia urbana de Natal. Foi o ano de sua maior expansão. Com os três sistemas, o MEB passou a atingir todo o Estado do Rio Grande do Norte. (ver Anexo 8.9). O tema predominante de toda a ação nesse ano foi a **cultura popular**. O MEB trabalhou cultura popular integrada à educação de base, tendo em vista a conscientização. Interpretava a cultura como um processo histórico, onde o homem em relação dialética com o mundo e com os outros homens transforma esse mundo e ao mesmo tempo se transforma, realizando-se como homem. Essa luta por transformações implica num processo de mudanças da realidade, onde o povo tome consciência de si mesmo, dos seus valores e aprenda a lutar pelos seus direitos e pelas diferentes formas de expressão da cultura popular.

Essa ênfase na **cultura popular** revela uma interlocução do MEB com outros movimentos de cultura popular. Estava no auge dos debates no país o referido tema.

Em maio de 1960, a Prefeitura de Recife - Governo Arraes - havia instituído o Movimento de Cultura Popular (MCP); a UNE, os Centros Populares de Cultura (CPC); e a Prefeitura de Natal - Governo Djalma Maranhão - em 1961, a Campanha

de "Pé no Chão Também se Aprende a Ler". Todos esses movimentos dos quais os mais significativos tiveram origem no Nordeste exceção feita ao CPC da UNE (Germano, 1982:29) apresentavam a característica de estarem comprometidos com as classes dominadas e de tentar promover sua libertação material e cultural, mediante sua politização e ampliação do universo cultural, descobrindo novas perspectivas de lutas que elevassem o nível de consciência social.

O I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular realizou-se em Recife, em setembro de 1963, promovido pelo MEC, com o apoio do MCP da prefeitura local. Participaram desse Encontro 77 organismos que desenvolviam atividades nessa área. O MEB (como movimento nacional) apresentou-se como um "movimento de cultura popular" e Não como um movimento de "alfabetização". Fávero (1984:110) diz que o MEB *"procurou acertar o passo com o conjunto desses movimentos"* e passou a participar ativamente em trabalhos e organizações conjuntas.

O MEB/Natal não enviou representantes para esse Encontro. A Diocese local evitava aproximar-se desses movimentos por representarem visões de mundo diferentes da **visão cristã** defendida por ela. Segundo Marlíria Ferreira de M. Nóbrega, ex-coordenadora do MEB/Natal *"existia ... assim ... veladamente uma orientação por parte da Igreja de não participar das coisas da Prefeitura [de Natal, das atividades da Campanha de "Pé no Chão"]*, inclusive da experiência de Paulo Freire. (...) *É tanto que houve um Encontro em Recife, de cultura popular, e ninguém foi daqui do MEB ... dos trabalhos de Natal ... ninguém foi participar desse encontro"* (informação verbal).

A aproximação com esses movimentos laicos e de influência marxista, fez surgir no MEB (como movimento nacional) a necessidade de uma definição político-ideológica mais precisa e aí entram em cena a influência das decisões tomadas no I Encontro de Coordenadores (dezembro/1962) e o reflexo da crise da JUC com o episcopado, confluindo para a decisão do MEB desenvolver suas atividades mediante a definição de um projeto político mais amplo, que permitisse um engajamento maior nas lutas dos trabalhadores por transformações sociais. O ideário político-ideológico da AP foi o canal encontrado pelo MEB para concretizar sua opção. Entretanto, o golpe de Estado de 1964 cortou essa possibilidade, passando os seus quadros a sofrer perseguições políticas e um controle redobrado da hierarquia católica.

Entretanto, como foi dito anteriormente, a proposta do MEB era idealista. Seus pressupostos filosóficos tinham uma dimensão cristã, incompatível, portanto, com

uma análise mais radical que tomasse por base as reais condições de produção e exploração da sociedade capitalista. Fávero (1984:89-90) que foi um dos seus coordenadores nacionais, diz que *"a luta de classes decididamente não se coloca como estratégia para o MEB, (...) nem jamais será aceita como tal"*.

Um exemplo dessa visão está explícita na "1ª Prova Parcial", de junho de 1962, pois, ao mesmo tempo em que alertava que VOTO NÃO SE VENDE, CONSCIÊNCIA NÃO SE COMPRA, mais adiante, no mesmo teste, transcreve uma parábola de Cristo com título "Amar o próximo", então, elabora a seguinte pergunta:

"Na nossa vida, quem é o nosso próximo? E responde: É aquele que está à margem do caminho, à margem da civilização, que é analfabeto. É aquele que está doente e também sofre injustiças. É o patrão injusto que não cumpre a palavra de Cristo no pagamento do salário do operário. Todos estes são nosso próximo. Temos que rezar por todos eles, porque também são nossos irmãos. Quem não fizer assim não é cristão" (MEB, 1962).

Outro dado importante a observar, no âmbito do Estado, foi o anticomunismo da Igreja local, que chegou ao ponto de impedir a Equipe Nacional do MEB de assessorar a equipe de Natal, por suas tendências esquerdistas, pela influência que sofria da "esquerda católica". Também teve repercussão nacional o problema com a JUC, durante o Conselho realizado em Natal, em 1961 (citado anteriormente). É interessante observar o que diz um depoimento da época a esse respeito:

"É tanto, que os outros MEBs avançaram muito numa linha de politização e nós ficamos ... eu considero que nós ficamos um tanto atrasados em relação aos outros. No que a gente ia aos encontros, a gente sentia ... nossa! ... o pessoal de Recife ... nossa! ... tinha muito mais liberdade ... o pessoal de Recife era muito mais avançado. Aí a gente percebia que foi exatamente porque o MEB/Nacional ficou bloqueado de entrar ... impedido ... até sessenta e ... exatamente quando houve o golpe de 1964 ... até ele [D. Eugênio Sales] sair. Vinha, assim ... depois vinham alguns [elementos do MEB/Nacional] que ele [D. Eugênio Sales] autorizava" (Maria José Peixoto, ex-professora locutora, informação verbal).

No mesmo período em que estava em curso as atividades do MEB, a Prefeitura de Natal desenvolvia um projeto de educação popular (já citado) de sugestivo nome - Campanha de "Pé no Chão Também se Aprende a Ler". A Campanha começou em 1961, no mesmo ano do MEB, embora depois das Escolas Radiofônicas. Pelo que se pôde constatar, Não existiu maiores contatos entre os dois

movimentos. Não existiu troca de informações ou experiências, apesar da cidade ter, em 1960, pouco mais de 160.000 habitantes⁽⁵⁾. pelo contrário, como disse a ex-coordenadora do MEB/Natal, existia *"veladamente uma orientação por parte da Igreja de não participar das coisas da Prefeitura"*. O Prefeito de então, Djalma Maranhão, era conhecido por suas idéias esquerdistas, traduzidas pelas Igreja "de comunistas", portanto, "contra o evangelho", como dizia D. Eugênio Sales, no jornal Vida Rural (nº 28, maio, 1961). No entanto, Góes (1980:26), ex-chefe de gabinete e ex-secretário de educação do Governo Maranhão (respectivamente, 1956-1959 e 1960-1964), diz que *"o pensamento político de Djalma Maranhão tem base no humanismo marxista. [Ele] era também sensível ao humanismo cristão"*. O sectarismo político era muito forte na época, principalmente lembrando-se da existência da "guerra fria" e seus preceitos ultra conservadores.

Na opinião de Maria José Peixoto, ex-professora-locutora das Escolas Radiofônicas e ex-coordenadora do MEB/Natal, havia *"divergências políticas de linha, inclusive, era tanto, que D. Eugênio sentindo a força de Djalma Maranhão na cidade, então entrou com o MEB urbano, competindo com as escolas [de "Pé no Chão"]*, ... *inclusive nós visitamos os acampamentos de "Pé no Chão" também ... nós íamos exatamente sentir como estava o trabalho, mas não com essa preocupação ... depois foi que a gente percebeu que havia uma intencionalidade, havia uma intenção ... por parte de D. Eugênio, porque ele realmente ... ele estava vendo ... e ele era temido, o Djalma Maranhão"*. Pelo visto, a Igreja procurou "visitar" as escolinhas de "Pé no Chão" não com o objetivo de trocar experiências, ou informações, mas por medo das "idéias comunistas" que elas poderiam estar transmitindo (informação verbal).

Outro episódio envolvendo o anticomunismo da Igreja, que a fazia exercer uma vigilância constante sobre seus intelectuais, deu-se no momento em que a equipe local do MEB resolveu, em 1963, editar um **livro de leitura** para os adultos já alfabetizados, que necessitavam de leituras complementares. O livro deveria sair com o título "Educar para Transformar": *"O livro estava impresso na tipografia do SAR, já estava todo prontinho, quando D. Eugênio viu ... não gostou. Não gostou do nome porque ele disse que era uma ... dava dupla interpretação - "Educar para Transformar" - e não gostou de determinados textos, tinha conteúdos que ele não aprovou. Foi uma discussão muito séria (...) e terminou o livro sendo modificado. O*

livro já pronto ... arrancaram todas as capas e tiraram os textos que ela não aprovava. Nós fizemos outros textos para substituir e o nome do livro saiu "Educar para Construir" (Maria Araújo D. de Carvalho, ex-professora-locutora, informação verbal).

Apesar do incidente, o livro foi publicado. Suas lições demonstram os pressupostos político-ideológicos que norteavam as atividades dos movimentos sociais da Igreja sobre os quais anteriormente já foram tecidas algumas considerações - a presença do desenvolvimentismo, o papel da liderança etc.. Observe-se alguns exemplos: sobre a importância do **PAPEL DO LÍDER E DA EDUCAÇÃO**, na lição "A missão do Monitor": "O monitor é alguém que vai fazer do campo uma terra de homens livres, pois para sermos livres temos que nos educar. (...) Temos que trabalhar com idealismo, para que a esperança que a Igreja põe em nós, seja correspondida"; na lição; "Passeio pelo Campo", **O PAPEL DO SINDICALISMO**: "Os camponeses trabalham juntos. Os camponeses sofrem os mesmos apereios. Quem poderá mudar a vida dos camponeses? (...) Se trabalhamos e sofremos unidos, unidos devemos lutar para sair disto. Sim, lutar unidos. Lutar pela promoção da classe dos trabalhadores rurais. (...) Sabino é um camponês consciente. (...) Sabino quer unir e organizar sua classe. Sabino quer fundar um sindicato"; a **IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO**, na lição "Cultura, Libertação e Desenvolvimento": "O povo brasileiro está em grandes mudanças. (...) Mudar quer dizer acabar com tudo que existe? (...) Mudar quer dizer aproveitar o que é bom e abandonar o que não serve mais. O que é bom deve ser aproveitado para promover um novo tipo de sociedade. (...) Muitas coisas devem mudar no Brasil. (...) O Brasil deve industrializar-se e desenvolver-se. A estrutura agrária deve ser mudada. (...) o Brasil precisa desenvolver-se e contribuir para o bem do mundo" (MEB, 1963).

A Igreja Local, apesar do anticomunismo expresso, também sofreu pressões das forças que assumiram o poder em 1964. O MEB e o movimento sindicalista foram os mais visados. Depois do golpe, as aulas do MEB passaram a ser controladas pelo Exército. Segundo depoimento de Maria Araújo D. de Carvalho, ex-professora-locutora: "Um belo dia eu estava transmitindo assim a minha aula, quando o exército chegou lá na Emissora. Todo o quarteirão da Emissora Rural ficou cheio de caminhões do exército, todos com metralhadoras etc. e tal ... Alguns soldados subiram. (...) A ordem era retirar do ar a aula e levar quem estivesse emitindo a aula. (...) Mas aí D. Eugênio estava lá, na sede, e não permitiu que me levassem. (...) A

partir daí o Exército, o Comando Militar aqui, determinou que as aulas ... a programação do MEB só poderia ir ao ar depois de passar por um controle, por uma revisão" (informação verbal).

Depois desse incidente, a programação passou a ser gravada em fitas e remetidas ao Exército. D. Eugênio Sales negociou com essa força armada a indicação de uma pessoa para fazer a revisão antecipada dos programas, comprometendo-se a só ir para o ar aquilo que fosse liberado por esse "censor" da Igreja. Após essa revisão, então as fitas seriam encaminhadas ao Exército. A proposta foi aceita e o mecanismo negociado passou a ser posto em prática.

Com a programação previamente gravada, as equipes do MEB ficaram liberadas para viajar ao interior do Estado e trabalhar mais diretamente no meio rural. Os contatos pessoais com esse meio foram reforçados. Houve maior integração com as escolas, aumentou-se o treinamento com líderes e reestruturou-se os comitês radiofônicos (monitores mais disponíveis, que em determinados dias, prestavam assessoramento extra aos demais monitores da região), que passaram a desempenhar um papel mais importante no Movimento.

Apesar da apreensão, pelo Governo da Guanabara, da cartilha "Viver é Lutar", que seria trabalhada por todo o Sistema a nível nacional, o MEB/Natal não alterou a programação prevista para 1964. Desenvolveu as atividades já planejadas com os poucos exemplares da cartilha, que previamente havia recebido. *"Enfim, a marca maior do trabalho, nesse ano, foi a formação pessoal, a capacitação de liderança, como forma de fazer caminhar cada vez mais o processo de **assumir** do povo e a gente se distanciar"*, diz Maria Araújo D. de Carvalho ex-professora-locutora (informação verbal).

Em 1965, as verbas foram rareando e, em 1966, com o fim do convênio com o MEC - assinado pelo prazo de 5 anos, em 1961 - houve o corte quase total dos recursos. O MEC só intencionava renovar o convênio dos Sistemas que redefiniram seus objetivos. O MEB de Natal continuou. A partir daí, a experiência entrou em declínio, até transformar-se num simples programa de alfabetização, perdendo ainda mais sua importância com o aparecimento do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1970, para onde foram carreados os recursos do Governo federal, limitando-se sua atuação a umas poucas Dioceses.

5.4 O Sindicalismo Rural

Os trabalhos do SAR foram desenvolvidos de maneira integrada. Existiam vários setores internos - Escolas Radiofônicas, Colonização, Sindicalismo, Artesanato, Cooperativismo etc. - mas, no momento da realização das atividades, dos encontros e estudos, todos trabalhavam em conjunto, não existindo campos distintos de atuação. Todos faziam tudo. O sindicalismo rural tornou-se mais um setor do SAR. Talvez o que tenha alcançado maior repercussão lá fora pelo seu ineditismo.

As primeiras referências sobre o movimento sindical rural, no Brasil, deu-se em 1903, com a assinatura, por Rodrigues Alves e Lauro Müller, de um decreto permitindo a sindicalização rural. Depois, em 10 de novembro de 1944, o Presidente Getúlio Vargas assinou o D. L. nº 7.038, que também dispunha sobre sindicalização rural. Este Decreto foi regulamentado pela Portaria nº 14, de 19 de março de 1945, que juntos constituíram as bases do sindicalismo rural no país. Mesmo assim, até fins de 50, só existiam 6 sindicatos de trabalhadores rurais devidamente reconhecidos pelo Governo. Entretanto, o jornal "Terra Livre", editado pela ULTAB, afirmava existir, em 1956, 49 sindicatos de trabalhadores rurais no país. Com a criação da ULTAB, em 1954, e das Ligas Camponesas, em 1955, o movimento desses trabalhadores alcançou um crescimento e organização acentuados (apud Calazans, 1983:9).

No Rio Grande do Norte, em meados dos anos 50, por iniciativa do Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Rio Grande do Norte (FTIRN), Francisco Plácido Chagas, houve uma primeira tentativa de criar-se Sindicatos ou Ligas, sob a responsabilidade daquela Federação, a partir de um modelo de integração, que vinha ocorrendo em alguns Estados, entre sindicatos urbanos e a ULTAB. A idéia não vingou, segundo Calazans (1983:11), por falta de recursos, mas, em 1959, depois da I Conferência Nacional da ULTAB, em São Paulo, os dirigentes da FTIRN procuraram os então candidatos a prefeito e vice de Natal, respectivamente, Djalma Maranhão e Luís Gonzaga dos Santos e, ainda, Luís Maranhão, irmão de Djalma e membro do PCB, aos quais expuseram seu projeto. Esses políticos, representantes das **forças progressistas** do Estado, tinham livre acesso às classes trabalhadoras e muitas vezes foram porta-vozes de suas reivindicações.

Desses contatos segundo Calazans (comunicação oral), surgiu a idéia de procurar a Igreja, que há uma década trabalhava no meio rural e possuía através do

SAR, toda uma estrutura montada no campo. É bom lembrar que essa instituição católica desenvolvia um trabalho "modernizador" no campo, primava pelas "mudanças sociais", e, embora vendesse *"uma 'imagem romântica' do desenvolvimento de comunidades, do crédito agrícola, da extensão e do treinamento de líderes rurais"* (Calazans, 1983:4), abriu para o trabalhador rural possibilidades de contato com outras categorias sociais, livrando-o do isolamento secular, que o mantinha excessivamente dependente, a mercê do despotismo do patrão rural. É bem verdade, também, que a Igreja não aprofundou seus debates. Os problemas decorrentes da estrutura de exploração capitalista e o problema da luta de classes não ocuparam espaços nos embates da Igreja; seus limites político-ideológicos impediam-na: *"o problema que a gente sentia e sente hoje ... a Igreja, ela não vai ao fundo. Ela vai e depois quer conciliar a coisa, porque tem os seus interesses. Porque quem dá o boi, quem pinta a Igreja, não é o trabalhador. O trabalhador é aquele que acha que vai para o céu ... é pobre, está sendo explorado, mas, o explorador é sempre ligado à Igreja, é sempre o homem que hospeda o bispo, hospeda o padre, faz tudo isso"* (comunicação oral. José Rodrigues Sobrinho, ex-Presidente da FTRRN).

Apesar disso, é inegável os novos horizontes que se abriram para as populações rurais, ensejando, numa visão dialética, a possibilidade de transformação, não via Igreja, mas, pelo próprio despertar da consciência de classe dos trabalhadores, nas lutas e nos contatos com outros trabalhadores e/ou associações de classe. Enfim, as forças sociais não são estanques, podendo ocorrer transformações qualitativas, dependendo da correlação de forças e das condições conjunturais de cada momento.

Em fins de 1959, os contatos com a Igreja foram iniciados. Em Princípio, a proposta foi aceita, desde que tivesse amparo legal. O D.L. 7.038 e a Portaria nº 14 foram exaustivamente estudados para comprovar-se sua legalidade: *"A Igreja pretendia apoiar a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais, desde que estes pudessem ser reconhecidos pelo Estado, enquadrados na LEI"* (Calazans, 1983:12).

Foi sempre uma característica da Igreja de Natal essa busca pela legalidade. Desenvolvia suas atividades em comum acordo como as diretrizes oficiais, embora essas atividades se mostrassem revestidas por uma tendência inovadora, modernizadora. Nos princípios que norteavam a sindicalização rural no Estado, lê-se num dos itens: *"Colaboração com os poderes na adoção de medidas cujos objetivos assegurem melhores condições de trabalho e favoreçam o desenvolvimento da*

organização social e econômica" (Calazans, 1961, apud: Calazans, 1983:16). Quer dizer a Igreja inova ao iniciar um trabalho pioneiro de sindicalização rural, mas o fará em "colaboração com os poderes" governamentais.

Pelo exposto, a idéia inicial de sindicalização rural não partiu da Igreja, embora esta tenha assumido a bandeira dessa luta. Entretanto, como recuperar a história pode provocar lutas e controvérsias, é interessante registrar a versão de D. Eugênio Sales, à época Bispo de Natal, que assume ser o responsável pela idéia e declara no jornal A Ordem:

"O setor de sindicalização compreendeu, imediatamente, que o trabalho no Rio Grande do Norte seria esmagado se permanecesse isolado. Eu havia pensado, que na hora que houvesse 200.000 trabalhadores sindicalizados, Não haveria governo que pudesse ir contra. Então, imediatamente lancei a idéia de sindicatos rurais no Brasil através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O trabalho teve que ser feito com atraso de alguns meses e precisou de um esforço, realmente heróico, para recuperar o tempo perdido" (Sales, 20 jul. 1963).

De fato, logo que se iniciou o trabalho de sindicalização, a Igreja procurou "recuperar o tempo perdido"; até junho de 1962, já existiam sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, 24 aguardando reconhecimento e 1 Federação também aguardando reconhecimento, com um quadro de associados que se aproximavam de 35.000 trabalhadores rurais.

"O sindicalismo rural nasceu sob o signo legalista", diz Wanderley (1984:274). Os sindicatos rurais, diferentes das **Ligas**, que eram regidas por um estatuto de direito civil e portanto livres da tutela do Estado, possuíam uma estrutura mais rígida, pois estavam subordinados ao Ministério do Trabalho, do qual dependiam, inclusive o reconhecimento:

"O funcionamento oficial dos sindicatos rurais, isto é, a representação de seus membros diante dos sistemas do poder, é exercido de direito somente após seu reconhecimento legal pelo Ministério do Trabalho" (Calazans, 1969:164).

No Rio Grande do Norte, o sindicalismo rural teve o total respaldo da Igreja. Era mais uma forma de **organizar** os fiéis e divulgar a doutrina católica. Nesse sentido, os primeiros contatos com leigos ocorreram num Seminário da JAC, em São José de Mipibu (município da região agreste). Nesse primeiro momento, as paróquias exerceram papel essencial no movimento: *"A gente trabalhava no interior, com pessoas indicadas da paróquia. A paróquia convidava todo aquele pessoal, que*

aparecia lá... um pessoal ligado a ela, aí é que começava a se trabalhar. Mas, já ia surgindo pessoas que também não tinham ligação ... nem com a paróquia, nem com o padre. Mas, nesse primeiro momento [o sindicato] estava atrelado aos padres. Os padres tinham, de certa maneira, o padre tinha certo domínio. Já nas eleições seguintes ... dos sindicatos ... as coisas foram se modificando, já foram [eleitas] as lideranças dos trabalhadores, que não eram lideranças de paróquias, de sacristia nenhuma". (comunicação oral de José Rodrigues Sobrinho, ex-Presidente da FTRRN).

Esse movimento também teve o apoio da CNBB, que, na Declaração da Comissão Central. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro - propõe um "Roteiro de Atividades", com o objetivo de integrar a agricultura brasileira no ritmo do desenvolvimento nacional. Recomenda, para isso, o apoio de movimentos tais como a JAC e a Liga Agrária Católica (LAC), **sindicalização rural**, frentes agrárias, MEB; recomenda também o uso do planejamento apostólico para consecução mais rápida dos objetivos propostos (CNBB, 1961:).

Quando trata da sindicalização rural, diz: "*A experiência iniciada no Nordeste, de formação de líderes para a sindicalização rural, é digna de ser estendida a todos os centros rurais sobretudo quando agitados por reivindicações justas mais conduzidas com segundas intenções*" (CNBB, 1961).

A Igreja pretende **organizar** o campo, mas deixando-o sob seu controle, objetiva formar líderes "*para que todos os sindicatos existentes na zona rural venham integrar a linha democrata cristã*" (Igreja Católica, SAR, 1961). E, na Declaração anteriormente citada (CNBB, 1961) a Igreja aponta o MEB - através das Escolas Radiofônicas - como o "instrumento providencial" para dinamizar suas propostas.

Eis aí a estratégia de ação da Igreja para o campo: sindicalismo e educação, respaldadas na formação de lideranças e na Ação Católica, para integrar as lutas dos trabalhadores rurais numa linha "democrata cristã".

Atualmente, existe praticamente um consenso entre os estudiosos em afirmar que o avanço das forças comunistas no campo foi um fator decisivo para essa ação educativa da Igreja no meio rural. Na mesma Declaração (1962), a CNBB, diante da "expansão comunista no meio rural", afirma:

"Os comunistas, no campo como na cidade, não se interessam realmente pelas soluções. Ao contrário: para eles, quanto pior melhor. Mas o fato grave que denunciemos é que os agitadores vermelhos, em várias frentes preparam-se para a tática de guerrilhas, de acordo com os melhores exemplos cubanos ou chineses. (...)

Não podemos ser ingênuos a ponto de entregar-nos a grandiosos planos de recuperação econômico-social dos meios rurais, esquecidos da retaguarda e dos flancos invadidos pelos guerrilheiros".

No Plano de Emergência de 1962, a CNBB também externa, em diversos momentos, o seu anticomunismo eis um exemplo:

"E é evidente que denunciemos os exploradores da miséria, especialmente os comunistas que só tem a lucrar com o desespero, a desordem e o caos.

Às autoridades incumbem deter a agitação vermelha hábil para infiltrar-se através de Sindicatos, na direção das greves de protesto que, imprudentemente, estão sendo estimuladas nesta hora explosiva"

O comunismo representava o grande opositor da Igreja, que apesar de continuamente criticar o capitalismo liberal, na verdade tinha no comunismo o seu maior inimigo. Isso está patente nos documentos da CNBB e também em muitos outros de âmbito mais restrito.

Cruz (1982:80), que estudou o movimento dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Norte, também considera que a expansão das Ligas Camponesas e a atuação do PCB no campo foram os principais impulsionadores da atuação da Igreja na organização de sindicatos de trabalhadores rurais no Estado. Foi a atuação das Ligas, notadamente com o exemplo da Paraíba, que desafiou *"a Igreja a entrar na disputa pelo domínio das suas bases rurais, usando para isso de todo o seu poder de intervenção ao homem rural"*.

Iniciado o processo de sindicalização rural, em 15 de julho de 1960, o SAR, segundo Calazans (1983:13), procurou mostrar ao homem do campo a importância de conhecer sua realidade social e de organizar-se em sindicatos, pois assim estaria preparando a reforma agrária, na qual teria participação ativa e ao mesmo tempo colaboraria com a solução dos problemas "que tanto afligem o país". O desenvolvimento econômico foi, no período, uma das preocupações constantes da Igreja, haja vista os diversos documentos aqui trabalhados, a exemplo das Declarações dos Bispos do Nordeste - a de 1956 e a de 1959 - e a Declaração da Comissão Central da CNBB, de 1961. É a marcante presença do desenvolvimentismo no ideário político-ideológico da Igreja.

A responsabilidade pelos trabalhos do sindicalismo rural ficou sob a tutela do "setor de sindicalização" do SAR, que elaborou o plano Pró-Sindicalização Rural, prevendo sua realização em 5 fases: 1. de julho a dezembro de 1960 - motivação e

preparação de pessoal; 2. janeiro a julho de 1961 - fundação de sindicatos; 3. julho a dezembro de 1961 - organização de planos de ação; 4. janeiro a julho de 1962 - início dos trabalhos pró-investidura sindical, e 5. julho a dezembro de 1962 - campanha de politização (apud Calazans, 1983:15).

Essas fases, na prática, funcionaram de acordo com o evoluir dos acontecimentos, por exemplo, a quarta fase - da investidura sindical - foi antecipada, uma vez que a Igreja de Natal, agindo junto a autoridades federais, conseguiu **cartas de credenciamento** para os sindicatos já no final de 1961. A Igreja através do SAR era responsável por toda a burocracia do credenciamento sindical; os trabalhadores rurais pouco participaram desse processo. No primeiro ano, criou 11 unidades sindicais e associou 12.000 trabalhadores rurais, que resultou levando em consideração o universo atingindo, *"uma intensificação de sindicalização 600% maior, em um ano de trabalho"*, do que a sindicalização urbana, que em 31 anos sindicalizou 25.000 trabalhadores. (Igreja Católica, SAR, 1961).

Ainda em 1961, Maria Julieta Calazans, do setor de sindicalização do SAR, elaborou uma "Cartilha Sindical do Trabalhador Rural" onde estavam explícitos os objetivos da sindicalização rural, respaldados nas diretrizes emanadas da Igreja para aquele setor. Dois princípios básicos respaldavam a ação da Igreja: lutar pela reforma agrária em princípios cristãos e que esta fosse realizada através da educação, "nunca pela luta de classes". Nos objetivos definidos da **Cartilha** lê-se:

"- ensinar e ajudar o trabalhador rural a procurar os direitos que ele tem, como pessoa e como operário;

- trabalhar pela aplicação de leis que tragam benefícios para a vida e para o trabalho rural; e pela mudança das leis que não se apliquem à época atual na vida do Campo" (Calazans, 1983:15-16).

Posteriormente com a maior participação dos trabalhadores no processo sindical, esses objetivos iniciais foram reformulados, passando a veicular os temas que se encontravam nos centros dos debates naquele momento histórico. Eis a nova redação:

"- reforma e humanização da estrutura agrária brasileira;

- conscientização, politização das populações rurais e formação de líderes com base em princípios: educação de base, doutrinas sociais, econômicos, políticos, sindicais e cooperativismos;

- *colaboração com os poderes na adoção de medidas cujos objetivos assegurem melhores condições de trabalho e favoreçam o desenvolvimento da organização social e econômica;*
- *esforço pela motivação, organização e expansão de sindicatos rurais dinâmicos, combativos, inspirados numa ideologia cristã revolucionária, distinta do capitalismo e do comunismo;*
- *numa síntese: representação, defesa e promoção integral do homem do campo"* (apud Calazans, 1983:16).

Nos novos objetivos, a Igreja expõe mais uma vez os aspectos principais que respaldam seu projeto político-ideológico para o campo: ao condenar o comunismo e o capitalismo elabora a proposta de uma terceira via, respaldada na doutrina social da Igreja, que se resume numa reformulação do capitalismo, pela atuação predominante de pequenos proprietários (cooperativismo), tudo, sempre que possível, em comum acordo com as políticas governamentais. O veículo para essas mudanças estaria representado pelo líder comunitário, camada de intelectuais formada dentro dos princípios cristãos, que desenvolveria um trabalho de organização de comunidades, dentro das diretrizes traçadas pela Igreja.

Para por em prática esses objetivos, a Igreja de Natal utilizou toda a sua estrutura, que vinha construindo ao longo dos anos 50, notadamente em torno do SAR. E como esse organismo trabalhava de forma integrada, o setor de sindicalização rural teve seu trabalho facilitado e, ao mesmo tempo, deu um novo dinamismo aos demais setores. De acordo com Wanderley (1984:284), *"o trabalho de sindicalização rural se constituiu numa pedra de toque do processo educativo do MEB"*, exigindo de seus setores um maior empenho (programação de aulas, treinamentos etc.). O sindicalismo veio dar maior dinamismo não só ao MEB, mas ao próprio SAR e a todos os demais setores.

A esse propósito, observa-se o que diz Maria José Peixoto, ex-professora-locutora do MEB/Natal:

"O MEB teve uma força muito grande na descoberta ... assim ... da alfabetização. Mas, depois a gente dizia ... assim ... e agora? Vocês tomam consciência, se alfabetizam e se encaminham ... prá quê? Aí a gente mostrava que o engajamento vinha via sindicato, via cooperativa, via artesanato, entendeu? Que eles não podiam ficar soltos. O processo de aprendizagem não era dar apenas uns

elementos de informação, mas era exatamente trazer essa consciência para o homem do campo e ele despertar, ter consciência e se engajar" (informação verbal).

José Rodrigues Sobrinho, ex-Presidente da Federação (FTRRN), confirma a importância do sindicalismo no movimento da Igreja:

"O sindicalismo passou a ser mais importante para o SAR, do que o SAR para a federação. Era o grande dinheiro, a grande notícia, o grande trabalho... puxava tudo ... através do sindicalismo ... porque sem o sindicalismo o MEB também não avançava. O MEB avança atrás do sindicato. O sindicato é que dava a grande mobilização" (informação verbal).

Continuando sua expansão, o movimento sindicalista, atuando integradamente à Ação Católica, em especial à JAC, realizou "I Congresso de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte", de 22 a 24 de maio de 1961, em Natal, comemorando, inclusive, o 1º aniversário do Congresso Mundial da JAC. Teve como objetivo a *"promoção do homem do campo pela **união da classe**, dentro dos princípios da Doutrina Social da Igreja e leis de nossa Pátria"* (apud Calazans, 1983:20).

Esse Congresso delinea as diretrizes da Igreja para a sindicalização rural, destacando-se o "legalismo" presente nos documentos do Congresso, a partir dos objetivos acima citados: **promoção do homem do campo**, porém, **dentro das leis de nossa Pátria**.

Nas conclusões e sugestões finais, no tocante à legislação trabalhista, reivindicam sua aplicação ao campo. Pedem, por exemplo, a ampliação do salário mínimo rural, a efetivação da reforma agrária "segundo os princípios cristãos", realização do contrato individual de trabalho entre proprietários e trabalhadores rurais etc. Calazans (1989:154) ressalta que os agricultores concentraram suas reivindicações na área de aplicação e execução da legislação trabalhista e diz que *"este fato torna-se muito interessante, quando após ter analisado a lista de participantes, nota-se que **somente 9% deles eram assalariados**; os outros 91% eram camponeses ("moradores", "foreiros", "parceiros" etc.). Assim fica claro que as reivindicações não correspondiam às necessidades dos participantes presentes nem tampouco aos interesses da massa camponesa do país"*

Esses argumentos demonstram a influência da Igreja nas lutas dos trabalhadores rurais, inculcando-lhes a sua visão de mundo, evidenciando o controle que então exercia nesse setor da classe trabalhadora.

Outro aspecto a comentar, na verdade, trata-se de uma extensão do aspecto anteriormente abordado e se encontra em alguns princípios gerais aprovados pelos trabalhadores rurais, presentes no I Congresso e que espelham, mais uma vez, a visão de mundo reformista preconizada pela Igreja:

"A paz entre os homens depende do acordo entre proprietários e "moradores"; do ensino da doutrina social da Igreja; de um trabalho educativo para o qual a Rádio Educativa pode ser um excelente meio. O verdadeiro nacionalismo, esforço de todos para o progresso da nação, luta pelo direito dentro da ordem e da união. O comunismo não pode trazer a melhora do homem, porque destrói a liberdade, semeia o ódio e a vingança entre os homens e contra Deus. O programa de ação, transcrito no verso da carta-convite de cada participante, lembra os fins que determinam o sindicalismo rural: trabalhar pelo homem e não somente pela classe; ter um programa de reivindicações, organizar e colaborar; trabalhar por todos e não por um só; mudar pela educação e nunca pela luta de classes; estar atento às necessidades do corpo e da alma; manter firmemente os princípios de LIBERDADE E DA DEFESA DA PROFISSÃO" (apud Calazans, 1969:170-171).

Pode-se observar com relativa frequência nas diretrizes emanadas do I Congresso conteúdos que não caracterizavam os interesses mais próximos dos trabalhadores rurais. Os grupos cristãos que organizaram e implementaram os sindicatos rurais no Estado, em geral, desenvolveram uma técnica de ação que implicava em: divulgar a importância e necessidade do sindicato (principalmente através das Escolas Radiofônicas), depois escolher líderes e, por último, fundar e passar a assessorar os sindicatos. Isso determinou uma característica marcante nos sindicatos rurais: o de ser organizado de "fora para dentro".

Partindo de pressupostos diferentes, mas tratando da relação existente entre intelectuais rurais e massa camponesa, Gramsci (1979:13) assim se expressa:

"Não se compreende nada da vida coletiva dos camponeses, bem como dos germes e fermentos de desenvolvimento aí existentes, se não se levam em consideração, se não se estuda concretamente e não se aprofunda esta subordinação efetiva aos intelectuais: todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até um certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e dele depende".

O sindicalismo rural desenvolvido pela Igreja, no Rio Grande do Norte, criou esse vínculo entre a massa camponesa e os assessores católicos, que, transmitindo sua

visão de mundo ao movimento, direcionou-o no sentido de defender mais seus próprios interesses do que os dos trabalhadores.

Calazans (1969:164) e Wanderley (1984:281) registram essa subordinação dos sindicatos dos trabalhadores rurais aos grupos cristãos que os assessoravam. Esses grupos difundiam nas massas sindicalizadas seus princípios doutrinários e ideológicos, levando essas massas a defenderem posições, questões alheias aos seus interesses. E foi isso o que aconteceu no I Congresso, quando as resoluções dali retiradas enfocavam questões sobre comunismo, nacionalismo, doutrina social da Igreja, entre outras, numa ótica muitas vezes distante dos trabalhadores rurais, representando, na verdade interesses e divergências dos grupos que os assessoravam.

O movimento sindicalista rural, organizado pela Igreja, apesar de ter sido iniciado pelo SAR/RN, em 1960, logo espalhou-se por todo o Nordeste: em 1961, surgiu o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), a Equipe de Sindicalização Rural da Paraíba - ambos com vinculações com os Círculos Operários - e a Equipe de Sindicalização do Secretariado de Planificação de Teresina; em 1962, o Serviço de Orientação Rural de Alagoas (SORAL), também com vinculação com os Círculos Operários; e as equipes de Sergipe (1961), Maranhão e Bahia, em 1962, criadas e mantidas pelo MEB, sendo que esse Movimento colaborou em quase todos os Estados no processo de formação e treinamento de líderes.

Apesar da orientação cristã única, os grupos católicos, que assessoravam os sindicatos rurais, apresentavam divergências entre si, gerando três diferentes tipos de orientação e organização sindical: a) os sindicatos ligados aos Círculos Operários, que atuavam numa ótica conservadora, numa linha de "promoção humana"; b) os sindicatos que recebiam assessoramento das Equipes dos Secretariados de Ação Social das Dioceses, mais ligados ao bispo e aos princípios da Doutrina Social da Igreja, transmitindo fortes traços confessionais em seus trabalhos; e c) os sindicatos assessorados pelo MEB, que, apesar de se pautarem pela Doutrina Social da Igreja, trabalhavam conteúdos com possibilidades revolucionárias, uma vez que o processo de tomada de consciência, desenvolvido pela **politização**, poderia levá-los a posicionamentos mais radicais, principalmente depois da "crise da JUC" e da influência recebida da AP.: *"as equipes do MEB foram sem dúvida responsáveis pela radicalização do movimento camponês e também pelas posições contra o confessionalismo no movimento sindical"* (Calazans, 1984:167).

5.4.1 Financiamento do Movimento Sindical Rural

Para o financiamento desse movimento sindicalista - que alcançou dimensão considerável - a Igreja contou com recursos próprios das Dioceses e Paróquias, além da colaboração de órgãos ligados aos programas rurais do Governo Federal como o Serviço Social Rural (SSR) e o Serviço de Extensão Rural, através da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), e outros organismos nacionais.

A nível internacional, ajudas financeiras foram recebidas da Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos (CISC) e da Confederação Latino-Americana de Sindicalistas Cristãos (CLASC).

Em documento do Serviço Social Rural (apud Calazans, 1983:28) é mencionado um pedido de ajuda feito pelo Bispo de Natal a "Aliança Para o Progresso" segundo palavras de Mervin Bohan, chefe da delegação americana, executora do programa da "Aliança":

"No Rio Grande do Norte o Serviço de Assistência Rural (SAR), desenvolve, no presente, cursos para formação de líderes sindicais. O Bispo espera muito confiante poder estender esses serviços a outras partes do Nordeste, e tem requerido a assistência do EE.UU. para a matéria impressa do SAR e as cooperativas de crédito que financiam a construção de habitações para os operários. Com o fito de dar assistência a este e outros esforços democráticos nascidos no meio trabalhista deverá ser fornecido subsídio dos EE.UU. para os seminários de líderes sindicalistas, máquinas de escrever para as atividades sindicais, mimeógrafos, veículos e treinamentos dos líderes sindicalistas nos EE.UU. e em outros países latino-americanos".

Os Estados Unidos, notadamente através da ação da USAID e da Aliança para o Progresso, desenvolveram, no pré-64, intensa atividade no Nordeste. Havia uma preocupação com a possibilidade de irromper na região uma revolução inspirada no modelo cubano. A ascensão política de Miguel Arraes, em Pernambuco, e Djalma Maranhão, no Rio Grande do Norte, apoiados pelo conjunto das forças de esquerda, contribuiu para "acelerar" essa preocupação.

Segundo Bandeira (1978:447) *"cerca de 4.968 norte-americanos (e isto conforme as estatísticas oficiais de desembarque) chegaram ao Brasil, apenas em 1962, batendo todos os recordes de imigração originária dos Estados Unidos".*

Chegaram sob os mais variados disfarces; religiosos, corpo da Paz, comerciantes, a grande maioria dirigindo-se para o Nordeste.

Por outro lado, a USAID/Aliança para o Progresso resolveram, passando por cima do governo federal, negociar diretamente com governos estaduais que estivessem dispostos a aceitar as condições delimitadas pelas agências norte-americanas. "*Em Estados como a Guanabara e o Rio Grande do Norte, governadores da UDN aceitaram as condições e receberam dinheiro norte-americano para realizar programas de desenvolvimento econômico*" (Skidmore, 1982:391). Isso, de fato, objetivava neutralizar, no caso do Nordeste, a força política de Miguel Arraes e Djalma Maranhão que lideravam movimentos populares cada dia mais expressivos.

O Movimento de Natal/SAR, para desenvolver sua programação, que teve ressonância internacional, realizou diversos convênios com órgãos nacionais e internacionais. Nos seus arquivos encontram-se cópias de convênios realizados e cartas e projetos enviados para pedir financiamento a organismos franceses, alemães, norte americanos. Observe-se alguns exemplos:

a) Ofício nº 46, de 20.12.1961, de D. Eugênio Sales para o Ministro do Trabalho Dr. Franco Montoro, relatando que "*entre as atividades do Serviço de Assistência Rural, conta-se a de treinamento de líderes*", portanto, tendo em vista a realização de "*um Curso de Extensão Universitária, que terá como objetivo a sindicalização e a habitação popular*", pede a ajuda do Ministério sob a forma de dois professores para ministrar aulas nesse curso (Sales, 1961a).

b) Ofício nº 45, de 19.12.1961, de D. Eugênio Sales para o Diretor do Serviço de Informação Agrícola (SIA), onde comunica a realização de mais uma Semana Rural, sob a forma de Curso de Extensão Universitária para líderes rurais (especialmente o clero), cujos temas centrais serão: "*Sindicalização rural, máxima rural e Habitação Popular*". Pede a vinda de dois técnicos, para esses dois temas e informa que "*o SIA para essa Semana, já contribui com a importância de Cr\$ 70.000 (setenta mil cruzeiros)*" - valores da época (Sales, 1961b).

c) "Projeto de Treinamento de Líderes" - (s.d.) - original em alemã, "Projekt der Fuehreschulung". Enviado à Alemanha. Na "Justificativa" fala de fatores que "agravam a situação do País" e enumera-os:

"- *evidentes sinais de luta de classes, por uma sociedade nova.*

- *explosão demográfica*

- *analfabetismo de 20 milhões de brasileiros*

- 50% da mortalidade infantil entre as crianças no Nordeste".

Finalmente reivindica recursos para a formação de líderes cristãos para lutar pelo desenvolvimento e evitar a explosão revolucionária. Apresenta como objetivos:

"1. Preparar uma inteligência rural no sentido de dar uma expressão aos novos valores na sociedade que se irá consolidar.

2. Preparar quadros de nível elementar e médio para tomarem posições de vanguarda nas novas linhas de ação de estrutura política e social do País". (Igreja Católica, SAR, s.d.).

d) "PROJET D'AIDE AUX PERMANENTS D'ACTION CATHOLIQUE DU NORD-EST BRÉSILIEN, 05.05.1964, enviado a Michel Quoist, com o objetivo de conseguir *"libération et formation de militants laics"*. Esse projeto destinava-se a todo o Nordeste, com recursos estimados em U\$ 33.141,60 dólares por ano. O plano não é muito claro nos seus objetivos e tempo de duração - parece que não havia tempo previsto para suas atividades (CNBB, Secretariado Regional do Nordeste, 1964).

e) "PLAN FOR THE FORMATION OF RURAL LABOR UNION TECHNICAL ADVISORS" (s.d.). A cópia desse plano, encontrada nos arquivos do SAR, não apresenta destinatário. Nele, a Igreja argumenta que, com a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), o governo federal transferira para esse órgão a política agrária a ser posta em prática em todo o país. Por isso, as atividades desse órgão estavam *"concentradas quase exclusivamente na sindicalização do trabalhador rural. Ligado à SUPRA foi fundada uma Comissão Nacional de Sindicalização Rural que atua em todos os estados do país, fundando e orientando sindicatos, em nome do poder público. [Então a Igreja pergunta:] Como podemos nós cristãos e leigos manter o sindicato do trabalhador rural diante de tamanha força, apoiada em fortes recursos econômicos e pelo conjunto da máquina política?"*. Diante de tal empecilho, o projeto continua: *"nós estamos pedindo a ajuda de grupos de consultores técnicos e formadores de líderes que estejam trabalhando com valores cristãos, e que estejam ligadas à Igreja"* (Igreja Católica, 1960).

O projeto está previsto para ser desenvolvido em três anos - 1964 a 1966, num total de U\$ 150.000 dólares.

f) Por último, duas cartas que tratam de um convênio celebrado entre a SUDENE/Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID)/CNBB. A primeira carta, de 12.05.1965, foi remetida por Carmen Harland, Coordenadora do Convênio/CNBB, para D. Nivaldo Monte, Arcebispo de Natal,

relatando as condições do convênio, dizendo, em forma de **post scriptum**, que "*os dois projetos de Natal estão bem encaminhados*", fazendo supor a existência anterior de dois projetos (Harland, 1965).

A segunda carta, de 28.10.1966, procede da Coordenadora do Grupo Executivo do Convênio SUDENE/USAID/CNBB, Maria Helena C. de Melo, e é dirigido ao SAR. Comunica a renovação do Convênio e refere-se a projetos anteriores do SAR, pedindo nova cópia dos projetos, em virtude de extravio dos originais (Melo, 1966).

g) Ainda nos arquivos do SAR, encontra-se cópia de um convênio denominado "Agências Voluntárias - Obras Públicas do Nordeste Brasileiro" (sem data, mas provavelmente dos três primeiros anos da década de 60), realizado entre a SUDENE/USAID e o Catholic Relief Services (CRS-FASE). O convênio foi "*estabelecido de conformidade com o 'Acordo entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil, sobre a cooperação do Governo dos Estados Unidos da América para a Promoção do Desenvolvimento Sócio-econômico do Nordeste Brasileiro', assinado no dia 13 de abril de 1962 em Washington D.C.*", como parte dos objetivos da "Aliança para o Progresso" e das diretrizes de Punta del Este (Convênio SUDENE/USAID/CRS-FASE, 1962).

A SUDENE foi escolhida para examinar previamente os projetos a serem encaminhados à USAID/Brasil. Para a seleção de projetos, elegeu-se pela ordem de prioridade: 1) os projetos agro-pecuários; 2) construção de pequenas pontes e estradas; e 3) abastecimento d'água, saúde, educação, habitação e recreação, em pequenas comunidades. (Convênio SUDENE/USAI/CRS-FASE, 1962).

O convênio elegeu as denominadas "organizações voluntárias" para executarem pequenos projetos de obras públicas, previstos nos termos do convênio. Estas "organizações", especialmente a CRS-FASE, já atuavam no Nordeste em coordenação com outras congêneres registradas nos Estados Unidos da América (EUA).

Por "organizações voluntárias", o mesmo convênio denomina: a) associações civis legalmente constituídas; b) cooperativas; c) associações de classe; d) dioceses ou paróquias. Essas entidades, para executarem os projetos previstos no convênio, poderiam receber, como ajuda, **alimentos**, doados pelos EUA (excedente alimentar), para serem usados como pagamento de salários aos trabalhadores que serviam de mão-de-obra na realização desses projetos. - os chamados "alimentos para a paz".

Além dos "alimentos para a paz", o convênio também previa recursos em cruzeiros para pagamento de salários aos trabalhadores.

É possível, muito logicamente, fazer uma ligação entre os convênios citados nas duas cartas, acima referidas, e este que envolve SUDENE/USAID/CRS-FASE, inclusive porque as entidades relacionadas e as atividades no convênio, assemelham-se às que compõem o Movimento de Natal: saúde, educação, cooperativas, associações de classe etc..

O Movimento de Natal/SAR, como vê-se pelos exemplos, batalhou ativamente por recursos para poder realizar suas obras. As fontes foram as mais variadas possíveis: desde órgãos governamentais até organizações estrangeiras, católicas e laicos. Chama-se a atenção para o convênio com a USAID/CRS-FASE, uma vez que esse primeiro organismo foi protagonista no Brasil de ações não condignas com os interesses democráticos, pois financiou torturadores, contribuiu para campanhas golpistas, norteou a política educacional brasileira, impondo um controle ideológico muito favorável aos Governos ditatoriais da fase pós-64, recebendo duras críticas de setores progressistas da época (década de 60).

5.4.2 Expansão do Movimento Sindical Rural

O movimento sindical rural foi crescendo em todo o Brasil. No Nordeste, até junho de 1962, já existiam 38 sindicatos reconhecidos e 91 aguardando reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, com um total de aproximadamente 106.000 associados. A criação no Governo Goulart da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), em 11 de outubro de 1962, veio dar novo impulso ao crescimento dos sindicatos rurais.

Logo no ano de 1963 a SUPRA funda o seu Conselho Deliberativo, formado com a participação de *"associações de classe de agricultores sem terra, de pequenos e médios proprietários rurais e de assalariados do campo, indicados pelas organizações: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), Ligas Camponesas, Federações das Associações de Agricultura sem terra e das Federações de Sindicatos de Trabalhadores Rurais"* (Calazans, 1983: 37).

A SUPRA também abriu **Delegacias** nos Estados, transferindo a direção da política agrícola para o governo federal - numa linha populista - com influência dos

trabalhadores e seus órgãos de classe, que por sua vez sofriam influências de idéias veiculadas por organizações de esquerdas com predomínio da ação do PCB. Compreende-se a apreensão da Igreja externada no "Plan For the Formation of Rural Labor Union Technical", referido anteriormente, pois ela estava ameaçada de perder para esses novos movimentos o seu tradicional predomínio no campo.

No Rio Grande do Norte, 1962 foi o ano de maior expansão do sindicalismo rural. A ULTAB criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio Grande do Norte (ULTAR), em 25 de fevereiro de 1962, sob a orientação do PCB, iniciando a sindicalização rural numa linha marxista, fazendo frente aos sindicatos rurais assessorados pela Igreja⁽⁶⁾. A ULTAR ainda conseguiu fundar 8 sindicatos: 1 em Ceará-Mirim, 1 em Passagem, 1 em Várzea, 2 em São Gonçalo do Amarante (municípios próximos à Capital), 1 em Currais Novos (região do Seridó) e 1 em Umarizal (região Oeste). A Igreja exercia, de fato, hegemonia no sindicalismo rural do Estado, pois, até junho de 1962, existiam 32 sindicatos no Estado e no final de 1963, 60 sindicatos, enquanto o PCB exercia influência em apenas 8.

O ano de 1962 foi também o ano da criação da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte (FTRRN), em 15 de junho de 1962, congregando 36 sindicatos rurais (8 reconhecidos, os demais em processo de reconhecimento). Seu primeiro presidente foi o líder rural católico José Rodrigues Sobrinho. A Igreja e o PCB disputaram a criação da Federação, ficando esta, no início, sob a influência da Igreja, que detinha maior número de sindicatos associados. Nesse primeiro momento. A Federação, por não ter sede própria, passou a funcionar nas dependências do SAR.

Em 1964, o Estado do Rio Grande do Norte chegou a ter 67 sindicatos rurais, distribuídos em 118 municípios, com cerca de 50.000 associados. O sindicalismo rural, enfim, conseguira torna-se uma força presente na sociedade brasileira.

Até antes do golpe de 64, a conjuntura nacional estava propícia ao avanço das lutas dos trabalhadores. A derrota do parlamentarismo (1963) e a posse de João Goulart na Presidência da República, cujas raízes trabalhistas e populistas fizeram-no desenvolver uma política que no que pese os limites do populismo, possibilitou o avanço das lutas das classes trabalhadoras. Em 2 de março de 1963, pela Lei 4.214, seu Governo aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural e, no final do primeiro semestre do mesmo ano instituiu a "Comissão Nacional de Sindicalização Rural", fruto de um convênio entre a SUPRA e o Ministério do Trabalho, composta por 10

integrantes: 4 indicados pela SUPRA, 4 pelo Ministério do Trabalho e 2 indicados pelos trabalhadores.

Em dezembro de 1963, foi criada no Rio Grande do Norte a Delegacia da SUPRA, possibilitando maior dinamização dos trabalhos dos sindicatos rurais e também maior independência da tutela do SAR - que já estava sendo reivindicada pelos sindicatos. A primeira Delegada da SUPRA no Estado, indicada pela Federação dos Trabalhadores Rurais, foi Maria Julieta C. Calazans, integrante da primeira "equipe de sindicalização" do SAR e uma das pioneiras no movimento de sindicalização rural no Estado.

Também em dezembro de 1963 foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CNTA), em reunião polêmica - disputa entre sindicatos conservadores e comunistas - convocada pela Comissão Nacional de Sindicalização Rural, estando presentes 26 organizações com direito a voto. A ULTAB dominou os debates e, no final, a diretoria eleita, resultado de uma composição política, ficou assim constituída: 4 membros pertencentes ao PCB, 3 à Ação Popular (AP) e 2 a grupos cristãos moderados do Nordeste (independentes). A CNTA foi oficialmente reconhecida em 31 de janeiro de 1964, pelo Decreto 53.517.

Todos esses acontecimentos foram contribuindo para minar, pouco a pouco, a hegemonia da Igreja junto ao movimento sindical rural.

5.4.3 A Ruptura com a Igreja

No período de 15 a 20 de julho de 1963 realizou-se, em Natal, a I Convenção de Sindicatos Rurais, convocada por 17 Estados da Federação. A Maioria dos congressistas pertencia à região Nordeste e 87% estavam ligados a sindicatos assessorados pela Igreja, inferindo-se daí a linha ideológica predominante nesse evento.

Essa Convenção havia sido convocada para discutir temas, tais como: Reforma Agrária, Estatuto do Trabalhador Rural, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores Agrícolas, entre outros. No final dos trabalhos foi divulgada a "Mensagem do Trabalhador Rural", através da qual pode-se observar o grau de avanço daquele movimento sindicalista:

"Nós camponeses cidadãos brasileiros e filhos de Deus, não queremos mais ser escravos. Queremos que nossos direitos sejam respeitados.

(...) - A ordem capitalista em que vivemos é uma desordem, anti-humana e anti-cristã, pois a grande maioria do povo brasileiro vive ainda debaixo da escravidão de uma minoria de privilegiados. (...) Outros querem transplantar para o Brasil, soluções de outros países capitalistas, socialistas ou comunistas. (...) Fazem-nos, assim, uma afronta à nossa auto-determinação. São antinacionalistas e imperialistas.

- Por tudo isto nós estamos resolvidos:

1) Não fazer acordo com esse capitalismo anti-humano e anti-cristão. (...) Repudiamos todo capitalismo, seja ele individual ou estatal.

2) Lutaremos pelas reformas de base, especialmente a Reforma Agrária. (...) Isto só conseguiremos com a reforma da Constituição.

3) Queremos que o direito de associação seja respeitado e punidos aqueles que continuam a perseguir nossos sindicatos.

4) Lutaremos pelo salário família, pela participação na direção e nos lucros das empresas. (...) Queremos a abolição de exploradores como os regimes de meia, de terça e de certas parcerias agrícolas. Queremos terra para trabalhar. Queremos a abolição da escravatura branca.

5) Repudiamos a interferência de elementos estranhos a nossa classe e aos nossos princípios, elementos imperialistas, reacionários que não conhecem nossas realidades (...) e que muitas vezes querem impor soluções capitalistas, socialistas ou comunistas. (...) Deixem-nos correr os riscos em procurar as nossas próprias soluções, pois também, saberemos encontrar o nosso caminho, guardando nossa independência, nossos costumes e nossos princípios. Revolução e agitação são armas superadas pelos golpistas de todos os tempos.

Apelamos a todos os homens de boa vontade, governantes, dirigentes, patrões, operários, estudantes, para que se unam a todos os camponeses do Brasil, no firme propósito de caminharmos juntos em busca de um Brasil melhor, mais humano e mais cristão, onde haja alegria e paz para todos como fruto de uma verdadeira justiça entre os homens" ... (apud Cruz, 1982:95-97).

Essa "Mensagem" revela o grau de avanço nas lutas dos trabalhadores rurais, notadamente se for comparada com as conclusões do I Congresso dos trabalhadores Rurais (1961), impregnadas de um excessivo "legalismo" e de uma visão cristã, apostólica - influência da JAC, dominante no Congresso.

Entretanto, a presença da Igreja é ainda muito forte. A própria "Mensagem" começa dizendo serem os camponeses "filhos de Deus". Condena o capitalismo, como força que o explora, mas também condena o comunismo, repudiando a interferência de "elementos estranhos" à classe, "imperialistas", "reacionários", que querem impor "*soluções capitalistas, socialistas ou comunistas*". E conclui dizendo: "*revolução a agitação são armas superadas pelos golpistas de todos os tempos*". O modelo de sociedade a ser alcançado seria aquele onde "*os homens de boa vontade, governantes, dirigentes, patrões, operários, estudantes*" se unam aos camponeses em busca de um Brasil melhor, "*mais humano e mais cristão*". A visão de mundo da Igreja predominou nessa "Mensagem": nem comunismo, nem capitalismo, mas, uma sociedade de paz, de harmonia entre as classes, onde patrões e empregados, juntos, construirão um mundo melhor. Está aí caracterizado a denominada "3ª via" preconizada pela Igreja como modelo de sociedade a ser implantada.

Apesar do tom reformista do Encontro, a tônica das reivindicações assustaram os proprietários, que passaram a combater mais duramente o movimento dos trabalhadores rurais, precisando a Igreja tomar a defesa desses trabalhadores, como atestam as manchetes do jornal da Diocese, A Ordem: "*Há Forças Organizadas Para Destruir o Sindicalismo Rural*" (9, fev. 1963), "*O Delegado de Santo Antônio Ameaça de Prisão Trabalhadores Rurais Atendendo Pedido de Um Proprietário*" (30, mar. 1963), "*40.000 Trabalhadores Reivindicam Reforma Agrária*" (4, maio, 1963), "*Não Aceitamos Mais Exploração e Nem Somos Mais Escravos de Ninguém*" - *Declarações de José Rodrigues*" (13, jul. 1963) "*Juiz de Florânia Desobedece a Lei e Despeja 4 famílias*" (21, set, 1963).

As reivindicações dos trabalhadores também assustaram à Igreja, que viam aí a influência dos integrantes da JUC/AP. D. Eugênio Sales, Bispo de Natal, que no Conselho de 1961 da JUC entrara em atrito com os dirigentes nacionais daquele organismo, dessa vez, durante a avaliação dos trabalhos da Convenção, desentendeu-se com o representante do MEB/Nacional, acentuando a divisão existente entre a linha de ação dos assessores sindicais ligados ao MEB e a dos grupos cristãos ligados aos Secretariados de Ação Social do Nordeste, do qual o bispo era integrante.

Esse "rompimento de linha" favoreceu a independência dos sindicatos rurais do RN em relação ao SAR, possibilitando posicionamentos mais firmes e agressivos da Federação e dos sindicatos, que já haviam entrado em rota de colisão com D. Eugênio Sales, tendo José Rodrigues Sobrinho, então presidente da FTRRN, que se

retirar das dependências do SAR, expulso que foi pelo bispo. Naquela ocasião, no momento da discussão, disse o sindicalista ao bispo: "*o senhor quer um movimento sindical que não é nem prá Igreja, é para o senhor mesmo, e nós não aceitamos*" (informação verbal).

Devido a esse incidente, a FTRRN teve que se instalar em nova sede, uma vez que funcionava nas dependências do SAR. Para José Rodrigues. "*D. Eugênio não queria um sindicalismo para prejudicar, para incomodar. Houve uma ação no município de Açú, que ele me chamou ... ele disse que eu tinha que retirar a ação, porque era de um pessoal ligado à Igreja. D. Eugênio, [disse], eu tiro nunca, nunca isso vai acontecer*" (informação verbal).

A situação tornou-se tensa à medida em que "*nem o camponês permitia a intervenção do bispo em seu trabalho, nem D. Eugênio se conformava em perder todo o controle sobre um movimento que criara, embora feito por leigos*" (Alves, 1966:78-79).

Essa crise, portanto, reforçou as intenções já expressas pelos sindicatos e pela Federação que defendiam posições mais radicais frente aos problemas que enfrentavam.

A partir de então, os sindicatos e a Federação foram ganhando mais independência do SAR. Uma das primeiras providências tomadas foi o afastamento dos advogados do setor jurídico, em virtude da nova direção adotada, não alicerçada em excessivo legalismo.

Um dos advogados, Enélio L. Petrovich, em carta de 31, dezembro de 1963, dirigida a D. Eugênio Sales, relata o episódio:

"O Sr. Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais argumentou, na minha presença e dos meus colegas, que "os presidentes de sindicatos rurais se reuniram e exigiram a minha saída ou demissão do setor jurídico. (...) Fique certo V. Revma. que nunca estimei a luta de classes, jogando uns contra os outros - trabalhadores rurais contra proprietários ou patrões (...) A minha dignidade profissional não podia - confesso - acomodar-se com certas atitudes radicais e extremadas que jamais se coadunavam com a minha orientação e a dos meus ilustres colegas - Drs. Cleóbulo Cortez Gomes e Amauri Sampaio Marinho - norteadas sob o signo do verdadeiro sindicalismo rural, no Rio Grande do Norte". (Petrovich 31, dez. 1963).

O sindicalismo rural no Estado estava começando a caminhar com "os próprios pés". Entretanto, o aprofundamento da crise política brasileira e a radicalização da luta de classes engendrou o golpe de Estado de 1964, pondo um fim nas lutas dos trabalhadores, daquele período. Só restaram prisões, processos, perseguições. No Rio Grande do Norte foram iniciados 28 trabalhadores rurais. O Presidente da Federação, José Rodrigues, foi preso logo no dia 2 de abril, sendo solto no dia seguinte (embora tenha sido preso outras vezes), por interferência de D. Eugênio Sales, Bispo de Natal, apesar das incompatibilidades ideológicas.

Entretanto, apesar da movimentação que criou, das lutas contra as injustiças e pelos direitos dos trabalhadores do campo, o sindicalismo rural no Rio Grande do Norte não ultrapassou os limites de uma atuação reformista e legalista, embora tenha assumido posições radicais de luta, notadamente nos momentos de crise. A influência dos assessores católicos e o direcionamento de suas atividades pautadas na Doutrina Social da Igreja foram uma barreira que conteve o movimento. A deformação da legislação trabalhista brasileira, que atrelou os sindicatos ao Estado, foi outra barreira, pois como diz Calazans (1969:207): *"O processo de sindicalização no qual o camponês do Nordeste foi engajado (processo de institucionalização do sistema instrumental burocrático brasileiro), não somente foi responsável por graves deformações nas lutas da massa camponesa, mas na maior parte dos casos, imobiliza e reprime o desenvolvimento das suas potencialidades revolucionárias"*.

NOTAS

- (1) O Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) foi criado em 1955, por ocasião da realização do 35º Congresso Eucarístico Internacional, no Rio de Janeiro. Essa organização reúne bispos de toda a América Latina e exerce considerável influência sobre a Igreja dessa região, notadamente após o Encontro realizado em Medellin, em 1968, quando as decisões progressistas aí tomadas tiveram repercussão mundial.
- (2) O Relatório informa um total de 12.772 horas-aula, embora na discriminação dos conteúdos forneça um total de apenas 11.229 horas-aula transmitidas pela Emissora de Sutatenza.
- (3) No período em estudo, a **animação popular** não obteve no Rio Grande do Norte, o destaque alcançado em outros estados, a exemplo do Maranhão. Por esse motivo, esta pesquisa não se aprofundou nessa direção, embora não desconheça a relevância do tema para o MEB.
- (4) Os participantes eram compostos de 60 párocos rurais, 250 fazendeiros, mais de 270 professores rurais, religiosos independentes e também religiosos representantes de estabelecimentos de ensino secundário - a maioria da zona rural. Não contou, entretanto, com a presença de trabalhadores rurais, *"estes são referidos como objetos de ação de outros, mas não como atores"* (Ramalho e Esterci, 1979:39). Os Párocos, os fazendeiros, as professoras rurais e os demais religiosos são os eleitos para decidir o caminho a seguir.
- (5) Segundo Góes (1980:41), quando aconteceu a crise no Conselho de 1961, com o Bispo Diocesano, a JUC de Natal dividiu-se: uma parte permaneceu no MEB, outra continuou a experiência do Sistema Paulo Freire e uma terceira, que se definira pela AP, *"rompe com a hierarquia e integra-se na Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler"*.
- (6) Segundo José Rodrigues, ex-Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do RN, "a ULTAR era inexpressiva", realizando, inclusive, "eleições fantasmas" por falta de quadros. A ULTAR, talvez por força do sindicalismo cristão, pouco conseguiu realizar no Estado.

CONCLUSÃO

A perspectiva adotada, no presente estudo, insere a Igreja do Rio Grande do Norte nas diretrizes gerais que orientam a Igreja Universal como um todo, do Vaticano às Igrejas nacionais. O objetivo é mostrar que existe uma Igreja única, com uma diretriz única, movida por uma hierarquia absoluta que lhe confere unidade doutrinária em todas as suas dimensões e que, numa determinada conjuntura histórica, procura **organizar** os leigos da Ação Católica com o objetivo de divulgar/consolidar o pensamento cristão no seio das populações rurais, construindo aí sua hegemonia. A Igreja sofre fragmentações internas, mas, no que lhe é essencial, predomina uma coesão que a faz conservar sua unidade político-ideológica.

Deixando claro essa perspectiva teórica, esta pesquisa relaciona a seguir algumas conclusões alcançadas.

Um primeiro aspecto a comentar refere-se ao processo de **modernização** que a Diocese de Natal iniciou em suas atividades pastorais, logo após a 2ª Guerra Mundial, que a tornou pioneira em realizações consideradas, para a época, como inovadoras e impulsionadoras de **mudanças sociais**. A Igreja local tornou-se então objeto de estudo de religiosos e leigos - nacionais e estrangeiros - que procuravam conhecer de perto esse empreendimento, que se tornou conhecido como Movimento de Natal.

A conjuntura do Pós-Guerra possibilitou à Igreja ocupar importante espaço no cenário político do mundo ocidental. A abertura democrática e o avanço do socialismo direcionaram àquela instituição à adoção de uma nova prática pastoral. Paiva (1985:57) afirma que foi o "mundo moderno", pela facção vitoriosa da burguesia ocidental, que solicitou às Igrejas - favorecendo o ecumenismo - "*que fossem ao povo, reconquistassem as massas, deslocassem suas bases sociais das classes médias para as camadas subalternas*". Nessa perspectiva, a Igreja de Natal, antecipando-se à Igreja brasileira, iniciou progressivo deslocamento de sua ação, passando a interagir notadamente através da Ação Católica com o meio social, sendo a zona rural o setor preferencial dessa ação.

Em segundo lugar, essa ação da Igreja se deu em comum acordo com o Estado, no âmbito das políticas governamentais implementadas principalmente na década de 50 para o meio rural. Inicialmente a Igreja desenvolveu suas atividades na periferia da capital (Natal), fundando escolas, orfanatos, centro de recuperação de

menores, etc.. Nesse período, contou com a ajuda da LBA (Governo federal) e dos SERAS (Governo estadual).

Em dezembro de 1949, a Igreja criou o SAR para melhor desenvolver sua ação educativa na zona rural, embora esse organismo só tenha passado a funcionar em outubro de 1950. O SAR foi instalado durante os preparativos da I Semana Rural do Rio Grande do Norte, que por sua vez, surgiu como desdobramento do Seminário Interamericano de Educação de Adultos (1949) e da Missão Rural de Itaperuna/RJ (1950). Essas ligações evidenciam que a Igreja de Natal, desde o início do seu movimento de renovação, atuou conjuntamente com o Estado. D. Marcolino Dantas, bispo de Natal, em 1951, proclamou que o Governo, através de organismos do Ministério da Agricultura, e a Igreja, pela Ação Católica, estavam empenhados "na tarefa patriótica e cristã" de salvar o campo, lançando, portanto, o seguinte apelo: "*Governo, Clero, Autoridades, homens de boa vontade, salvemos os campos*" (Dantas, 1951).

No ano de 1952, deu-se a criação da CNER, que representou mais uma etapa de trabalhos realizados em conjunto - Igreja e Estado. A Diocese de Natal, logo após a criação daquele órgão, assinou com ele um convênio, em 16 de maio de 1952, que favoreceu as ligações entre o movimento da Igreja de Natal e as políticas governamentais para o meio rural.

A Igreja passou a receber não só ajuda financeira, mas também orientação técnica. Os pressupostos teórico-metodológicos que embasavam os trabalhos da CNER foram assimilados pelo movimento educativo desenvolvido pela Arquidiocese de Natal; surgiram, então as Missões Rurais, os centros de treinamentos de líderes, os centros sociais de comunidade, os "clubes" (de mães, de jovens), utilizando-se a técnica de **desenvolvimento de comunidade**. Essas atividades desenvolvidas pela CNER estavam, reconhecidamente, respaldadas em teorias norte-americanas, divulgadas pelos EUA, no âmbito da "guerra fria", pois aquele país estava interessado em expandir/consolidar o mercado capitalista e assim impedir o avanço comunista no mundo, notadamente na América Latina, seu tradicional reduto de influência.

Essa interação CNER-Movimento de Natal põe em questão, inclusive, a propalada **originalidade** desse Movimento.

É inegável, porém, que os novos métodos adotados levaram a Igreja local a grande dinamismo, principalmente se tomadas em consideração as precárias

condições da época. Suas atividades, entretanto, estavam respaldadas, em sua grande maioria, nas atividades preconizadas pela CNER.

Até mesmo na fase considerada mais progressista de suas atividades - fins da década de 50 e início da de 60 - quando iniciou o trabalho com as Escolas Radiofônicas (depois MEB) e com o sindicalismo rural, a Igreja contou com amplo respaldo das políticas governamentais. O MEB foi, inclusive, financiado pelo Governo Federal. É importante ressaltar que, apesar de ser uma organização nacional, desenvolvia suas atividades intimamente ligadas às da Diocese de Natal, sendo difícil separá-las.

Um outro aspecto a salientar, trata-se da ressonância no Movimento de Natal dos chamados "entusiasmo pela educação" e "otimismo pedagógico" (Nagle, 1974). Observa-se, naquele Movimento católico, uma crença no poder da educação (a chamada educação de base) e das técnicas pedagógicas em solucionar os problemas que assolavam o meio rural brasileiro, podendo torná-lo produtivo e assim integrá-lo ao mercado capitalista.

Saliente-se também, no Movimento de Natal, a preocupação com a área de saúde/higiene, pois as precárias condições sanitárias constituíam, na ótica daquele Movimento, empecilho ao desenvolvimento. A educação sanitária tornou-se também prioridade na ação da Igreja.

No entanto, ambos os aspectos - educação e saúde - foram tratados, na primeira etapa do Movimento, de forma técnica, neutra, dissociados da problemática geral do campo, isto é, das condições de produção e das relações de trabalho no meio rural.

Por último, como aspecto mais importante a ressaltar, observa-se que a Igreja de Natal, em sintonia com a Igreja brasileira, em especial a CNBB, desenvolveu um trabalho de formação de quadros leigos, tendo como diretor e ator da cena a Ação Católica, uma vez que esse organismo sempre foi diretamente controlado pela hierarquia.

A Ação Católica foi **organizada** pela Igreja, para atuar notadamente junto às populações rurais, com o objetivo de **organizá-las** e difundir o ideário católico, fazendo frente à expansão comunista no meio rural. Foi então quando a Igreja criou as **lideranças comunitárias** (o monitor da Escola Radiofônica, o líder da JAC, o líder sindical etc.) que iriam agir como "fermento na massa" consolidando a **hegemonia** da Igreja na sua comunidade de fiéis.

É nesse momento que a Igreja, por meio da Ação Católica, passa a atuar como um partido, no sentido gramsciano, pois naquela conjuntura histórica e diante de uma determinada correlação de forças, vai tecendo a sua hegemonia, através de eficazes mecanismos de formação de intelectuais que irão servir de interlocutores entre a instituição e as massas rurais.

Um outro aspecto, dentro desse mesmo problema, trata das propostas sociais e políticas transmitidas pela Igreja - via Ação Católica - para as comunidades rurais. Segundo Paiva (1985:59-60), as linhas gerais, que a Igreja se respalda para explicar o social e o econômico, remontam à sua **tradição**, tanto inicialmente enquanto religião de artesãos urbanos, como no período áureo da Idade Média, na Europa ocidental, quando dominava o campo.

A Igreja de Natal, em consonância com a Igreja Universal, propõe um modelo de sociedade voltado para as pesquisas comunidades – onde se critica o capitalismo liberal e o comunismo ateu.

Em Natal, a Igreja incentivou principalmente o cooperativismo como solução para os problemas econômico-financeiros das populações por ela trabalhadas; surgiram cooperativas artesanal, de pesca e agrícola. No fundo, a Igreja, mesmo os setores mais progressistas, propunha estáveis **reformas sociais**, que permitiam melhores condições de vida aos trabalhadores, porém, dentro da estrutura capitalista de produção. É nesse sentido que alguns autores acreditam que a Igreja não avançou, mas retardou as lutas da classe trabalhadora em busca de transformações mais radicais da sociedade.

Algumas facções que se insurgiram contra esse modo de agir da Igreja, caso de setores do MEB e do sindicalismo rural, ou tiveram que rever suas posições, ou se afastaram das atividades da Igreja. Nesses casos, a instituição católica exerce um grande controle - ou uma **disciplina de ferro** - sobre seus intelectuais, notadamente quando se trata, como diz Gramsci (1986:161), de "*ativo intelectual católico*". E a Igreja de Natal não fugiu à regra.

REFERÊNCIAS

A ORDEM. Natal, Diocese de Natal, 22 out., 1947.

_____. Natal, Diocese de Natal, 19 nov., 1947.

_____. Natal, Diocese de Natal, 01 dez., 1947.

_____. Natal, Diocese de Natal, 09 abr., 1949.

ACORDO MEC-CNER/SAR. Termos do acordo. Rio de Janeiro: 1952.

ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. Pequena história da formação social brasileira. Rio de Janeiro: Graal, 1981, 128 p.

ALVES, Márcio Moreira. O Cristo do povo. Rio de Janeiro: Ed. Sabiá, 1966.

ALVES, Rubem. O que é religião. São Paulo: Brasiliense, 1981, 134 p.

AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 1991, 210 p.

ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARNS, Paulo Evaristo, Bispo. O que é a Igreja. São Paulo: Brasiliense, 1981, 149 p.

AUBERT, Roger e HAJJAR, Joseph. A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno. In: Rogier, L. J. e Aubert, R. (dir) Nova história da Igreja, Petrópolis: Vozes t. 3.

AVILA, Fernando Bastos de. Igreja e Estado no Brasil: perspectivas e prospectivas. São Paulo: Loyola, 1987.

AZEVEDO, Fernandes Antônio. As ligas camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 145 p.

AZZI, Rioland. A concepção da ordem social segundo o positivismo ortodoxo brasileiro. Rio de Janeiro: [s.d.] 1979.

- _____. O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular. Petrópolis: Vozes, 1977, 115 p.
- _____. Presença da Igreja Católica na sociedade brasileira (1921-1979). Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1981, 130 p. (Cadernos do ISER, 13).
- BADALONI, Nicola et alii. Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 159 p.
- _____. História do Marxismo: o marxismo na época da terceira internacional de Gramsci à crise do stalinismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 324 p.
- BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 496 p.
- BARROS, Raimundo Caramuru de. Brasil: uma Igreja em renovação. Petrópolis: Vozes, 1968, 206 p.
- BEISIEGEL, Célio Rui. Estado e educação popular: um estudo sobre educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974, 189 p.
- BEOZZO, José Oscar (org.). História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. In: História geral da Igreja na América Latina. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985, t. 2.
- _____. A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado novo e a redemocratização. In: História geral da civilização brasileira: III o Brasil republicano. São Paulo: DIFEL, 1984, v. 4.
- BETTO, Frei. O que é comunidade eclesial de base. São Paulo: Brasiliense, 1981, 115 p.
- BEZERRA, Maria da Guia et alii. A luta pela terra: a experiência em Lagoa do Sal. Natal, UFRN, 1988.
- BIHLMAYER, Karl et alii. História da Igreja. São Paulo: Edições Paulinas, 1965, v. 3.

BOFF, Leonardo. Frei Boff teme cisma das almas na Igreja. Entrevista a Fernando Molica. Folha de São Paulo. São Paulo: 29 jun., 1992, caderno 1, p.11.

_____. Igreja: carisma e poder. Petrópolis: Vozes.

BOTTOMORE, Tom (ed). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, 454 p.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1982, 361 p.

BRAGA, Júlio (org.). Religião e cidadania. Salvador: EGBA/UFBA, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. CNER. Curso de treinamento de educadores de base [s.n.t.].

_____. Ministério da Educação e Cultura. CNER. Principais atribuições da assistente social em equipe de missão rural. [s.l., s.d.].

_____. Ministério da Educação e Cultura. CNER. Projeto 311/55: Missão Rural de Nizia Floresta - Rio Grande do Norte. Natal, 1955, 11 p.

_____. Ministério da Educação e Cultura. CNER. Projeto nº 2/56: Missão Rural da Região do Agreste. [s.l.], 1956.

BRUNEAU, Thomas C. Catolicismo brasileiro em época de transição. São Paulo: Loyola, 1974, 442 p.

CALAZANS, Maria Julieta C. Cuestiones de la educación del pueble en la region Noroeste del Brasil. In: SEMINÁRIO REGIONAL SOBRE ESTRATÉGIAS NACIONALES DE ALFABETIZACIÓN. Quito, 1981. América Latina yel proyecto principal de educación. México, CNTE-UNESCO, 1982, p. 105-139.

_____. Le syndicat paysa comme instrument institutionnel de participation - Le cas du Nord-Est du Bresil - memoir EPHE, Paris, 1969.

_____. Os trabalhadores rurais e a sindicalização: uma prática. Rio de Janeiro: 1983 (Trabalho apresentado no Seminário sobre Movimentos Sociais no Rio Grande do Norte realizado em 1983).

- CALAZANS, Maria Julieta Costa, SILVA, Hélio, R. S., CASTRO, Luiz Felipe Moreira de. Dois programas de educação no meio rural na década de 50: CNER e SAR. Revista Forum. Rio de Janeiro: v. 9, nº 4, p. 43-64, out.-dez., 1985.
- CÂMARA, Hélder. Bispo. Memória viva. Entrevista a Carlos Lima e outros, em programa da TV Universitária. Natal: Nossa Editora, 1980, 60 p.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Igreja e desenvolvimento. São Paulo: CEBRAP. Ed. Brasileira de Ciências, 1971, 218 p.
- CARPEAUX, Otto Maria. Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Graal, 1978, 173 p.
- CASCUDO, Luís da Câmara. História da cidade do Natal. Brasília: INL. Natal: UFRN, 1980, 470 p.
- CERRONI, Umberto. Teoria do partido político. São Paulo: Ciências Humanas, 1982, 74 p.
- CHATELET, François. (dir). A filosofia e a história de 1780-1880, 2. ed. In: História da filosofia: idéias, doutrinas. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, v. 5.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Igreja e política: subsídios teológicos. Rio de Janeiro: Edições Paulinas 1974, 54 p. (Estudos CNBB, 2).
- _____. Plano de emergência para a Igreja no Brasil. Rio de Janeiro: D. Bosco, 1963, (Cadernos da CNBB, 1).
- _____. Plano de pastoral de conjunto: 1966-1970. Rio de Janeiro: D. Bosco, 1966.
- _____. Secretaria Regional do Nordeste. Projeto de ajuda a permanentes leigos do Nordeste: projeto enviado a Michel QUOIST. Natal, 1964.
- CONGRESO INTER-AMERICANO DE EDUCACIÓN CATÓLICA. Colômbia, 1945. Acuerdo nº 4 sobre el comunismo. Bogotá, 1945.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. Educação evangelizadora: um desafio na America Latina. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1963, 173 p.

CONVÊNIO SUDENE/USAID/CRS-FASE. Agências voluntária: obras públicas do Nordeste brasileiro, [s.l.], 1962.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. Porto Alegre: L & PM, 1981.

CRUZ, Dalcy da Silva. A redenção necessária. Igreja Católica e sindicalismo rural. Campina Grande, 1982. (Dissertação de Mestrado em Sociologia, Centro de Humanidades. Universidade Federal da Paraíba).

CURY, Carlos R. Jamil. Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais. São Paulo: Cortez, 1984, 201 p.

DANTAS, José Adelino. Bispo. Nota da Cúria Diocesana de Caicó. Caicó: SAR, 1952.

DANTAS, Marcolino. Bispo. Circular sobre a I Semana Rural do Rio Grande do Norte. Natal, SAR, 1951, 2 p.

DECLERQ, R. D. A educação de base e seus prolongamentos na Arquidiocese de Natal. Natal: SAR, 1962, (material informativo, publicação, 3).

DELLA CAVA, Raph. Igreja e Estado no Brasil no século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916/64. Estudos CEBRAP. São Paulo: Brasiliense, nº 12, p. 5-52, mai.-jun., 1975.

DIAS, Nilza Tavares. Liderança. In: Dias, Nilza Tavares. Palestra. [s.n.t.].

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA. Rio de Janeiro. Manifesto... In: LIMA, Luiz Gonzaga de S. Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1979.

ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE, 1. Campina Grande, 1956 [Resultados do encontro]. Rio de Janeiro: Presidência da República. Serviço de Documentação, 1960, 273 p.

ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE, 2. Natal, 1959 [Resultados do encontro]. Rio de Janeiro: Presidência da República. Serviço de Documentação, 1959, 120 p.

- ENGELKE, Inocêncio. Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Pastoral da terra. São Paulo: Edições Paulinas, 1970 (Estudos da CNBB, 11).
- FÁVERO, Osmar. Uma pedagogia da participação popular: análise da prática pedagógica do MEB - Movimento de Educação de Base: 1961-1966. São Paulo: 1984 [Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- FERRARI, Alceu. Igreja e desenvolvimento: o movimento de Natal. Natal: Fundação José Augusto, 1968, 354 p.
- FERRI, Franco (org.). Política e história em Gramsci. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FIORI, Giuseppe. A vida de Antônio Gramsci. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 364 p.
- FORACCHI, Marialice M., MARTINS, José de Souza. Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980, 365 p.
- FREUND, Julien. Sociologia de Max Weber. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.
- FURTADO, João Maria. Vertentes (memória). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1976, p. 474.
- GARCIA, Enoch. Ruralistas pensai no cooperativismo. O Ruralista. Jundiaí, 25 jan., 1951, v. 1, n. 3, p. 7.
- GÊ, Maria Zilda de Siqueira. As escolas radiofônicas no Projeto de Comunicação Social da Igreja Católica. Natal: 1991. [Dissertação de Mestrado em Educação. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte].
- GERMANO, José Willington. Estado militar e educação no Brasil - 1964/1985: um estudo sobre a política educacional. Natal: 1990 [Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas].

- _____. Igreja e intelectuais na formação do moderno Estado italiano. Campinas: Universidade Estadual de Campinas 1988, 38 f. (mimeo).
- _____. Lendo e aprendendo: A Campanha de Pé no Chão. São Paulo: Cortez, 1982, 178 p.
- GÓES, Moacyr de. De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964): uma escola democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- GRAMSCI, Antonio. A questão meridional, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 165 p.
- _____. Concepção dialética da história. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, 341 p.
- _____. Literatura e vida nacional. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, 273 p.
- _____. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, 444 p.
- _____. Novas cartas de Gramsci (com algumas cartas de Piero Sraffa). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 116 p.
- _____. Obras escolhidas. São Paulo: M. Fontes, 1978, 420 p.
- _____. Cartas do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987, 420 p.
- _____. Os Intelectuais e a organização da cultura. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, 244 p.
- _____. El Risorgimento. Buenos Aires: Gramica Editor, 1974.
- _____. La alternativa pedagógica. Barcelona: Fontamara, 1981, 250 p.
- HARLAND, Carmen. Relatório. Recife 12 de maio, 1965. [Dirigido ao Bispo D. Eugênio Sales pela Coordenadora do Convênio, CNBB].
- HOBSBAWM, Eric J. A era das revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 366 p.

- _____. A era do capital: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 342 p.
- HOUTART, François. Pastoral de conjunto e planos de pastoral [s.n.t.], 23 p.
- IANNI, Octávio. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1981, 227 p.
- _____. A formação do Estado populista na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, 152 p.
- _____. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, 316 p.
- _____. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988, 190 p.
- IGREJA CATÓLICA. Arquidiocese de Natal. Planejamento apostólico de 1962 para a cidade do Natal. Natal: 1962, 24p.
- _____. Diocese de Natal. Para compreender a Juventude Feminina Católica - JFC. Natal, 1937.
- _____. J.A.C., ritual para recepção de distintivos [s.n.t.].
- _____. Juventude Agrária Católica. Nucleação. [s.n.t.], 23 p.
- _____. Papa (1878-1903 Leão XIII), Rerum Novarum. São Paulo: Edições Paulinas, 1983, 60 p.
- _____. Papa (1958-1963 João XXIII) Carta encíclica pacem in terris. São Paulo: Edições Paulinas, 1963, 54 p.
- _____. Papa (1963-1978 Paulo VI). Popularum progressio. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.
- _____. Plan for formation of rural labor union technical advisors. [s.l.], 1960.
- _____. Serviço de Assistência Rural. A C.N.E.R. no Rio Grande do Norte. Natal: [s.d.].

- _____. Serviço de Assistência Rural. Estatuto da sociedade denominada Serviço de Assistência Rural. Natal: 1950.
- _____. Serviço de Assistência Rural. Informações gerais e sucintas do programa do SAR. Natal: 1967, mimeo.
- _____. Serviço de Assistência Rural. Nísia Floresta: pontos a serem considerados antes de fazer um plano de desenvolvimento de comunidade. Natal: [s.d.].
- _____. Serviço de Assistência Rural. Ofício 134/54. Natal, 23 nov., 1954, [dirigido ao Coordenador da Campanha Nacional de Educação Base].
- _____. Serviço de Assistência Rural. Projeto de treinamento de líderes. Natal: [s.d.].
- _____. Serviço de Assistência Rural. Publicação do Serviço de Assistência Rural: programada missão, programa paroquial, conclusões da I e II semanas rurais. Natal: [s.d.].
- _____. Serviço de Assistência Rural. Relatório da 1ª visita da missão rural. Natal: 1951. 2 p.
- _____. Serviço de Assistência Rural. Relatório das atividades desenvolvidas pelo Serviço de Assistência Rural (S.A.R) em convênio com a Campanha Nacional de Educação Rural. Natal: 1955, 10 p.
- _____. Serviço de Assistência Rural. Relatório de atividades do SAR. Natal: 1966.
- _____. Serviço de Assistência Rural. Revisão de 1961, planejamento 1962-1964. Natal: 1961.
- _____. Serviço de Assistência Rural. Natal: 1956, [mimeo.].
- _____. Serviço de Assistência Rural. Relatório Anual da Equipe de Treinamento. Natal: 1968, [mimeo.].
- _____. Serviço de Assistência Rural. Relatório das atividades do Patronato de Ponta Negra. Natal: 1957, mimeo.

_____. Serviço de Assistência Rural. Relatório das atividades desenvolvidas pelo Serviço de Assistência Rural. Natal: 1958, [mimeo.].

_____. Serviço de Assistência Rural. Setor de cooperativismo: avaliação. Natal: [mimeo.]

_____. Serviço de Assistência Rural. Síntese das atividades de 1968. Natal: [s.d., mimeo.].

JEDIN, Hubert. Concílios ecumênicos: história e doutrina. São Paulo: Editorial Herder, 1961.

_____. Manual de história de la Iglesia. Barcelona: Editorial Herder, 1972, t. 5.

JESUS, Antônio Tavares. Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci. São Paulo: Cortez, 1989.

KRISCHKE, Paulo José. A igreja e as crises políticas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1979, 170 p.

KRISCHKE, Paulo José. MAINWARING, Scott (orgs.). A igreja nas bases em tempo de transição. Porto Alegre: L & PM/CEDEC, 1986.

LESBAUPIN, Ivo (org.). Igreja - movimentos populares - política no Brasil. São Paulo: Loyola, 1983.

LIBÂNIO, J. B.. Conflito Igreja-Estado. In: encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, v. 4, p. 29-40.

LIMA, Dalino. Educação, Igreja e ideologia: uma análise sociológica da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978, 139 p.

LIMA, Haroldo, ARANTES, Aldo. História da ação popular: da JUC ao PC do B. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

LIMA, Luís Gonzaga de S. Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979.

LOWY, Michael. Marxismo e teologia da libertação. São Paulo: Cortez, 1991, 120 p.

- LUKÁCS, Georg. El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. México: Grijals, 1987.
- LUSTOSA, Oscar F.. A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989). São Paulo: Paulinas, 1991, 178 p.
- LUXEMBURGO, Rosa. O Socialismo e as igrejas: o comunismo dos primeiros cristãos. Rio de Janeiro: Achiamé, 1961, 61 p.
- MACCIOCCI, Maria-Antonietta. A favor de Gramsci. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, 300 p.
- MAINWARING, Scott. Igreja católica e política no Brasil: 1916-1985. São Paulo: Brasiliense, 1989, 300 p.
- MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. São Paulo: Polis/Petrópolis: Vozes, 1984, 288 p.
- MARANHÃO, Sílvio (org.). A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, 137 p.
- MARINS, José. São Paulo do Potengi. Petrópolis: Vozes, 1985, 104 p. (Coleção: Renovação Paroquial 1).
- MARTIN, Malachi. Os jesuítas: A Companhia de Jesus e a traição à Igreja Católica. Rio de Janeiro: Record, 1989, 462 p.
- MARX, Karl. A questão judaica. São Paulo: Moraes, [s.d.], 127 p.
- _____. Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Moraes, [s.d.].
- _____. MARX, Karl, ENGELS, F. A ideologia alemã (I - Feuerbach). Hucitec, 1984, 138 p.
- _____. Manifesto do Partido Comunista. Fortaleza: Opção, [s.d.], 35 p.
- _____. Obras escolhidas - São Paulo: Alfa-Omega, [s.d.], 354 p.

_____. Sobre a religião. Lisboa: Edições 70, [1976], 397 p.

_____. Textos sobre educação e ensino. São Paulo: Moraes, 1983, 98 p.

MELO, Maria Helena Cordeiro. Carta nº 222/66. Recife, 28 out., 1966 (Remetida ao Serviço de Assistência Rural pela Coordenadora do Grupo Executivo do Convênio SUDENE/USAID/CNBB).

MONTENEGRO, Maria Ligia de Souza. Análise dos planos de intervenção do SAR no meio rural. Recife, 1978 [Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco].

MORAIS, J. F. Regis. Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB. São Paulo: Cortez, 1982, 497 p.

MOREIRA, Raimundo. O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOTA, Carlos Coutinho da. História moderna e contemporânea. São Paulo: Moderna, 1986, 497 p.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. 1ª prova parcial, junho de 1962. Natal: 1962.

_____. Apostila do curso de cooperativismo. Natal: Convênio SUDENE/MEB.

_____. Educar para construir. Natal: 1963, 57 p.

_____. MEB em 5 anos. 2. ed. Brasília: Secretaria Nacional, 1982.

_____. Metodologia da ação educativa do MEB. [s.n.t].

_____. Mutirão: 2º livro de leitura. [s.l], 1965, 17 p.

_____. Natal, supervisão - revisão: relatório síntese, junho-setembro, 1963. Natal: 1963.

_____. O Monitor. Natal, [s.d.].

NAGLE, Jorge. Educação na primeira República. São Paulo: Ed. USP, 1974.

- NOVAES, Regina R. De Corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. São Paulo: 1987 [Tese de Doutorado em Sociologia. Departamento de Ciências Humanas. Universidade de São Paulo].
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, 137 p.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985, 357 p.
- OSHIRO, Julieta O. Educação para a saúde nas instituições de saúde pública. São Paulo: 1988 [Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- PAIVA, Vanilda P. (Org.) Igreja e questão agrária. São Paulo: Loyola, 1985.
- _____. Perspectivas e dilemas da educação popular. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1975.
- _____. Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- PEDROVICH, Enélio Lima. Carta. Natal, 31 dez., 1963. [Dirigida a D. Eugênio de Araújo Sales].
- PEDROZA, Cármen Fernandes. Escolas radiofônicas: plano mensal de atividades. [s.l.], 1963.
- PERANI, Cláudio. A Igreja no Nordeste: breves notícias histórico-críticas. Cadernos do CEAS. Salvador: n. 94, p. 53-65, 1984.
- PEREIRA, Luiz e FORACCHI, Marialice M.. Educação e sociedade. São Paulo: Nacional, 1977.
- PIERRAD, Pierre. História da Igreja. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

- PINHEIRO, Themis Xavier. Saúde pública, burocracia e ideologia: um estudo sobre o SESP (1942-1974), Natal: [Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte].
- PINTO, Maria Lúcia L.. Escolas radiofônicas: ação política e educativa da Igreja Católica no RN (1956-1961), Natal, 1989 [Dissertação de Mestrado em Educação. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte].
- PORTELLI, Hugues. Os socialismos no discurso social católico. São Paulo: Ed. Paulinas, 1990, 103 p.
- _____. Gramsci e a questão religiosa. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.
- _____. Gramsci e o bloco histórico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo: M. Fontes, 1977, 354 p.
- PROBLEMAS Religiosos do nosso meio rural, crise de evangelização. O Ruralista. Jundiaí: v. 1. n. 1, jan., 1951.
- PUCCI, Bruno. A nova práxis educacional da Igreja (1968-1979). São Paulo: Ed. Paulinas, 1984, 210 p.
- QUEIROGA, Gervásio F. de. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB: comunhão e responsabilidade. São Paulo: Ed. Paulinas, 1977.
- _____. Relatório do IX Encontro de Coordenadores: Norte, Nordeste, Centro Oeste. Rio de Janeiro: [s.d.].
- RAMALHO, José. ESTERCI, Neide. A Igreja Católica e os problemas da terra no Brasil. Cadernos do ISER. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, n. 8, p. 38-41, 1979.
- RELATÓRIO SEMESTRAL DA EQUIPE DA MISSÃO RURAL DO AGRESTE RN. Natal: SAR, jul-dez., 1977.
- RIBEIRO, Maria Luísa S.. História da Educação brasileira: organização escolar. São Paulo: Cortez, 1987, 139 p.

ROLIM, Francisco Cartaxo. Religião e classes populares. Petrópolis: Vozes, 1980, 207 p.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930/1973), 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980, 267 p.

ROMANO, Roberto. A Igreja é um mito. Entrevista Senhor, nº 362, fev., 1988.

_____. A Igreja socialista é um mito: entrevista senhor, n. 362 p. 3-7, 1988.

_____. Brasil: Igreja contra Estado: crítica ao populismo católico. São Paulo: Kairós, 1971.

_____. Igreja domesticadora de massas ou fonte do direito coletivo e individual? Uma aporia posconciliar. In: Braga, Júlio (org). Religião e cidadania. Salvador: EGBA/UFBA, 1990, p. 135-170.

ROPS, Daniel. História da Igreja de Cristo. A igreja do Renascimento e da Reforma. Uma era de renovação: a reforma católica. Porto: T. Martins, 1969.

RUSSEL, Bertrand. História da filosofia ocidental. São Paulo, Ed. Nacional: 1969, v.3.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Instruções sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação. São Paulo, Loyola, [s.d.].

SALES, Eugênio de Araújo, Bispo. Carta. Natal, 2 agos. 1948 [dirigida a Ministro de Estado]

_____. Carta. Natal, 2 ago. 1949 [dirigida ao Senhor Deoclecio Duarte]

_____. Carta. Natal, 25 out. 1950 [dirigida ao Monsenhor Hélder Câmara].

_____. Carta. Natal, 9 de out., 1950 [dirigida ao Monsenhor Hélder Câmara]

_____. JADOT, Jean, Bispo. Dois grandes planos de pastoral. Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil. Rio de Janeiro, mar., 1963.

_____. Ofício 45/61. Natal, 1961 [dirigido ao Diretor do Serviço de Informação Agrícola].

_____. Ofício 46/61. Natal, 1961 [dirigido ao Ministro do Trabalho Franco Montoro].

_____. Relatório apresentado por Dom Eugênio de Araújo Sales. [sobre viagem realizada a Sutatenza e outros países latino-americanos [s.n.t.].

SANTOS, João Agostinho. A. Gramsci: ideologia, intelectuais orgânicos e hegemonia. In: Temas de Ciências Humanas. São Paulo, Ciências Humanas, 9:39-64, 1980.

SCHWARTZMAN, S. et alii. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SCIACCA, Michele F.. História da filosofia. São Paulo: Mestre Jou, 1967, 257 p.

SEITENFUS, Ricardo Antônio. O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

SIGRIST, José Luis. A JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia. São Paulo: Cortez, 1982, 74 p.

SILVA, Maria Medeiros R. Igreja e educação de adultos em Natal: análise a partir do jornal A Ordem - 1935-1953, Natal, 1982. [Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte].

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 512 p.

SODRÉ, Néelson Werneck. História do ISEB. In: Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Ciências Humanas, 1978, p. 67-91. (Coleção Temas de Ciências Humanas, 4).

SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUZA, José Nicolau de. As lideranças comunitárias nos movimentos de educação popular em áreas rurais: uma "questão" desvendada. Natal, 1988. [Dissertação de Mestrado em Educação. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte].

SOUZA, Luís Alberto G. de. Puebla e as práticas populares na América Latina. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 9. p. 79-93, 1970.

_____. A JUC: os estudantes católicos e a política. Petrópolis: Vozes, 1984.

SPEYER, Anne Marie. A experiência da radiofusão educativa. Natal, MEB, 1976 [apresentado no II Encontro de Secretários de Educação do Nordeste "A Educação na Zona Rural" realizado em Natal em 1976].

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 263 p.

UNIÃO PAN-AMERICANA. Carta. Washington, 25 jun, 1958.

VIDA RURAL. Natal, SAR, 1 dez., 9162.

VIEIRA, José A. Cooperação entre a Igreja e o Estado em benefício das populações rurais In: Congresso Internacional Católico de Vida Rural. 4. Santiago: 1957.

VIER, Frederico. (coord). Compêndio do Vaticano II: constituição, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 1991, 743 p.

WANDERLEY, Luis Eduardo W. Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984.

WEBER, Max. Economia y sociedade. México: Fundo de Cultura Econômica, 1977.

WEFFORT, Francisco C. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, 181 p.

XAVIER, Célia Vale. Informações para o líder rural. Natal: SAR, [s.d.].